

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
KATIUSKA P. GALINDO LOPES**

**HOMOSSEXUALIDADE E SOCIEDADE PAULISTANA NA DÉCADA DE
1950**

**SÃO PAULO
2009**

KATIUSKA P. GALINDO LOPES

**HOMOSSEXUALIDADE E SOCIEDADE PAULISTANA NA DÉCADA
DE 1950**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação do Prof. Dra. Sênia Bastos.

**SÃO PAULO
2009**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sênia Bastos
Universidade Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Maria Izilda Santos Matos
Pontifícia Universidade Católica/SP

Prof. Dra. Marielys Siqueira Bueno
Universidade Anhembi Morumbi

Dedico este trabalho ao meu marido por ser meu maior incentivador na busca pelo conhecimento.

Agradeço primeiramente a Profa. Dra. Ada Dencker, que com suas palavras me incentivou a persistir na busca por meus objetivos. À Universidade Anhembi Morumbi, ao Programa de Mestrado em Hospitalidade e seus colaboradores. Em especial agradeço a minha sábia orientadora Sênia Bastos, a qual iluminou meus pensamentos com suas idéias e me deu completo suporte no desenvolvimento de minhas pesquisas. Agradeço às Profa. Dras. Maria Izilda Matos e Marielys Bueno, por todo apoio. Agradeço também a todos os professores e alunos do mestrado que de várias formas me ajudaram a percorrer esse caminho.

Ao acervo Folha de São Paulo agradeço pela disponibilidade de seus materiais e seus colaboradores, por sua paciência e atenção. Agradeço a minha mãe, irmã, irmão e aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, mostrando que a distancia não apaga nem diminui o verdadeiro sentido do amor e da amizade.

“O respeito é uma relação entre iguais [...] O amor essencialmente, se estabelece entre desiguais, vive da desigualdade” (LÉVINAS, 1997).

RESUMO

A partir de uma perspectiva teórica, pretendeu-se compreender como a sociedade paulistana da década de 1950 lidava com o comportamento homossexual, enfatizando a compreensão dos modos próprios e originais de organização da vida social fora das regras e influências dos sistemas mercantis e estatais. Observou-se que na década de 1950 a cidade de São Paulo apresentava mudanças significativas no cenário mercadológico, cultural e social, haja vista a constituição de várias organizações culturais, como cinemas e teatros e a presença das “áreas de desorganização” como a Boca do Lixo. Ao mesmo tempo em que a “metropolização” propiciava abertura a novas manifestações sociais, a fiscalização por parte dos governantes, a fim de manter a moral e os bons costumes se apresentava por meio da censura. Buscou-se analisar a sexualidade e suas influências no comportamento social, a fim de explicitar como o tema homossexualidade foi se apresentando à sociedade e instituindo uma identidade. Por diversas formas, a homossexualidade foi tomando um espaço de visibilidade no cotidiano social, sendo cada vez mais abordada em publicações jornalísticas e científicas. Com o estigma da homossexualidade, a procura de locais onde havia a possibilidade de inclusão, denominados guetos, proporcionou novas experiências, intensificando os vínculos entre os homossexuais masculinos. Nesses guetos, as formas de sociabilidade se desenvolveram por meio de símbolos, que se caracterizavam pelo encontro com o outro, a materialização do indivíduo em forma de um rosto real e a identificação por meio da alteridade, os símbolos permitiam o reconhecimento entre iguais e a aceitação do “ser” como “ser”. Utilizamos como modelo teórico-metodológico a organização da análise de Bardin (1977). A análise de conteúdo foi disposta em três etapas cronológicas: a pré-análise, composta primeiramente pela leitura flutuante, escolha dos documentos, preparação do material, referência dos índices e a elaboração de indicadores. Em segundo, ocorreu à exploração do material. Por fim, se delineou o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Demarcamos como *corpus* documental artigos do periódico Folha da Manhã, datados em 1950, 1954, 1955 e 1960, que evidenciaram o quão repressiva a sociedade paulistana da década de 1950 era, a fim de preservar o grupo social majoritário de comportamentos considerados antinaturais, como a homossexualidade.

Palavras-chave: Homossexualidade. Identificação. Sociabilidade. Dádiva. Sociedade Paulistana.

ABSTRACT

From a theoretical perspective, it was intended to understand as the paulistana society of the decade of 1950 dealt with homosexual behavior, emphasizing the understanding of the proper and original ways of organization of the social life out of the rules and influences of the mercantile and state systems. It was observed that in the decade of 1950 the city of São Paulo presented significant changes in its mercantile, cultural and social scene and had seen the constitution of some cultural organizations, as cinemas and theaters. However, at the same time where the urbanization propitiated new social manifestations, the fiscalization of the governing, in order to keep the moral and proper behavior, was present through censorship of the present govern. It was intended to analyze the sexuality and its influences in the social behavior, in order to bring up as the subject homosexuality was presented to the society and assembling an identity. Through many forms, homosexuality was taking room and visibility at society, getting emphasis at journalistic and scientific publications. With the stigma of homosexuality, the search of places where it had inclusion possibility, called ghettos, provided new experiences, intensifying the bonds between male homosexuals. In these ghettos, the sociability forms were developed by means of symbols. Meeting other homosexuals started to happen, as long as materialization of the individual in form of a real face. Identification through alterity also happened and the acceptance of the “being” as “being”. It was used as theoretic-methodologic model the organization of analysis of Bardin (1977). The content analysis was made using three chronological stages: pre-analysis, composed by the floating reading, choice of documents, preparation of the material, referencing of indexes and the elaboration of pointers. In second, exploration of the material. Finally, treatment of results, the inference and the interpretation. We demarcated as documentary corpus articles of the periodic “Folha da Manhã”, dated 1950, 1954, 1955 and 1960, which showed how repressive to them was the paulistana society of the decade of 1950, in order to prevent society from unnatural manifestations, as homosexuality.

Key-words: Homosexuality. Identification. Sociability. Gift. Paulistana society.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese de conceitos sobre o termo homossexual	27
Quadro 2. Lista de Órgãos Censores de 1930 a 1968. Arquivo Miroel Silveira.	33
Quadro 3. Diferenças de posicionamentos relativos à dicotomia, inato <i>versus</i> aprendido.	40
Quadro 4. Divisão do jornal Folha de São Paulo em cadernos e suas colunas.....	87
Quadro 5. Tabulação dos artigos do ano de 1950.	90
Quadro 6. Tabulação dos artigos do ano de 1954.	90
Quadro 7. Tabulação dos artigos do ano de 1955.	90
Quadro 8. Tabulação dos artigos do ano de 1960.	90
Quadro 9. Período de desenvolvimento da adolescência	93
Quadro 10. Problemas sexuais contemporâneos.....	94
Quadro 11. Homossexualismo e saúde mental.....	95
Quadro 12. Havelock Ellis, torturado sexo.	96
Quadro 13. Você sabe verificar de é normal?	97
Quadro 14 . Número de indivíduos presos por cinemas e data.....	98
Quadro 15. Informações textuais referentes às “Notas Policiais”	99
Quadro 16. Um problema em foco: a censura.....	100
Quadro 17. De como a censura, querendo, pode ser útil.....	101
Quadro 18. O cine clubes e a superstição dos estatutos	101
Quadro 19. 10 anos de cinema paulista	101
Quadro 20. Nosso mundo mental.....	103
Quadro 21. A higiene mental da criança.	105
Quadro 22. Impaciência e irritabilidade	105
Quadro 23. Hábitos de limpeza.	106
Quadro 24. A falta de aproveitamento escolar	107
Quadro 25. Introdução	108
Quadro 26. Considerações sobre o aparelho psíquico segundo a psicanálise (I e II).....	109
Quadro 28. Considerações sobre o aparelho psíquico segundo a psicanálise (I e II).....	114
Quadro 29. Os estados afetivos	115
Quadro 30. Os desejos como expressão dos impulsos instintivos.....	116

Quadro 31. O mundo mental da fantasia.	117
Quadro 33. Rejeição, favoritismo e superproteção.	119
Quadro 34. A escola do ponto de vista da higiene mental.	120
Quadro 35. Conflitos conjugais.	121
Quadro 36. Orientação psicoterapeuta de educadores e educandos	122
Quadro 37. A proteção da saúde mental da criança.	123
Quadro 38. Basta a orientação de profissionais?.....	124
Quadro 39. Contra o amor.....	125
Quadro 40. Como conseguir o equilíbrio psíquico.....	126
Quadro 41. Psicologia dos revoltosos II.....	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A HOMOSSEXUALIDADE	26
1.1 A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL.....	29
1.2 A VISIBILIDADE SOCIAL DOS GRUPOS HOMOSSEXUAIS	39
1.3 SEXUALIDADE	49
CAPÍTULO II - O RECONHECIMENTO DOS “IGUAIS”	57
2.1 A BUSCA POR UMA “IDENTIDADE” HOMOSSEXUAL	57
2.2 O REFÚGIO: GUETOS HOMOSSEXUAIS.....	65
2.3 O ENCONTRO COM O OUTRO NOS GUETOS – O RECONHECIMENTO DO SER	72
2.4 OS FUNDAMENTOS DA DÁDIVA	80
CAPÍTULO III - A DÁDIVA QUE CIRCULA ENTRE OS GRUPOS HOMOSSEXUAIS: ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL	85
3.1 O <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL	85
3.2 ARTIGOS SELECIONADOS E ANALISADOS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	133

Introdução

A partir de uma perspectiva teórica, pretendemos compreender como a sociedade paulistana da década de 1950 lidava com o comportamento homossexual, enfatizando a compreensão dos modos próprios e originais de organização de sua vida social, fora das regras e influências dos sistemas mercantil e estatal.

A partir do discurso sobre a sexualidade iniciado no século XVIII, visto por Foucault (2007), analisamos o comportamento sexual e suas influências na conduta social, a fim de explicitar como o tema homossexualidade foi se apresentando à sociedade e instituindo uma nova forma de manifestação sexual. Por diversas formas a homossexualidade foi tomando um espaço de visibilidade no cotidiano social, sendo cada vez mais abordada em publicações jornalísticas e científicas. Na maioria das vezes tratada pela sociedade de forma depreciativa, como um estigma, mais especificamente como um desvio de caráter individual (GOFFMAN, 1988, p. 14). Essa visibilidade à época proporcionada pela mídia visual e impressa despertaria sentimentos de curiosidade e interesse em determinados indivíduos.

A partir da perspectiva de conhecer mais sobre o comportamento homossexual, nossa relação com o tema se iniciou aproximadamente há seis anos, quando percebemos na cidade de São Paulo um mundo desconhecido até então, freqüentados pelo público LGBT¹, composto por bares, restaurantes, casas noturnas, lojas e outros pontos com os quais esse grupo mantinha afinidade.

Ao longo do tempo, houve envolvimento social com grupos distintos de homossexuais, surgindo o interesse em aprofundar conhecimentos sobre o

¹ O termo atual oficialmente usado para a diversidade sexual no Brasil é LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). A alteração do termo GLBT em favor de LGBT foi aprovada na Primeira Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no período de cinco e oito de junho de 2008. Antes da conferência utilizava-se a sigla GLS, que foi alterada para GLBS, ou seja, Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes. Mudando para GLBT e GLBTS com a inclusão da categoria dos transgêneros (travestis, transexuais, transformistas, *crossdressers*, bonecas e *drag queens* dentre outros) (ASSOCIAÇÃO, 2008).

movimento homossexual masculino brasileiro. Procuramos então, uma área de interesse acadêmico na qual pudesse ser desenvolvida uma pesquisa sobre esse tema.

No curso de graduação em Hotelaria, tivemos a oportunidade de compreender como ocorria o acolhimento destinado a esse público em diversos setores da economia brasileira. A descoberta revelou falta de preparo dos profissionais da área de hospitalidade na lide com esse público específico.

Por ocasião da conclusão do curso de graduação, mantivemos contato com profissionais da área de hospitalidade, não deixando de perceber a defasagem de conhecimento técnico e de preparo para o atendimento do público LGBT nas atividades inerentes à área.

Houve, posteriormente, contato com o Programa de Mestrado em Hospitalidade da UAM, no qual ingressamos. Retomamos, então, o projeto de estudo do acolhimento nos meios de hospitalidade dos grupos homossexuais masculinos.

Com o auxílio das disciplinas e várias mudanças no projeto, delineamos de forma melhor o objetivo da pesquisa, dando menor ênfase à discussão das complexas causas da falta de conhecimento da população brasileira em relação aos homossexuais masculinos, e maior importância à compreensão das relações internas de sociabilidade desse grupo, procurando entender ao longo da história como se delinearam suas relações interpessoais e quais foram as implicações de sua visibilidade na sociedade, tentando conhecer suas privações e as tentativas de busca de meios para sanar esses problemas.

Buscamos também entender como se organizava o meio homossexual, seus meios de visibilidade e a trajetória do movimento de contracultura no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo na década de 1950.

Ao percebermos que na década de 1950 pouco ou quase nada se falava desses grupos, passamos a analisá-los, sugerindo, assim vários questionamentos sobre o tema. O recorte temporal do estudo foi determinado em função das mudanças ocorridas na época, percebidas nos estudos de Fabio Barbosa da Silva (1960).

O conceito de homossexualidade abrange uma grande variedade de tipos e indivíduos dos dois sexos (homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais). Para maior clareza, e para que o resultado da pesquisa pudesse

ser o mais conciso possível, definimos o grupo de estudo como sendo o dos homossexuais do sexo masculino.

Mesmo com o objeto de estudo definido, não encontramos facilmente uma base teórica adequada ao propósito do trabalho - uma teoria que definisse de maneira eficiente a verdadeira complexidade envolvida na sociabilidade humana. Apreciamos o comportamento social imposto pelo grupo majoritário, o comportamento do grupo homossexual e ambos correlacionados. Compreendermos como se delineava a sociabilidade mista ou “contato misto”, que, segundo Goffman (1988, p.22), se define pelo encontro físico entre o indivíduo estigmatizado e o indivíduo “normal”, ou seja, quando ambos estão em uma mesma “situação social”. As análises do comportamento social individual de ambos os grupos e do contato misto nos trouxe informações essenciais para compreensão de como a sociedade paulistana lidava com o comportamento homossexual.

Após algum tempo de estudos, durante o curso da disciplina de Socioantropologia da Hospitalidade, que abordava a teoria da dádiva, ou seja, a teoria das trocas simbólicas e da sociabilidade, encontramos um entrelaçamento entre o objeto de pesquisa e uma base teórica consistente.

A pesquisa passou a visar à união dos conceitos da teoria da dádiva e sua aplicação à sociabilidade dos grupos homossexuais masculinos, compreendidos pelo grupo majoritário. Após apreciação de cada tema, procuramos entrelaçar as relações de sociabilidade entre os homossexuais e os estudos relacionados à dádiva. Observamos a ausência quase total de estudos correlacionando esses dois temas, sendo sempre abordados de formas independentes.

Ao estudar a sociabilidade do grupo-objeto juntamente à teoria da dádiva, percebemos que a maior influência foi encontrada nos vínculos sociais “afetivos”, em que as relações não-utilitaristas de troca eram mais nítidas. Pudemos observar esses fatos ao longo da pesquisa bibliográfica, haja vista que no *corpus* documental percebemos a preocupação da sociedade paulistana em orientar de forma tendenciosa o comportamento das crianças e adolescentes a favor dos padrões determinados pelo grupo majoritário. Os profissionais orientavam os pais de várias maneiras, para que seus filhos não

sofressem de nenhuma forma de estigma, incluindo a homossexualidade, transformando-os em cidadãos dignos, com seus papéis sociais ativos.

Não descartamos a sutil existência de relações mercadológicas, entretanto as desconsideramos neste trabalho. Acreditamos que a sociabilidade entre os grupos homossexuais e o grupo majoritário pouco implicava nos aspectos mercadológicos, pois se os homossexuais não se mostravam para a sociedade, os serviços de hospitalidade voltados para esse grupo eram ocultados. Observamos que o mecanismo do dom se delineava de maneira diferenciada entre os grupos homossexuais. A dívida existia como apaziguadora dos conflitos nas relações interpessoais, além de fortalecer o grupo contra os estigmas atribuídos.

O interesse pela cidade de São Paulo da década de 1950 deu-se por meio da análise dos estudos de José Fábio Barbosa da Silva², que conduziu ao final da década de 1950 uma pesquisa que abordava de forma sociológica as vidas de homossexuais masculinos na cidade de São Paulo. Com isso obtivemos informações para aprofundar nossa pesquisa, já que nessa década a capital paulista passava por várias transformações.

Na década de 50 alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma civilização nos trópicos, que combinava com a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência de traços que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a comodidade, a tolerância (MELLO; NOVAIS, 1998 *apud* ARRUDA, 2001, p. 17-18).

Notamos que no período analisado as mudanças ocorridas na capital paulistana a diferenciava das outras capitais brasileiras:

Mesmo não se tratando da capital federal (na época, Rio de Janeiro), São Paulo já despontava como maior colégio eleitoral do país (mais de dois milhões de eleitores; apenas Minas Gerais chegava próximo disso), com maior população urbana (mais de 1,5 milhões de habitantes) e como estado mais influente economicamente devido ao forte processo de industrialização que liderava (PAPIS, 2002, p.1).

² Formado em sociologia pela Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor emérito pela Universidade de *Notre Dame* (EUA) se dedicou ao estudo da sociabilidade dos grupos homossexuais na cidade de São Paulo na década de 1950, contudo o regime ditatorial (1964 – 1985) fez com que seus trabalhos desaparecessem (GREEN; TRINDADE, 2006)

Com isso, surgiam características resultantes da grande expansão da cidade ocorrendo a “metropolização”³ de São Paulo. A cidade se mostrava promissora para as correntes migratórias, para instalação de indústrias e para as organizações culturais, sendo assim:

[...] as correntes migratórias lhe haviam imprimido um ar cosmopolita; inseridas na dinâmica econômica alteravam a estratificação social. Expandindo e diversificando a ocupação do espaço de que resultaram formas renovadas de sociabilidade (ARRUDA, 2001, p. 20).

Voltando no tempo, pudemos perceber que no final do século XIX e início do século XX observou-se o surgimento de hotéis ligados à implantação das ferrovias. Na cidade de São Paulo, a inauguração da primeira linha férrea em 1867, denominada a *São Paulo Railway* (Estrada de Ferro Inglesa), atraiu para as proximidades da Luz, “os primeiros palacetes da elite paulistana, já que a moral da época não permitia hospedar-se em hotéis, a não ser forasteiros ou pessoas de caráter duvidoso” (DIAS, 2006,p.8).

No ano de 1875, em virtude do funcionamento da Estrada de Ferro Sorocabana observa-se o aumento de construções residenciais em direção ao Bairro de Santa Ifigênia e de áreas residenciais para a elite no bairro de Campos Elíseos (década de 1880).

Nas proximidades das estações ferroviárias surgiram simultaneamente locais de diversão, onde se concentram hotéis, *dancings*, nas redondezas das avenidas São João e Ipiranga, onde havia ainda cinemas, restaurantes, cafés e cabarés, bem como os estabelecimentos de prostituição. Mais adiante, em meados da década de 1930, a região compreendida entre as avenidas Ipiranga e Glete é caracterizada como “zona de deterioração moral [...] não só pela incidência de estabelecimentos de prostituição [...] mas também pela característica de seus habitantes (FELDMAN, 1989, p. 54)”.

³ “[...] quando a região urbana adquire um potencial de energia suficiente para superar a sua dependência histórica e o seu subdesenvolvimento” (MORSE apud ARRUDA, 2001, p. 20).

A partir de 1953, em virtude da suspensão da área de confinamento⁴ da prostituição no Bairro do Bom Retiro, as diversas prostitutas foram forçadas a migrar para outras regiões da cidade, fixando-se em “hotelecos” e “casas-de-cômodos”, que proliferavam no bairro dos Campos Elíseos⁵, nas cercanias das estações ferroviárias da Luz e Sorocabana.

A prostituição predominava nas imediações das estações ferroviárias e no Bairro de Santa Ifigênia (JOANIDES, 1977), visto que:

Os divertimentos do centro velho passam ao outro lado do vale. O eixo dessa expansão para o oeste é a avenida São João, limite entre o centro novo e Santa Ifigênia e que viria a ser escolhida como local de preferência para as casas de diversão noturna da cidade. A presença de casas de prostituição em Santa Ifigênia, principalmente na região das ruas dos Timbiras, Vitória e Aurora tornou-a conhecida como a “Boca do Lixo”. Essa proximidade indesejável, bem como o movimento de forasteiros, hotéis e pensões de todos os tipos, a carga e descarga das estações, fizeram a elite cafeeira deixar o bairro. Dos 198 hotéis listados, em nossa pesquisa, em Santa Ifigênia, muitos, embora com a denominação de hotel, deviam servir para explorar o lenocínio (DIAS, 2006, p. 8).

Segundo Feldman (1989, p. 2):

Os territórios de prostituição internalizam múltiplos processos segregatórios que se combinam e se diferenciam em função das transformações do significado da prostituição feminina e das diferentes estratégias utilizadas para seu desempenho, em cada momento histórico, e se relacionam com os processos mais gerais de produção do espaço da cidade.

Feldman (1989) aponta que esse processo de segregação espacial compreende conflitos de interesses próprios à dinâmica de cada região da cidade, em cada período, de acordo com o preço do solo, o padrão de habitação existente e os grupos envolvidos. Com a intensificação da deterioração moral e material dessas áreas, facilitou-se o estabelecimento dos grupos estigmatizados.

⁴ Essa área fora criada em 1940, por meio de uma portaria do interventor Adhemar de Barros, para segregar as prostitutas nessa região, mais especificamente no bairro do Bom Retiro nas ruas Itaboca, Aimorés e suas travessas (JOANIDES, 1977, p. 20; FELDMAN, 1989).

⁵ Segundo Feldman (1989, p. 53) a elite se transfere da região em virtude da “proximidade entre riqueza e miséria” advinda do crescimento populacional e as precárias condições sanitárias na região: “A disponibilidade de edificações que se prestam à subdivisão favorece a ocupação destas áreas por cortiços que constituem, neste momento, a forma dominante de habitação popular.”

Desde a promulgação da Constituição de 1934, que regulamentou o número de horas de trabalho, assegurou ao trabalhador o direito ao salário mínimo e as férias anuais (RAFFAINI, 2001), o poder público passou a se preocupar com o uso do tempo livre e o lazer dos cidadãos em geral.

Nas diversas formas de ocupação do tempo livre também se apresentava a frequência à “Boca do Lixo” por parte de alguns cidadãos, chamados “boêmios”, pertencentes ao “submundo”. Esses cidadãos, porém, possuíam emprego, uma ocupação lícita, com o qual supriam seu sustento. Alguns, entretanto, eram supridos por suas famílias. Geralmente eram “semi” ou “totalmente” amasiados com as meretrizes. Na classe dos boêmios se incluíam os “estudantes, [...] soldados, cabos e sargentos da Polícia militar, os integrantes da extinta Polícia Marítima, os repórteres policiais, os investigadores, escrivães de polícia e até alguns delegados [...]” (JOANIDES, 1977, p. 31). A propagação das notícias de onde se encontravam as “funcionárias do sexo” rapidamente se espalhou pela cidade e as ruas “Santa Ifigênia, dos Andradas, dos Gusmões, Vitória e Protestantes apresentavam o mesmo movimento, as mesmas feições, a mesma comunhão de propósitos que caracterizavam as noites da Itaboca e Aimorés” (JOANIDES, 1977, p. 24).

Com a ausência das famílias de bem, o aumento do comércio especializado, cinemas, bares, hotéis bem como:

[...] pseudo casas-de-comôdos”, restaurantes entre outros, era iminente e estava formada, estabelecida, a nova sede do “submundo”, “estranho, heterogêneo e conturbado ninho, onde coabitam mariposas, serpentes e aves de rapina [...] gerado pela injustiça social, emergido do ventre da cidade grande, o odiado e odiando filho: a Boca do lixo, quadrilátero do pecado (JOANIDES, 1977, p. 24).

O aumento populacional intensificou a necessidade de proporcionar ocupação do tempo livre e estrutura de comércio suficiente para suprir as necessidades dos que se estabeleciam na cidade de São Paulo, surgindo assim um grande número de empreendimentos comerciais e de entretenimento, como cinemas, teatros entre outros⁶. A cena cultural paulistana ganhava força.

⁶ Em 1935 a cidade contava com cinco teatros (7.576 lugares), 60 cinemas (87.437 lugares), 19 circos de cavalinho, 14 parques de diversões, 360 sociedades de baile e 10 campos de futebol

Eventos como as Bienais tiveram papel decisivo na promoção das novas linguagens; o Teatro Brasileiro de Comédia atualizou o público com a dramaturgia estrangeira; a Companhia Cinematográfica Vera Cruz intentou realizar a independência do cinema nacional (ARRUDA, 2001, p. 21).

Ícone da modernidade a chegada da televisão dava à cidade de São Paulo ares de metrópole digna de figurar entre as mais urbanizadas do planeta [...] a “Companhia Cinematográfica Vera Cruz” [...] prometia um cinema brasileiro de qualidade e de padrão internacional [...] (REIMÃO, ANDRADE, 2007 *apud* MELO, 2007, p. 85).

Em contrapartida à tradição, surge a modernidade das luxuosas salas cinemas, o que causou alvoroço na população paulistana, pois novas portas se abriam para o primeiro mundo. Tudo que se exibia no cinema era espelho de outros países modernos como os Estados Unidos, sendo assim a resistência dos grupos conservadores era inevitável.

O cinema estava relacionado ao pecado, e seu ambiente obscuro propício para os desejos da carne. Segundo Schvarzman (2005, p.2) no início do século XX na cidade de São Paulo, o cinema já se apresentava como um divertimento de feira, essencialmente masculino, evoluindo para uma convivência proletária e popular no início dos anos 20. A princípio, a instauração dos cinemas apresentava um caráter popular, o divertimento dos trabalhadores. Entretanto, devido à curiosidade causada na classe burguesa, as salas de cinemas foram tomando outro papel na sociedade paulistana, assim como as óperas e os teatros pleiteavam a constituição de salas ricas em bairros de frequência burguesa, o cinema, nas aspirações do crítico, torna-se “espaço de diferenciação e distinção social”, e não de inclusão (SCHVARZMAN, 2005, p.1).

Contudo a dicotomia entre o cinema elitista e o cinema popular permanecia. A população não abdicava de seu divertimento e o cinema que se pregava constituir no Brasil nos anos 20 era avesso ao caráter popular, tanto nas imagens como na frequência, procurando incentivar os aspectos artísticos

em funcionamento segundo Raffaini (2001, p. 33). Em 1953 esse número subiu para 35 clubes esportivos e sociais, 10 teatros e 90 salas de cinema (NOVA, 2009). Em 1957 o número de cinemas totalizados pelo IBGE era de 178 salas segundo Ruiz (2006).

da concepção fílmica, o conforto e a opulência nas salas (SCHVARZMAN, 2005, p.3). Entretanto, nada disso tirou do cinema o seu caráter popular.

Com o aumento de demanda por filmes, houve a necessidade de alugar salas de teatros para comportar tantos telespectadores, tornando-se o principal passatempo e ponto de encontro dos paulistanos. Esses estabelecimentos apresentavam precariedade de condições sanitárias e carência na higiene. A grande maioria dos estabelecimentos era composta de empreendimentos familiares ou administrada por empresários do ramo de entretenimento (RUIZ, 2006, p. 3).

As salas de cinemas proporcionavam a sociabilidade entre os diversos grupos sociais, e o ambiente obscuro, uma privacidade onde não se viam as condutas dos freqüentadores permeando o espaço lúdico.

As transformações que tomaram lugar foi um sinal que o cinema se converteu no passatempo favorito dos habitantes da cidade de São Paulo. O cinematógrafo foi visto como um corolário da modernidade. Os filmes mostraram aos espectadores o modo de vida nos países mais avançados introduzindo modas, formas de comportamento e os avanços tecnológicos da vida urbana, impondo sobre a audiência a racionalização de condutas e padronização dos costumes e hábitos de consumo. Desta maneira, os elementos e situações mostradas na tela se transformaram em modelos para a modernização (RUIZ, 2006, p. 4).

Com filmes que expunham cenas sensuais, mesmo limitadas pelos estreitos limites da tolerância da censura⁷, além do ambiente obscuro e discreto, as salas de cinema atraíam diversos tipos de público que as abarrotavam, dentre eles indivíduos considerados estigmatizados, como os homossexuais. Esses indivíduos muitas vezes partiam em busca de locais tranquilos para seus encontros, onde se comportavam de forma condenatória pela sociedade. Com o ambiente discreto e propício, as salas de cinemas tornavam-se um dos palcos preferenciais para esses encontros “o Cine Oásis, na Júlio de Mesquita, juntamente com dois ou três mini-cinemas da região,

⁷ “O grande escândalo ocorreu em 1951 quando a irreverente Virginia Lane apareceu nua (na verdade apenas a silhueta de seu corpo projetada numa parede), em uma seqüência do filme “Anjos do Lodo”, uma adaptação do diretor Lulu Barros para o romance de José de Alencar: “Lucíola” (MELO, 2007, p. 86).

apresentava sessões corridas até quatro da madrugada, completando o campo de entretenimento social “submundano” (JOANIDES, 1977, p. 79)”.

A possibilidade de alguns indivíduos se comportarem de forma indecente dentro das salas de cinemas fez com que os grupos conservadores imediatamente tomassem uma posição, reprimindo-os.

A reação moralizante foi rápida e alastrou-se pelo país abrindo espaço para polêmicos debates nas tribunas e na imprensa, inclusive dando origem a campanhas cívicas comandadas por entidades femininas como a “Confederação das Famílias Cristãs - CFC (MELO, 2007, p. 87).

Constatada a ocorrência desse público, entrou em cena um regime rígido de censura, comandado não somente pela Igreja, mas também pela Divisão do Turismo e Divertimentos Públicos, instituída em 1936, com origem na seção de polícia do município: “por meio de um corpo policial, mantinha a ordem, controlava e continuava cobrando impostos dos momentos de lazer, das práticas culturais e sociais de grande parte da população” (RAFFAINI, 2001, p. 61), acuando ainda mais os grupos minoritários durante esse período conturbado da sociedade paulistana.

O presente estudo consiste na análise de uma situação específica e localizada: foi conduzido na cidade de São Paulo, durante a década de 1950, tendo como foco os grupos homossexuais e como eram vistos pelo grupo majoritário.

Na procura por fontes de pesquisa correlacionáveis com a teoria indicada levamos em consideração a metodologia da análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977). Segundo Valentim (2008, p. 3),

[...] tem como objeto de estudo a linguagem. Em razão disto, foi muito usada em estudos de mensagem escrita, num primeiro estágio. Posteriormente, foi empregada na análise de comunicações não verbais, a Semiologia. Finalmente, abrangeu trabalhos de índole lingüística.

A análise de conteúdo dispõe-se em três etapas cronológicas: a pré-análise, composta primeiramente pela leitura flutuante, escolha dos documentos, preparação do material, referenciação dos índices e a elaboração

de indicadores. Em segundo, ocorre a exploração do material. Por fim, se delinea o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

No processo de escolha da fonte da pesquisa, observamos que a mídia impressa (jornais e revistas) da década de 1950, em boa parte objetivava a reforçar a feminilidade da mulher e a masculinidade do homem, enfatizando o gosto pela vida depois de anos de privação e sofrimento, causados pela guerra (1939-1945). Nesses anos não se falava em beleza e sim em uma boa aparência. Houve o início de uma cultura de compra, com revistas deixando clara a facilidade de adquirir os produtos expostos nas propagandas. Pode-se dizer que a partir daí, a publicidade em torno do hábito de comprar e usar produtos para os cuidados com o corpo foi se tornando cada vez mais comum, gerando uma idéia de facilidade (OLIVEIRA, 2007, p.294-295). Ao analisar os dois tipos de mídia impressa, notamos uma abordagem mais completa por parte dos jornais. Posto isso, elegemos para análise artigos de jornais da cidade de São Paulo.

Buscamos jornais existentes na época por meio de pesquisas em meios eletrônicos. Encontramos sete jornais que foram fundados anteriormente aos anos 1950 e ainda se mantêm ativos, e quatro que se destacaram como mais influentes.

O jornal Folha de São Paulo, que até meados da década de 1950 se denominava Folha da Manhã, tornou-se o de maior circulação no Brasil, com média de distribuição diária de cerca de 370.000 exemplares no domingo e de 299.000 nos dias úteis, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) (<http://www1.folha.uol.com.br/foalha/conheca/circulacao.shtml>). O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil e a própria Folha tornaram-se os jornais mais influentes do país.

Fizemos a opção de pesquisa jornalística nos Jornais Folha da Manhã e Folha de São Paulo, em função de seu banco de dados físico ser o mais acessível e completo.

Pesquisamos os artigos existentes no banco de dados da Folha de São Paulo, haja vista que é um acervo jornalístico que contém mais de oito décadas da história recente do Brasil. O acervo inclui a coleção de jornais editados pelo

grupo, arquivo de recortes com cerca de 100 mil pastas temáticas e 20 milhões de imagens em arquivos físicos e digitais⁸.

Ao apreciar algumas edições do jornal publicadas na década de 1950, as reportagens que mais nos interessaram se faziam presentes na coluna *Notas Policiais*, pois ofereciam ao leitor informações sobre campanhas contra a imoralidade social e os locais onde se apresentavam os infratores e na coluna *Nosso Mundo Mental*, de autoria da psicóloga Virginia L. Bicudo⁹. A coluna apresentava essa série de reportagens publicadas nas edições de Domingo, contemplando matérias destinadas às famílias, úteis ao dia-a-dia nas áreas de educação, moral e bons costumes, dicas de como cuidar bem dos filhos e detectar problemas mentais ao longo da adolescência como a homossexualidade.

Após organizarmos todo o material, partimos então para a técnica de análise. Ao todo, analisamos quatro anos de publicações – 1950, 1954, 1955 e 1960, abrangendo 48 meses. Apreciamos cerca de 1.044 exemplares diários e aproximadamente 416 dominicais, totalizando 1.460 jornais e 54.388 folhas, o que resultou em 53 matérias para análise, sendo 7 notas policiais e 46 matérias diversas, incluindo as publicadas na coluna *Nosso Mundo Mental*.

Após a tabulação dos resultados, compreendemos que a sociedade paulistana da década de 1950 não aceitava qualquer manifestação comportamental que se opunha aos modelos exigidos pela sociedade majoritária. As crianças e os adolescentes eram alvos de campanhas sociais, que existiam com o propósito de mapear e tratar distúrbios mentais e sociais, como a homossexualidade. Essa intensa repressão social e governamental acuava os indivíduos homossexuais, lhes restando apenas uma alternativa: a dissimulação. Para a sociedade majoritária, apresentavam-se como indivíduos

⁸ Desde 1994 todos os textos da Folha de São Paulo estão digitalizados e disponíveis aos assinantes ou assinantes do portal UOL, podem ser encontrados exemplares a partir de 1920 (<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/conheca/historia.shtml>).

⁹ Virginia Lemos Bicudo, natural de São Paulo/SP, foi a primeira candidata a psicanalista não médica no Brasil. Professora normalista, em 1930; educadora sanitária, pelo Instituto de Higiene e Saúde da Universidade de São Paulo, em 1932; bacharel em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política, em 1945. Iniciou sua carreira em 1932, como "educadora sanitária" pelo Instituto de Higiene Pública de São Paulo. Uma importante contribuição de Virgínia Bicudo foi o trabalho de introdução à análise de crianças e formação de analistas, juntamente com Lygia Alcântara Amaral, no Instituto de Psicanálise de São Paulo. Pioneira da Psicanálise em São Paulo, distinguiu-se por suas idéias arrojadas e politizadas sobre a função social do psicanalista (<http://www.cliopsyche.uerj.br/arquivo/bicudo.html>).

“normais”. Desmascaravam-se nos guetos, locais onde os indivíduos expunham-se aos iguais, sem desonra. Observamos que os indivíduos estigmatizados mantinham-se em uma posição inferior, concebida por eles mesmos e imposta pelo grupo majoritário, posição que estreitava ainda mais os laços internos.

Visamos com isso a contribuir para o entendimento da sociabilidade entre homossexuais masculinos vista sob a teoria da dádiva de Marcel Mauss (2007), e como os grupos majoritários da cidade de São Paulo compreendiam esse comportamento na década de 1950.

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos os conceitos sobre a história da homossexualidade e sua visibilidade na sociedade brasileira. Explicitamos as mudanças ocorridas no campo da sexualidade, haja vista as produções científicas de Vanessa K. C. Sanches (2006), James Green e Ronald Polito (2006) e Anthony Giddens (2004).

Reginaldo Prandi (1979), Peter H. Fry e Edward MacRae (1991) apresentam conceitos que apontam a constituição das características homossexuais. Aline B. Menezes (2005) proporciona a reflexão acerca da dicotomia entre o que é inato e o que é aprendido no comportamento homossexual. Os conceitos e a história sobre a sexualidade se delineiam por Michel Foucault (2007), a questões de gênero, identidade e masculinidade por Alexey Dodsworth Magnavita (2008), Judith Butler (2003) e Robert Connell (2005). Ao discutirmos conceitos acerca da família, do modelo social e seus papéis propusemos as pesquisas de Márcia Arán (2003), João S. Trevisan (2007), Sergio Gomes da Silva (2000) e James Green e Ronaldo Trindade (2005). Nesta etapa, procuramos esboçar parte da trajetória da luta pelos direitos homossexuais no Brasil exposta pela mídia e sua importância no processo de visibilidade desses indivíduos.

Visualizamos a sociabilidade na cidade de São Paulo vista por meio da cena cultural e a censura sofrida pelas novas manifestações sociais descritas por Sheila Schvarzman (2005), Renato Ortiz (2006), José M. Melo (2007), Maria A. do N. Arruda (2001), Célia M. M. Dias (2006) e Hiroito M. Joanides (1977). Como consequência da repressão, notamos que houve a exclusão do

grupo homossexual do convívio social, com sua adesão aos guetos e a consequente busca nesses locais de aceitação e identidade.

No segundo capítulo apontamos os conceitos sobre estigma e os guetos homossexuais, tratados por Erving Goffman (1988) e Loic Wacquant (2004), bem como a importância do encontro entre os homossexuais masculinos presentes nos guetos e a compleição dos símbolos do corpo distinguidos pelos indivíduos, segundo Marcel Mauss (2007), David Le Breton (1992) e Emmanuel Lévinas (1997). Observamos que os valores do outro indivíduo no cotidiano dos homossexuais se determinariam por meio da alteridade do rosto e da palavra. Procuramos relacionar a teoria da dádiva com a homossexualidade, contemplando as obras de Marcel Mauss (2007), Paulo Henrique Martins (2002), Eric Sabourin (2009), Jacques T. Godbout (1998 e 1999), e Luc Boltanski (1990).

No último capítulo, expusemos a tabulação dos dados e as informações obtidas no *corpus* documental, para finalmente tecer considerações sobre o entendimento da sociedade paulistana sobre o comportamento homossexual.

Capítulo I - A homossexualidade

O questionamento acerca da homossexualidade se intensificou durante o século XX, aproximadamente no período de 1950 a 1980. Seu início ocorreu no século XVII, com o discurso repressor sobre sexualidade, quando se desenvolveu o interesse pelo comportamento sexual humano.

O código de conduta cristão não permitia qualquer incitação explícita ao sexo, tais como gestos e expressões. [...] a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção [...] Surge à análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 2006, p.32).

O discurso amparado pela Contra-Reforma trazia como propósito a reformulação da conduta sexual dos indivíduos, tornando o sexo uma questão “política”, visando à explicitação dos conceitos, noções, definições e descrições da sexualidade, práticas e opções sexuais, a fim obterem o controle total da população.

Segundo Barbosa da Silva (1960 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 220):

A abordagem teórica prevalente nos estudos sobre homossexualidade era histórica e cultural (sua manifestação em diferentes épocas e locais), e médico-psicológicas. Desses, os mais atuais eram as interpretações avançadas de Freud, Albert Ellis e Alfred Kinsey [...] Kinsey já analisava seu material por um viés mais sociocultural, e utilizava-se de técnicas estatísticas modernas para a manipulação de dados.

Autores como Kinsey (1948; 1953), Masters e Johnson (1966; 1970) e Shere Hite (1976; 1981) desenvolveram pesquisas sobre a sexualidade humana. Houve críticas diversas: desde elogios e aceitações absolutas, passando por parciais contradições e até rejeições no meio científico. Essas pesquisas apresentaram novas descobertas, descreveram comportamentos sexuais de homens e mulheres, relataram intimidades e privacidades, divulgaram segredos, medos e receios, criaram e recriaram termos e conceitos científicos que, com a popularização, sofreram interpretações equivocadas e

vulgarizadas. Esses relatórios mostraram a verdadeira conduta sexual dos indivíduos.

Anteriormente a esses estudos, Havelock Ellis, médico inglês, considerado o pai da investigação sexológica moderna, escreveu “Estudos sobre a psicologia do sexo”, entre 1897 e 1928.

Freud (1856-1939), considerado criador da Psicanálise, se consolidou como um dos mais respeitados estudiosos da sexualidade e da vida psíquica. Em suas “Obras Completas”, textos produzidos no período de 1886 até 1939, utilizou os termos e expressões introduzidos por Ellis. Observamos que os termos utilizados para designar os indivíduos homossexuais foram se modificando ao longo dos diversos períodos da história.

Os termos empregados ao longo do trabalho foram formulados anteriormente à definição do período de estudo, ou seja, a década de 1950 e se encontram sistematizados no Quadro 1.

Período	Termo	Significado	Implicações
Grécia Antiga	Pederastia	Rituais sexuais entre homens de idades e hierarquias diferentes	Valorização e incentivo; enaltecimento do papel da beleza.
Grécia Antiga	<i>Philia</i>	Relação afetiva entre dois homens, sem intercurso sexual.	Valorização da predileção por companheiros do mesmo sexo.
Início do século XIX	Uranismo	Mulher no corpo de homem. Essência do indivíduo.	Luta por direitos sociais pautada na base biológica desta característica.
Segunda metade do século XIX	Homossexual	Indivíduos biologicamente atraídos por pessoas do mesmo sexo.	Intervenções científicas de conversão e “normalização” da prática sexual.
Começo do século XX	Homossexualismo	Sentido de doença, com a “efeminação” como sintoma.	Tentativa de descrição e categorização pormenorizada, para futura “prevenção” e “cura”.
Segunda metade do século XX	Homossexualidade	Modo de ser do indivíduo. Ênfase em aspectos psíquicos e afetivos.	Defesa dos direitos homossexuais, condenação da homofobia.

Quadro 1. Síntese de conceitos sobre o termo homossexual
Fonte: Menezes (2005, p.303)

Neste trabalho, para nomear indivíduos que mantinham relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo, utilizamos o termo “homossexual” e para suas

características, “homossexualidade”, pois o termo “homossexualismo”¹⁰ apresenta uma conotação pejorativa.

A palavra homossexualidade tem como origem o grego “*Homos*” que significa “*igual*” ao qual se acrescenta a palavra latina “*sexus*”, que evidentemente significa “*sexo*”, obtendo como definição - uma atração física, emocional, estética ou espiritual entre seres do mesmo sexo.

Existe controvérsia em relação à criação do termo. Para Trevisan (2007, p. 178), o termo foi introduzido pelo médico austro-húngaro Karoly Benkert, em 1869.

Segundo Mott (1996), a palavra propriamente dita só surgiu em 1869, pelo jornalista e advogado húngaro Karol Maria Kertbeny. Para proteger sua pessoa e conferir maior respeitabilidade à defesa dos homossexuais, Kertbeny teria usado o pseudônimo Dr. Benkert, embora nunca tivesse sido médico (TEBAR, 2005, p.14).

Apesar do termo “gay” já existir no português antigo com o mesmo significado atual: alegre: (de gaiato) - “rapaz alegre” (<http://www.paginadoe.com.br/home/post/861>), não o utilizaremos no corpo do texto, excetuando-se algumas citações.

Os homossexuais se diferem sexualmente dos grupos majoritários pela atração por indivíduos do mesmo sexo. Por este motivo, as relações interpessoais entre homossexuais são caracterizadas nesse estudo como relações entre “iguais”.

Não correspondendo às perspectivas de normalidade, o grupo situava-se assim no subconjunto dos “grupos minoritários”¹¹, que não se dispunham por caráter numérico e sim por uma condição distinta dos códigos relacionados ao padrão ideal de conduta imposto.

Levando em consideração essas observações, compreendemos que por essas razões os indivíduos do grupo majoritário acreditavam que quem

¹⁰ A denominação “homossexualismo” deixou de ser utilizada somente em 1991. Devido ao fato que a Organização Mundial de Saúde passou a desconsiderar a homossexualismo como doença e foi substituída pela palavra homossexualidade, já que o sufixo *ismo* está relacionado à doença ([http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp? NOTCod=52983](http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=52983)).

¹¹ Nos grupos minoritários não se deve levar em conta a questão de números, mas, sim as características que os diferem dos grupos majoritários. No caso dos grupos homossexuais, a preferência sexual por indivíduos do mesmo sexo (WIRTH, 1950 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005).

apresentasse as características homossexuais não poderiam verdadeiramente apresentar ao mesmo tempo as características da “normalidade”.

1.1 A homossexualidade no Brasil

Os indivíduos homossexuais mantinham-se à margem da sociedade brasileira. Notamos claramente este fato ao longo da história da homossexualidade no Brasil, além de perceber como ocorreu a estigmatização desse grupo e como ele foi encarado pela sociedade brasileira. Para esse entendimento recorreremos às publicações jornalísticas e científicas, além de literatura científica sobre o tema, como os estudos apresentados na obra “Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)” de Green e Polito (2004, p. 17):

[...] antes de 1970 são raríssimas as fontes a respeito dos homossexuais masculinos; após 1980, com a consolidação dos movimentos políticos e das publicações homossexuais, esboça-se uma conjuntura social e cultural muito distinta da época anterior.

Os autores reúnem relatos, artigos científicos, registros médicos e policiais, datados de 1870 a 1980, apresentando um panorama geral de como a sociedade referenciava os homossexuais e suas características. Pudemos constatar a quase inexistência de publicações jornalísticas sobre a problemática homossexual no início do século XX, dificultando a compreensão social e individual real do grupo nessa época. As publicações científicas sobre o tema apresentavam-se tendenciosas, citando sempre a homossexualidade como doença.

Em contrapartida a essas publicações, os estudos de Fabio Barbosa da Silva (1960) foram precursores e descreveram o mundo homossexual na cidade de São Paulo. Obra inédita, foi apresentada em 1960, na forma de dissertação. O autor traçou o perfil da comunidade homossexual, incluindo hábitos, concentração no espaço urbano, perspectivas e frustrações, além de

vocabulário característico, facilitando o entendimento de como ocorreu a inclusão da problemática homossexual na sociedade paulistana.

A dissertação de Barbosa da Silva foi resgatada pelos pesquisadores Green e Trindade (2005), que a incluíram na obra “Homossexualismo em São Paulo e outros escritos”, a qual reúne ensaios que discutem e atualizam a dissertação e os relatos dos autores acerca dos percalços ao tentarem localizar e resgatar os manuscritos originais da obra. O livro contempla um artigo e a dissertação de mestrado de José Fábio Barbosa da Silva, datados no final da década de 1950 e mais dois artigos, considerados clássicos: o primeiro apresenta o mapeamento das territorialidades marginais de São Paulo e o segundo, um estudo da importância da criação de novas identidades e formas de organização da comunidade homossexual.

Observamos por meio dos estudos de Barbosa da Silva, (1960 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005), que a cidade do Rio de Janeiro na década de 1950 era a capital cultural do Brasil, proporcionando maior abertura às manifestações culturais e aos grupos sociais considerados minoritários.

A cidade de São Paulo, de acordo com Barbosa da Silva, sempre se manteve avessa às manifestações culturais e sociais duvidosas se comparada ao Rio de Janeiro. Ao refletir sobre as diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo ressaltamos que, no Rio, a vida dos homossexuais era muito mais aberta se comparada a São Paulo.

A vida no Rio era mais superficial que a de São Paulo. Mais purpurinada, menos substantivo [...] A cidade estava sempre explodindo com festas. E a praia, no meio da semana – você ficava horas na praia (BARBOSA DA SILVA, 10/01/2000 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 26).

Constatamos que essa diferença entre as cidades prevaleceu até período posterior ao que determinamos para pesquisa. Entretanto, o que nos levou a definir a cidade de São Paulo para esta pesquisa, foi o fato de que a sociedade paulistana mostrar-se mais repressiva em relação a aspectos comportamentais. Consequentemente, o impacto da conduta homossexual em São Paulo era maior, apresentando características distintas e importantes para constituição da identidade homossexual.

A capital paulista sempre foi considerada mais conservadora e opressiva a novas idéias culturais e sociais. Nos anos 1950 se apresentava dominada pela “família rural tradicional de classe alta”, que prevalecia como modelo (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 224). A cidade moderna era um fenômeno recente.

Com toda a perspectiva de expansão e modernização da capital, um questionamento sempre permeou os pensamentos dos ativistas homossexuais, questionamento que mesmo com a Revolução Sexual se manteve - Quando a sociedade vai nos integrar? Segue interessante resposta:

Em resposta: No dia em que formos suficientemente integráveis. E, repito: pagando um preço. Pense em quanto vai ser preciso dar em troca. Exercite sua imaginação: faça uma lista. No final, você verá que o Paraíso Social tem cara de papai-mamãe – que poderá ser papai-papai ou mamãe-mamãe. Mas sempre se exigirá que a gente se coloque no *nosso lugar*, quer dizer, o lugar à margem que a sociedade nos ofereceu, sobretudo quando delimita nosso espaço. Porque lá é o lugar dos transgressores que somos, gostemos ou não. Foi o que muita gente extraordinária fez [...] É outra lista grande. Informe-se e faça a sua própria. Vai ser delicioso saber que você nunca esteve só – parte do seu verdadeiro mundo, não daquele onde nos querem enfiar. E haja lista! (SUI GENERIS n. 25, 1997 *apud* TREVISAN, 2007, p. 531).

Essa questão foi exposta em uma das obras mais completas acerca dos movimentos homossexuais no Brasil: “Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade” de Trevisan (2007).

O autor expõe uma extensa pesquisa documental em torno do ser brasileiro e do ser homossexual, do confinamento da sexualidade provocado pela inquisição ao medo da AIDS. Nesta obra pode-se observar que a problemática da vida homossexual em São Paulo aos poucos foi tomando outra direção. Lentamente, e em meio a muita censura e represália, a expansão da capital paulista proporcionava mais atrativos para os grupos homossexuais.

A cidade crescia em especial por causa da migração, tanto interna como externa. Embora a cultura brasileira predominasse, a influência da cultura européia era bem significativa, conflitando os conceitos familiares, que ao longo do tempo foram se diluindo, trazendo com isso fatores que proporcionaram uma sociedade mais aberta com maior diversidade social.

Essas transformações dos anos 50 eram primordiais para a vida *gay* da cidade [...] nesse período, representava provavelmente o centro e mais alto ponto de desenvolvimento dos processos de urbanização e industrialização na sociedade brasileira, sendo representativo do ápice da complexidade sociocultural encontrada na sociedade nesse ponto do processo histórico (BARBOSA DA SILVA, 1960 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 35).

Cabe ainda ressaltar que durante o século XX São Paulo transforma-se numa metrópole industrial e a maior cidade do país. Essa expansão proporcionou o aumento das atividades culturais, feiras, salões de arte, ampliação do número de salas de teatro e de cinema.

Houve um crescimento de São Paulo e muita mobilidade social. Havia mais dinheiro. Chateaubriand estabeleceu o Museu de Arte Moderna, a moda e os têxteis, que se tornaram importantes para o Brasil [...] As coisas [tradicionais] começaram a se dissolver, a corroer” (BARBOSA DA SILVA *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 35).

O aumento dessas atividades fortaleceu o cinema, que já era considerado o principal passatempo dos paulistanos. Essas modernizações fizeram com que os governantes tomassem providências, a fim de controlar a “metropolização”, para que se mantivessem a ordem, a moral e os bons costumes.

A complexidade das atribuições dos departamentos, divisões e seções responsáveis pela censura é mostrada no Quadro 2. Notamos que já em meados da década de 1930, os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização do comportamento social brasileiro se faziam presentes no País.

	Órgão Censor	Período
1	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento de Investigações, Divisão de Diversões Públicas	1932
2	Delegacia de Costumes, Censura Theatral	1934
3	Censura Theatral	1942
4	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Divisão de Turismo e Diversões Públicas	1941-1944
5	Interventoria Federal, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Divisão de Turismo e Diversões Públicas	1945-1946
6	Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública. Departamento de Investigações, Divisão de Diversões Públicas	1947-1956
7	Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, Setor de Órgãos Auxiliares Policiais, Divisão de Diversões Públicas, Serviço de Teatro e Diversão em Geral	1957-1967
8	Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Departamento Federal de Segurança Pública, Serviço de Censura Federal	1967
9	Serviço de Censura de Diversões Públicas, Seção de Censura Federal – DR/SP	1967
10	Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Departamento Federal de Segurança Pública, Delegacia Regional de São Paulo, Seção de Censura Federal	1967-1968
11	Serviço de Censura e Diversões Públicas, Departamento de Polícia Federal, Censura Federal e Teatro	1968

Quadro 2. Lista de Órgãos Censores de 1930 a 1968. Arquivo Miroel Silveira .
Fonte: Costa (2006, p. 147)

Na cena paulistana, o órgão responsável pela fiscalização, em especial dos cinemas, era a Divisão do Turismo e Divertimentos Públicos. Essa divisão se responsabilizava pela fiscalização de todas as salas de cinemas. O aumento da quantidade de salas e o surgimento do comportamento inadequado manifestado pelos frequentadores exigiram dos investigadores novas habilidades profissionais, para reconhecer e coibir novas e duvidosas manifestações. Com o desenvolvimento dessas habilidades, os métodos coercitivos se apresentavam muito mais eficazes na cidade moderna. Ressalta Ortiz (2006, p.39):

Sabemos que é nas grandes cidades que floresce este mundo moderno; a questão que se coloca é conhecermos como ele se

estrutura, e em que medida determina parâmetros novos para a problemática da cultura. Por isso se faz necessário entender como se articulam diversos ramos de produção e difusão de massa.

O controle das atividades de lazer dos paulistanos não supriu o anseio por mudanças da população, pois quanto mais se apresentavam películas produzidas nos países desenvolvidos, influenciando diretamente a população, mais os modelos comportamentais paulistanos se modificavam. Para Ruiz (2006, p. 1):

Um dos aspectos do cinema como meio de comunicação de massas tem a ver com seu impacto sobre a audiência, é aceita a idéia que o cinema como diversão urbana foi a mais popular, independentemente da idade e o sexo da platéia, influido diretamente sobre os padrões de comportamento e hábitos de consumo dos espectadores.

No ano 1945, freqüentaram o cinema Universo 1.034.000 espectadores. Ao Piratininga compareceu um público de 998.000 pessoas. Mais tarde, em 1949, inaugurou-se o cinema Cairo, localizado na Rua Formosa, que em 1957 teve uma audiência de 729.000 espectadores. O cine Opera (1939) - Rua Dom José de Barros, 505 – Centro. Cine Cruzeiro (1943), situado na Rua Domingos de Moraes, 486 – Saúde, cine Radar (1950) - Av. Santo Amaro, 526 – Itaim, cine Riviera (1952) localizado na Av. Lins de Vasconcelos, 1.108 - Aclimação e os cinemas Oasis (1950), na Praça Julio Mesquita, o cine Marrocos (1951), na Rua Conselheiro Crispiniano, e o República (1952), localizado na praça do mesmo nome, o Cine Jussara (1951) na Rua Dom José de Barros, Cine Anchieta (1952), localizado na Rua Silva Bueno, 2404 – Ipiranga, também foram freqüentados por um grande público (<http://salasdecinemadesp.blogspot.com>). A maioria dessas salas encerrou suas atividades anteriormente à década de 1990.

A cidade de São Paulo ocupou um lugar privilegiado em termos de audiência. Em 1957, o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) registrou para o Brasil a existência de 3.303 salas de cinema, que ofereceram semanalmente 25.546 sessões atendidas por 6.885.760 espectadores. Nesse mesmo ano, São Paulo possuía 178 cinemas que proporcionaram por semana 2.661 sessões a uma platéia de 1.088.368 pessoas (RUIZ, 2006, p. 07).

Essa grande freqüência nos cinemas paulistanos fez com que surgisse no centro da cidade uma região que seria conhecida como a “Cinelândia Paulista”, localizada entre a Avenida São João, o Largo Paysandú, a Rua Santa Ifigênia e a Avenida Ipiranga. O circuito movimentou o centro de São Paulo entre as décadas de 1940 a 1970. Nessa zona foram construídos os principais cinemas da cidade. Na Avenida São João estavam localizados os cinemas Avenida (1935), o Ufa-Palace (1935) – chamado de Art-Palace a partir de 1942, Metro (1938), Broadway (1941) e Ritz (1943). No Largo Paysandú, o Bandeirante (1939) e na Rua Santa Ifigênia o Paratodos (1935). Finalmente, na Avenida Ipiranga, localizavam-se o Ipiranga (1943) e o Marabá (1945). (RUIZ, 2006, p. 07 - 08).

Esses cinemas faziam parte de uma série de lugares, como bares, *boites*, parques, entre outros, que eram freqüentados também pelos homossexuais.

A “Boca do Lixo”, caracterizada no quadrilátero pertencente às Ruas Santa Ifigênia, dos Andradas, dos Gusmões, Vitória e Protestantes, se tornava, “uma cidade dentro da cidade, uma colônia numerosa e próspera, com vida própria” (JOANIDES, 1977, p. 76). O comércio se apresentava completo, desde lojas, bares, restaurantes, cinemas, dentistas, farmácias, barbearias e salões de beleza, que serviam quase que exclusivamente a classes estigmatizadas.

Dentre os bares mais freqüentados, apresentavam-se o Moisés, na Duque de Caxias, ponto de guardas-civis e investigadores, o Bar dos Cafetões, na Santa Ifigênia com a Gusmões. O Restaurante Canto do Galo, mais abaixo na esquina com a Rua Vitória, alimentava as mulheres da vizinhança. Na esquina Gal. Osório, ficava o Bar e Lanchonete Ouro Verde, que era considerado um dos bares mais violentos da região. Havia também o Bar Argentino, na Rua Aurora, o Bar das Caipirinhas e o Paladium, ambos na Avenida Rio Branco, além do Bar do Laerte, entre outros diversos, freqüentados em peso pelos considerados “submundanos” (JOANIDES, 1977, p. 76-77).

Relacionando os restaurantes noturnos, geralmente freqüentados da meia-noite às sete da manhã, encontram-se presentes o Tabu, na Rua Vitória - sua maior freqüência era de meretrizes e marginais - a Adega Arouche, no Largo do Arouche, que tinha a preferência das mulheres de boates, o

restaurante “Papai”, da Júlio de Mesquita, que era freqüentado por lésbicas, o El Greco, na Rua dos Timbiras, e o Pedrinho, na Avenida São João, que apresentavam musica ao vivo. Por fim, apresentavam-se, os cinemas da madrugada na Praça Júlio de Mesquita - um deles era o Oásis. Por fim, as casas de jogos clandestinas, onde homens e mulheres disputavam os seus “pif-pafs”, suas “cachetas” (JOANIDES, 1977, p 78-79).

A “Boca do Lixo”, com tantas oportunidades, se tornava o principal local de freqüência dos grupos estigmatizados ou indivíduos em busca de aventuras que fugissem da normatização cultural moralista.

Com toda essa abertura social e cultural, juntamente com locais favoráveis à socialização, os aspectos relacionados ao movimento homossexual tornaram-se menos obscuros, não obstante a resistência demonstrada pela sociedade paulistana às novas ideologias tenha permanecido. Fatores não menos importantes para essa resistência do que o conservadorismo eram a austeridade e o preconceito institucional dos governantes desta e das épocas anteriores.

A vida era muito controlada e a esquerda completamente perseguida. Então todas as novidades que vieram com a Semana da Arte Moderna foram reprimidas durante o Estado Novo [...] (BARBOSA DA SILVA *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 35).

A chamada “Era Vargas”, que regeu o Brasil por quase vinte anos, se caracterizou por quatro fases - o governo provisório¹² de 1930 a 1934, o governo constitucional¹³ de 1934 a 1937, a ditadura do Estado Novo¹⁴ de 1937 a 1945 e, por fim, o mandato pelo voto direto, iniciado em 1951, tendo um trágico fim em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas.

¹² “O período marcado pelo Governo Provisório foi tomado por medidas centralizadoras do poder. Iniciando-se com a dissolução do Congresso Nacional, a tomada do Poder Executivo e Legislativo, levando a demissão de todos os governantes de estados e cidades, para tais cargos foram nomeados interventores federais” (FAUSTO, 2004, p. 333).

¹³ “Medida tomada pelo Governo Provisório, com o intuito de constitucionalizar o país. Foram realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo uma República Federativa por meio da promulgação da Constituição de 14 de Julho de 1934. A Constituição tratava de alguns princípios inéditos nas Constituições anteriores, tais como: ordem econômica e social; da família, educação e cultura; e da segurança nacional” (FAUSTO, 2004, p. 351-352).

¹⁴ “Podemos sintetizar o Estado Novo (1937-1945) sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais” (FAUSTO, 2004, p. 366-367).

Na cidade de São Paulo nos anos 1950 a sociedade se dividia entre o regionalismo, que se determinava pela tradicional família rural, e o “paternalismo, machismo, uma cultura literária e burocrática [...] com poder investido nas mãos das famílias tradicionais e de instituições, como a Igreja e o Exército” (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 224-225). Segundo Connell (2005), em “*Masculinities*”, “a cultura patriarcal tem uma interpretação simples dos homens homossexuais: falta-lhes masculinidade”¹⁵ (CONNELL, 2005, p.143).

Para Fry e MacRae (1991, p.48), as relações sociais entre homens e mulheres “[...] são caracterizadas também por diferenças de poder, de tal forma que o homem é considerado superior à mulher”. O modelo médico-psicológico que se manteve até metade do século XX, de certa forma incorporou os princípios hierarquizantes do gênero, decompondo os homossexuais em “ativos” e “passivos”, sendo os últimos considerados “homossexuais de verdade”. Em contraposição Fry e MacRae (1991, p.63) explanam que:

Do ponto de vista da medicina, não importa se um indivíduo adota o sexo social apropriado ao fisiológico, se ele pratica ou quer praticar atos sexuais com pessoas do mesmo sexo fisiológico, “passiva ou ativamente”, ele é considerado homossexual.

Posteriormente, o modelo caminhou para uma representação mais homogênea dos diferentes tipos, baseada em uma suposta “condição” homossexual. Segundo Fry e MacRae (1991, p.45):

Assim, um homem pode se relacionar com uma bicha, enquanto o primeiro é “ativo” e o segundo “passivo”. Nesse sentido o que causa escândalo é quando uma bicha se relaciona com outra bicha. Esta, sim, seria a relação “homossexual” perante a sociedade.

Com o propósito de explicitar as diversas teorias relacionadas à homossexualidade, procuramos nos ater não no *porquê* do indivíduo apresentar o comportamento homossexual e sim no âmbito simbólico desse comportamento perante a sociedade paulistana, questionando: como a sociedade paulistana da década de 1950 lidava com o comportamento homossexual?

¹⁵ No original “*Patriarchal culture has a simple interpretation of gay men: they lack masculinity*”.

O estudo orientou-se pela hipótese de que a sociedade paulistana se mostrava extremamente repressiva a quaisquer manifestações sociais que fossem contrárias aos princípios morais normativos de comportamento, devido ao preconceito e o medo em lidar com novas condutas.

Como consequência desse medo e preconceito, os indivíduos estigmatizados foram forçados a se socializarem nos “guetos” homossexuais. Na primeira metade do século XX, os “guetos” paulistanos se tornaram refúgios para os grupos homossexuais masculinos, locais onde conviviam entre “iguais” e desenvolviam vínculos sociais relativamente importantes.

Segundo Barbosa da Silva (1960 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005), o grupo homossexual, afastado dos grupos majoritários, constituía diversas formas de vínculos que se iniciavam desde o interesse mercantilista, até mesmo à solidariedade em suas formas mais puras e desinteressadas, como uma simples troca de palavras.

Ao coexistirem dentro do grupo, a linguagem simbólica se delineou de maneira importante, pois, esses indivíduos ao ocultarem da sociedade majoritária suas características homossexuais, principalmente para serem aceitos, criavam no convívio interno seus próprios códigos. Convivendo entre iguais nos guetos, a relação como grupo se torna essencial, ao passo que a inclusão nesse grupo ocorre como reafirmação do ser individual num coletivo que o abriga.

O indivíduo não mais está sozinho e sim amparado pelo grupo, a partir do momento em que o eu, o indivíduo, passa a compor um determinado grupo que reconhece cada ser como fração de um todo.

O vínculo se manifesta entre outras formas por meio da alteridade exteriorizada no rosto. Passa a existir um organismo cuja unidade assegura a solidariedade das partes que o compõem.

A partir desse ponto de vista, os vínculos nutriam-se pelo encontro, que ao se materializar, promovia a abertura do ser para o entendimento do outro, por meio da palavra, que no momento em que era proferida criava um vínculo profundo em relação ao próprio ente enquanto puro. Os indivíduos não mais eram estranhos uns aos outros, permitindo o reconhecimento de suas fraquezas.

Esse lado oculto da sociabilidade dos grupos homossexuais ao longo de uma trajetória de lutas se tornaria visível à sociedade, fazendo com que os indivíduos homossexuais começassem a tomar postura oposta a de omissão e ocultamento.

1.2 A visibilidade social dos grupos homossexuais

De acordo com Giddens (2004), as mudanças ocorridas no século XX influenciaram de maneira considerável o comportamento social voltado para a problemática homossexual. Houve diversas conquistas e derrotas no caminho que objetivou a busca de respeito, legitimidade e a almejada “*identidade gay*”.

Com a falta de informações imparciais sobre o comportamento homossexual, a imprensa estava incumbida em divulgar notícias sobre o assunto. Esse mesmo tema se apresentava nos relatórios médicos e nos registros policiais, que expunham tendenciosamente seus pareceres à sociedade paulistana. Portanto, “nos anos 50, as pessoas tinham pouco acesso a escritos em português sobre homossexualidade” (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 28).

Dentre os vários debates dos estudiosos da área, Menezes (2005), ressalta que a grande questão se determinaria pela dicotomia entre o que é inato e o que é aprendido no comportamento homossexual, iniciando suas pesquisas por meio da evolução histórica do debate sobre a determinação do comportamento. Como reprodução dessa análise, propomos apreciação do quadro 3, a fim de situarmos as principais pesquisas relacionadas ao comportamento inato e aprendido.

Grupo de autores	Posicionamento relativo à dicotomia inato versus aprendido
I – Darwin (1859/1982), Lashley (1938), Tinbergen (1951), Rivers (1920/2004) e Lorenz (1965/1986).	Reconhecem que a interação do organismo com o ambiente pode afetar a expressão de instintos, mas isso não diminuiria a relevância dos mesmos e nem o seu caráter inato. Segundo estes autores, instintos seriam qualitativamente diferentes de reflexos e existiriam em quantidade considerável no repertório animal.
II – Morgan (1896/2004), Anastasi e Foley Jr. (1948), Breland e Breland (1961/2004), Plomin, DeFries e Loehlin (1977), Herrnstein (1977), Ades (1986a), Gould e Marler (1987) Pinker (2004).	Enfatizam a plasticidade do instinto a partir da relação com o meio, de modo a aumentar o potencial de adaptação do organismo a diferentes contextos. Entendem a existência de mecanismos distintos, mas que se limitariam e complementarizam na produção do comportamento final.
III – Watson (1930/1970), Skinner (1969/1984; 1971; 1975; 1977; 1984), Lehrman (1953), Kuoa (1967), Turkheimer (1998), Carvalho Neto e Tourinho (2001) e Lewontina (2002).	Consideram a permanência da dicotomia inócua para a evolução científica, isto porque o inato não poderia ser emitido sem a atuação do meio. Assim, como inato é enfatizado o mecanismo reflexo e as potencialidades e suscetibilidades orgânicas que possibilitariam a aprendizagem. Assim, o aparato biológico é considerado como fundamental para a emissão do comportamento final, desde que analisado conjuntamente com o ambiente em que o mesmo ocorre. Isto é, genes determinariam aspectos do organismo que afetariam a interação do mesmo com o meio e assim influenciariam probabilisticamente o comportamento final.
IV – Verplanck (1955), Hebb (1958), Hailman (1969), Frola-Pessoa (1986), Sacarrãoa (1989), Alcock (1993), Dulbecco (1997), El-Hani et al. (1997), Waal (1999), McInerney (1999), Kennedy, Caruso e Thompson (2001) e Robinson (2004).	Defendem o fim da dicotomia e, conseqüentemente, do estudo das influências biológica e ambiental em separado. Segundo estes autores, tais variáveis seriam indissociáveis e seu estudo em separado seria inconclusivo.
Consenso	Todos defendem que a genética acaba por limitar os efeitos do meio, afetando os mecanismos de aprendizagem, do mesmo modo como o desenvolvimento biológico do organismo é modificado a partir da interação com o ambiente.

Quadro 3. Diferenças de posicionamentos relativos à dicotomia, inato *versus* aprendido.

Fonte: Menezes (2005, p.60)

Segundo o estudo de Menezes (2005), o comportamento homossexual poderia se apresentar de forma inata ou aprendida. Grande parte dos estudiosos compreendia a homossexualidade de forma inata.

Para Trevisan (2007, p. 177) “No decorrer do século XIX, a larga experiência com a loucura proporcionara à psiquiatria suficiente *know-how* para enquadrar os desvios à norma não mais como crimes e sim como doenças”.

A partir dessa iniciativa “[...] ao tachar os homossexuais de doentes, ela justificou sua “cura”, sua “conversão” em heterossexuais. Desta forma a medicina exerceu um forte controle contra a homossexualidade [...]” (FRY; MACRAE, 1991, p.77).

As três primeiras décadas do século XX foram alvos de intensas pesquisas médicas, com o propósito de desvendar o comportamento homossexual humano, transformando os indivíduos “diagnosticados” como homossexuais em cobaias. Essas pesquisas eram expostas à sociedade por meio de publicações na imprensa. Contudo, em sua grande maioria expunham de forma depreciativa os seus resultados, com o intuito de coibir a “doença” da homossexualidade. Segundo Trevisan (2007, p. 24) “Usando de forma indevida a autoridade que a ciência, a religião e a mídia (três medusas do nosso tempo) lhes conferiram, tais oráculos passam a ditar as regras morais”.

Abordamos de maneira principal somente as publicações do século XX, pois houve um esboço de divulgação dos conceitos abordados e as mudanças no comportamento social, mesmo que tendenciosos, conforme a época.

No ano de 1906, o termo *homossexual* é publicado no Brasil pela primeira vez. Segundo Green e Polito (2006, p. 33), o estudo de José Ricardo Pires de Almeida “Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro) estudos sobre perversões e inversões do instinto genital”, concluiu que as práticas homossexuais estavam presentes também na classe majoritária, a que exercia formas de opressão sobre os estigmatizados. O estudo expunha que na sociedade carioca existiam “pederastas passivos e ativos”. O termo pederasta deixou de ser utilizado posteriormente em publicações em virtude da possível correlação com o termo “pedofilia”. O autor coloca ainda que estes estavam presentes nas diversas classes sociais, incluindo a Igreja e as Forças Militares. Viu-se que os “pederastas” estavam espalhados pela sociedade do Rio de Janeiro e não se distinguem dos considerados “normais”.

Em 1911, “O Malho” publicou a foto de um homem vestido de mulher na matéria “Ele ou ela?”, expressando as ansiedades sobre a ambigüidade de gênero. De acordo com Martins (2005, p. 1), a revista apresentava algumas matérias sobre homossexuais no início do século XX e pode ser considerada a primeira publicação, em forma de revista, voltada para o público homossexual - “na época, a figura do dândi era associada à homossexualidade [...]”.

Como os homossexuais não podiam se assumir explicitamente perante a sociedade, essas publicações contradiziam as publicações científicas, dando voz aos homossexuais e de certa forma desabafando todos os seus anseios, angustias e as vivências boas e ruins. Segundo Green e Polito (2006, p.37):

Há grande semelhança entre o conteúdo do conto e os relatos da época sobre a vida dos homossexuais. Ainda que não seja obra de valor literário, o texto é fluente e seu autor não é um moralista condenando as preferências homossexuais.

O conto “O menino Gouveia”, publicado no ano de 1914 pode ser considerado a primeira publicação pornográfica homoerótica no Brasil. Estampava mulheres seminuas, cartuns maliciosos, contos e colunas de fofocas.

No início do século, as buscas dos grupos homossexuais por espaço e visibilidade enfrentavam não só barreiras sociais, mas também governamentais. No Brasil desde 1890, o Código Penal Republicano, caracterizava a homossexualidade masculina como crime, punindo com aproximadamente seis anos de prisão de acordo com Caetano (2005, p. 53). Os laudos do Instituto Médico Legal, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, expuseram que “a Polícia utilizava-se dos Art. 399 (vadiagem) e Art. 266 (ultraje público ao pudor) do Código Penal de 1890 para deter os homossexuais”. A sociedade e os governantes apresentavam subsídios para os estudiosos pesquisarem as causas da homossexualidade, delegando poder suficiente para transformar os indivíduos suspeitos de práticas homossexuais em cobaias. No ano de 1917, o sexólogo Hernani de Irajá discursa sobre a tendência natural à criminalidade presente nos homens homossexuais, em sua obra “*Psicoses do Amor*”, e explica que:

Não há para a grande maioria dos jurados uma simples distinção entre o viciado, o criminoso [...] o degenerado [...] o doente [...] Aí é que se torna necessária a intervenção do médico-legista ou do psiquiatra, para ver se o indivíduo é um perverso suscetível de pena, um criminoso digno de castigo ou se é vítima de uma degeneração nervosa, cerebral, de uma anomalia da vontade, de um ímpeto indomável (IRAJÁ, 1917 *apud* GREN; POLITO, 2006, p. 91).

Para esses estudiosos, de qualquer forma os homossexuais pertenciam ao grupo de indivíduos que apresentavam algum desvio comportamental, seja criminosos, doentes psíquicos, entre outros. Essas pesquisas, juntamente com o julgamento do grupo majoritário, implicavam no julgamento dos próprios homossexuais em relação ao seu comportamento, pois no momento em que a sociedade apresentava argumentos médicos para comprovar o comportamento desviante dos homossexuais, seus discursos se fortaleciam, colocando em questão a verdadeira causa da homossexualidade. O governo, grande parte dos médicos e da sociedade consideravam a homossexualidade uma doença. Para essa minoria não restava outra alternativa a não ser se conformar e agir de acordo com as formas de normalidade. Essas teorias ganhavam força a cada nova pesquisa. Em 1928 o médico-legista Viriato Fernandes Nunes defendida sua tese na Faculdade de Medicina de São Paulo e ressaltava que os homossexuais eram criminosos, levantando a questão da perversão sexual como nociva às regras impostas pela sociedade.

Exigia rigor na repressão, pois, se esses criminosos (os pederastas) têm perturbadas as suas funções psíquicas, a sociedade não pode permitir-lhes uma liberdade que eles aproveitariam pra a prática de novos crimes (NUNES, 1928 apud TREVISAN, 2007, p. 187).

Amparados nas teorias de Hernani de Irajá (1917) e Viriato Fernandes (1928), no ano de 1930, a Comissão Legislativa cria um projeto do novo Código Penal para o Brasil (GREEN; POLITO, 2006, p. 96; SANCHES, 2006, p. 24), que previa que os “atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino serão reprimidos, quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes a detenção de até um ano”. Para alívio dos indivíduos homossexuais esse projeto não foi aprovado e no Código Penal de 1940 a recomendação não foi incluída.

Os estudos acerca das características dos homossexuais continuaram tendo como sede o laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Por volta de 1935, 184 homossexuais foram estudados pelo Dr. Leonídio Ribeiro, médico conceituado, com vários prêmios na assim chamada “antropologia criminal”, sob o ponto de vista biotipológico

(ciência utilizada para explicar o temperamento), analisando a constituição morfológica dos indivíduos. De acordo com Trevisan (2007, p. 182):

Ansiosos por detectar endocrinologicamente o que chamavam de “sinais de intersexualidade”, muitos desses estudiosos acreditavam que o homossexual teria pêlos pubianos, bacia e cintura predominantemente femininos, além de um excessivo desenvolvimento das nádegas e ausência de pêlos no tórax [...] No entanto, conforme conclusão investigativa do também famoso médico-legista Afrânio Peixoto, os únicos sinais efetivamente comprobatórios da pederastia seriam, blenorragias e cancrois retais [...] tais como as cristas, carúnculas e condilomas [...]

Logo após, em 1938, ocorre à publicação intitulada “Homossexualismo e Endocrinologia”, pesquisa feita com Febrônio Índio, que foi acusado, mesmo sem provas, de matar e estuprar dois menores (GREEN; POLITO, 2006, p. 120; TREVISAN, 2007, p.195). No mesmo ano, Edmur de Aguiar Whitaker publica “Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo”, em que analisa características pessoais, físicas e comportamentais de nove homossexuais.

Em seguida, Aldo Sinisgalli (1938/1940) publicou um artigo denominado “Observações sobre hábitos, costumes e condições de vida dos homossexuais (pederastas passivos) de São Paulo”. Considerou os homossexuais como “invertidos” e passíveis de serem submetidos a cura por meio de tratamentos endocrinológicos, como transplantes de testículos. Concluiu que “[...] o homossexual é um ente que se considera mulher, e por tal motivo, o primeiro cuidado que observa, ao resvalar para o vício, é arranjar um nome de mulher” (GREEN; POLITO, 2006, p. 41).

Por outra vertente e em meio a tantas pesquisas contrárias, Havelock Ellis (1859-1939) coordenou um estudo em que estabeleceu parâmetros que nortearam campanhas em favor dos homossexuais:

- 1 O homossexualismo seria marca característica de certa minoria incurável.
- 2 As tentativas de reforma deveriam se voltar para provocar mudanças na lei permitindo que esta minoria vivesse em paz.
- 3 Para esta reforma, seria preciso antes um período de educação do público (FRY; MACRAE, 1991, p. 83).

A discreta campanha de Ellis não surtiu efeitos positivos no grupo majoritário, ao contrário, foi alvo de intensas críticas, que permaneceram muito após sua morte. Em 1940, o Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva estabeleceu em “Psiquiatria clínica e forense” uma relação entre raça, crime e sadismo para construir a imagem do homossexual como um perigo social (GREEN; POLITO, 2006, p. 58).

[...] em sociedades complexas modernas, pode-se desenvolver um sentimento de frustração ou injustificada subordinação, levando a minoria a recusar a aceitação de seu *status* para melhorar a situação existente.

Nesse primeiro momento da história dos movimentos homossexuais, esses indivíduos se colocavam à margem da sociedade, mesmo discordando dessa situação, pois, como nada de concreto alcançavam, não lhes restavam muitas alternativas.

Como pudemos notar, as diversas pesquisas relacionadas à homossexualidade continuavam ressaltando os distúrbios físicos, sociais e sexuais dos homossexuais, abordando as anormalidades presentes nos considerados pervertidos e fazendo alusões a curas.

Dos discursos médicos às publicações semi-clandestinas, a característica homossexual foi retratada como uma anomalia que deveria ser ocultada da sociedade dita normal.

O primeiro grande estudo estatístico sobre a homossexualidade no mundo foi realizado pelo zoólogo e sexólogo americano Alfred Kinsey em 1948, quando estabeleceu um marco nos estudos do fenômeno. Publicou “*Sexual behavior in human male*” e, em 1953, “*Sexual Behavior in the Human Female*”. Kinsey é responsável pelo chamado “mito dos 10%” ; surpreendeu o mundo inteiro ao concluir que um em cada dez homens era homossexual, disseminando a idéia de que a homossexualidade era muito mais comum do que se pensava.

O método empregado por Kinsey descartou como premissa a exclusividade da preferência homossexual ou heterossexual, adotando a orientação exclusiva para uma ou outra tendência como comportamento situado em um dos extremos de uma “escala” gradativa de possibilidade. Esse estudo revelou que trinta por cento dos homens americanos adultos haviam

tido alguma experiência homossexual e dez por cento apresentavam padrões de comportamento homossexual. Desse estudo, Green; Trindade (2005, p. 72) concluem:

[...] se considerarmos, somente por hipótese, a intensidade do fenômeno semelhante à encontrada por Kinsey, teríamos na cidade de São Paulo, para cada mil habitantes masculinos, 68 exclusivamente homossexuais em sua vida, após o período da adolescência.

Com relação ao número de mulheres predominantemente homossexuais, segundo Kinsey (1953), eram a metade em relação ao de homens. Verificou-se também que as atividades homossexuais aumentavam em ambientes repressores. Identificou-se, além disso, o grande número de bissexuais, que se atraíam sexualmente por pessoas de ambos os sexos.

Com o intuito de desmistificar a sexualidade humana, as conclusões se baseavam nas verdadeiras experiências sexuais dos cidadãos entrevistados, cerca de 18.000 pessoas. Os resultados revelaram uma grande distância entre as expectativas da sociedade em relação ao comportamento sexual e a verdadeira conduta (GIDDENS, 2004, p 129).

Os estudos de Kinsey (1948) e (1953) são um divisor de águas na história do movimento homossexual, pois, nos anos seguintes os estudos relacionados à homossexualidade se delinearão de outra forma, não mais a caracterizando simplesmente como uma patologia, uma anormalidade, mas procurando compreender aspectos sociais da vida dos homossexuais, como ocorria sua sociabilidade, seu cotidiano e aspectos sociológicos da vida dessas pessoas.

Nessa linha de pesquisa, a revista *Sociologia*, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, publicava em 1959 um artigo denominado “Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo”, de José Fábio Barbosa da Silva. O artigo fazia parte da dissertação de mestrado do autor, e abordava a mesma temática.

José Fábio Barbosa da Silva (1960 *apud* PRANDI, 1979, p. 17), em sua dissertação de mestrado, pela primeira vez no Brasil mapeia na cidade de São Paulo os locais de socialização, as funções sociais dos membros, os valores e normas de conduta específica que reproduzem o estereótipo homossexual:

[...] É no grupo que os homossexuais se iniciam e são classificados, perdem suas inibições de viver e mostram-se como homossexuais; aprendem a desfilar, usar roupas femininas e meios de atração e defesa do parceiro sexual [...]

Esse estudo é essencial para falarmos dos grupos homossexuais na década de 50 na cidade de São Paulo. A dissertação de mestrado de Barbosa da Silva (1960) era para ser defendida em meados da década de 60, mas perdeu-se nos arquivos da Universidade de São Paulo, misteriosamente, logo que se iniciou a ditadura militar (1964-1984) no Brasil (PRANDI, 1979). Este trabalho, riquíssimo em detalhes do cotidiano homossexual na cidade de São Paulo, foi encontrado décadas após seu desaparecimento. Os pesquisadores James Green e Ronaldo Trindade encontraram a cópia original, que estava em posse de José Fábio Barbosa da Silva, autor da obra, que no momento residia em uma cidade dos Estados Unidos, cedendo-lhes gentilmente seu trabalho, nunca antes publicado. O trabalho foi publicado no ano de 2005 pelos pesquisadores no livro “Homossexualismo em São Paulo e Outros Escritos”.

Esta obra nos trouxe muitas informações importantes sobre a exclusão do grupo homossexual na década de 1950, que continuou intensamente até meados da década de 1960, quando se inicia o movimento dos direitos homossexuais nos EUA, e, logo após no Brasil, com o intuito de reivindicar os mesmos direitos de liberdade dos heterossexuais, considerados padrões do comportamento social. “[...] Os movimentos homossexuais invocam a legitimidade da representação de uma minoria oprimida” (FRY; MACRAE, 1991, p.14-15).

Esse movimento, juntamente com os movimentos feministas e dos negros, enfrentou a ditadura militar, tornando-se muito mais impactante do que o esperado, pois o número de homens que eram considerados heterossexuais e se assumiram como homossexuais foi muito maior do que se imaginava. No Brasil dos anos 1960 e 1970, movimentos de contracultura começam a corroer os alicerces do comportamento social normativo, abrindo espaço para uma rebeldia nos costumes.

(http://www.cadernor.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=339:especialista-diz-que-revoluo-sexual-nem-comeu&catid=28:mais-sexo&Itemid=66)

Após a década de 1960, houve um maior interesse da imprensa jornalística, visto que nesse período os movimentos homossexuais estavam começando a desabrochar em meio aos movimentos feministas e dos negros, o que mais tarde seria denominado Revolução Sexual. A partir da contracultura, os estudos destinados a compreender o *porquê* da homossexualidade passaram a ser questionados. Quebrando os tabus de uma sociedade repressora, essa “revolução” abriu portas para as diferentes manifestações sexuais.

As principais conquistas da Revolução Sexual se destacaram pelo princípio do tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (DST) - as DSTs não possuíam mais rostos ou grupos específicos, todos poderiam contrai-las e se tratarem. A liberação das mulheres e o uso de métodos contraceptivos como a pílula e a camisinha - as mulheres se desprendiam do papel único de reprodutora e o ato sexual voltado especificamente para o prazer de ambos os parceiros não poderia ser repreendido. A igualdade no seio da família - a mulher não mais se coloca em uma posição submissa, como somente dona de casa. Permeando a esfera doméstica, juntamente a seu marido ela rompe as barreiras e invade a esfera pública. As mudanças nas relações entre homens e mulheres, que disputam as mesmas posições sociais, o mesmo mercado de trabalho e os mesmos poderes e, por fim, a mobilização dos movimentos homossexuais¹⁶ - eles se expõem à sociedade livres de máscaras. Seus hábitos e ambientes de sociabilidade passam a ser analisados e compreendidos, com o propósito de desmistificar todas as classificações pejorativas que lhes foram atribuídas durante décadas de equívocos.

¹⁶ Conquistas da revolução sexual (Disponível em: <http://www.cadernor.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=339:especialista-diz-que-revoluo-sexual-nem-comeu&catid=28:mais-sexo&Itemid=66> Acesso em: 28 mai. 2008).

1.3 Sexualidade

Para entendermos como se delineava a sociabilidade entre os grupos homossexuais na década de 1950, devemos compreender primeiramente alguns conceitos acerca do comportamento sexual humano, definidos por Foucault (2006), em “História da sexualidade I: a vontade de saber”.

Segundo a hipótese foucaultiana, a partir do século XVII ocorreu a proliferação dos discursos sobre sexo incitados pelo poder da igreja sobre seus fiéis e as principais instituições da época - a escola, a família e o consultório médico. Essas instituições não visavam a proibir ou reduzir as práticas sexuais, mas o controle do indivíduo e da população. No século XVII “[...] iniciou uma época de repressão própria das sociedades burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso” (FOUCAULT, 2006, p. 24).

Esse discurso pode ser considerado como o primórdio do que se pode chamar, a partir da década de 60, de Revolução Sexual, quando passam a ser questionados todos esses códigos e imposições. Nessa época, houve o início de uma discussão mais aberta e liberal em relação ao assunto da homossexualidade. Essa exaltação fez com houvesse uma maior preocupação com o vocabulário utilizado para se falar sobre sexo, delimitando onde e quando se podia falar dele, “Regiões de silêncio, ou mesmo de discrição, se estabeleceram entre pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais” (HAGE, 2009, p. 2). O respeito imposto na linguagem destinada ao sexo se intensifica no século XIX e a Igreja Católica, com a Contra-Reforma, estimulou o aumento das confissões ao padre e também a si mesmo.

Não se proferia nenhuma palavra explícita sobre o assunto. Sabia-se que o sexo estava presente no cotidiano, mas tal explicitação se restringia aos confessionários. Os eclesiásticos estimulavam as confissões dos fiéis com o único propósito de especular a vida sexual da população, atribuindo-se cada vez mais importância a penitência - “a pastoral cristã inscreveu como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 2006, p. 27).

Juntamente ao discurso da sexualidade, iniciou-se uma campanha a favor do matrimônio monogâmico, em “que o sexo se reduz a sua função reprodutora e o casal procriador passa a ser o modelo” (HAGE, 2009, p. 5) e tem como dever “[...] dizer não às atividades infecundas, banir os prazeres paralelos, reduzir ou excluir as práticas que não tem como finalidade a geração [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 43). O domínio da sociedade capitalista reafirma a anormalidade dos outros comportamentos sexuais, reduzindo-os ao silêncio, mostrando a natureza pecaminosa do sexo como meio único de satisfação e prazer. As sexualidades ditas ilegítimas ficaram restritas às casas de prostituição e aos hospitais psiquiátricos.

A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro (FOUCAULT, 2007, p. 14).

Instituído como um período de censura e marcado por um intenso código de conduta moral, as condenações e correções das práticas homossexuais eram justificadas pela ameaça que estas representavam. Para Foucault (2006, p. 12):

Esse discurso sobre repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege; pondo a origem da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa.

Segundo as crenças da igreja e os discursos médicos, a sobrevivência da família, uma respeitável instituição reguladora das relações sociais na história brasileira, dependia desse controle. A instituição familiar serviu como alvo estratégico de ação reguladora sobre a vida privada dos indivíduos de forma a permitir a manutenção da ordem do conjunto social.

Para Foucault (2006), a categoria do sexo, tanto feminino como masculino, foi produto de uma economia reguladora difusa da sexualidade. No início do sistema capitalista, em que se explora sistematicamente a força de

trabalho, qualquer forma de abstração do trabalho seria facilmente repreendida. O sexo, então, se classificaria como tal, dispersando os trabalhadores de suas devidas funções: “[...] a mesma relação “defesa da família tradicional/ataque à homossexualidade”, que observamos no caso da Europa (observamos) no Brasil no final do século XIX.” (FRY; MACRAE, 1991, p. 90)

Ao idealizar a sexualidade e impô-la à população por meio do estabelecimento de normas, a instituição familiar se manteria intacta, coibindo por meio do poder que lhe era outorgado as práticas sexuais desviantes e seus protagonistas. Sendo assim, a matriz cultural estabelecida exigia uma conduta sexual condizente com os seus atores, indivíduos do sexo masculino “decorriam” do gênero masculino, indivíduos do sexo feminino “decorriam” do gênero feminino. Segundo Butler (2003, p. 38-39):

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” [...] aqueles que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo e nem do “gênero. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade.

Todos os fatos relacionados ao ato sexual foram reformulados, a fim de banalizá-los e controlá-los, formando uma identidade sexual coletiva e de fácil dominação, a qual mantinha os papéis sociais do homem e da mulher arraigados e imaculados.

Como se para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível de linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível (FOULCAULT, 2006, p. 23).

Tanto os homens efeminados quanto as mulheres masculinizadas eram vistos de forma preconceituosa perante a sociedade. Esses modelos de comportamento insinuariam uma desordem social. A Masculinidade e feminilidade deveriam pertencer a seus personagens respectivos – a masculinidade para os homens e a feminilidade para as mulheres.

Homens e mulheres deveriam restringir-se ao seu papel social de acordo com a sua identidade biológica, de macho e fêmea, e, por conseguinte, sua escolha afetiva e sexual deveria voltar-se para o sexo oposto ao seu. A norma desviante era totalmente repelida e punida (GOMES DA SILVA, 2000, p.12).

A valorização desses papéis sociais pressionava os indivíduos a seguirem a normatização social, com propósito de integrar o grupo majoritário “À medida que o indivíduo recebe sanções e é perseguido pela maioria, ele cai numa situação de tensões conflitos e não só no plano individual, mas também social” (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 103).

A mulher, então, é vista como uma parte frágil do homem, pertencente à esfera privada (doméstica), inferiorizada pela força masculina que pertence à esfera pública. Essa distinção de papéis ao longo do tempo se diluiria e desencadearia no final do século XX a chamada “crise da masculinidade”.

A imagem social constituída pela família, composta de pai (a força), mãe (o sentimento) e seus descendentes, estava ameaçada pelos novos discursos médicos, e a sociedade permanecia incumbida em trabalhar para que a instituição considerada mais importante para época não desmoronasse e, junto a ela, todos os valores construídos ao longo de séculos.

[...] vem se reforçando a imagem do casamento monogâmico como coisa eterna e na aquela instituição imposta a ferro e fogo, durante séculos, na vida dos indivíduos – desde a vinculação quotidiana realizada (como verdadeira lavagem cerebral) pela mídia, em conluio com moralismos religiosos, até as terríveis punições, séculos anteriores, que a Igreja e a Inquisição impingiram a quem praticasse adultério e, até mesmo, tivesse dentro do casamento uma prática sexual não enquadrada dentro dos fins procriativos aos quais ele, por definição, se destinaria (TREVISAN, 2007, p.24).

Com o discurso fundamentado no capitalismo, ao constituir famílias, a população mantinha a economia funcionando, gerando mais consumidores. Os homossexuais sem o argumento principal do discurso, que se manifestaria pela procriação, não faziam parte desse sistema. Enfatiza Pier Paolo Pasolini¹⁷ *apud* Trevisan (2007, p.19); “Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a

¹⁷ Poeta italiano afirma que “o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais da sociedade pós-industrial [...]” (TREVISAN, 2007, p. 19).

prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se gera novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir)".

A família define-se, então, como o alicerce do indivíduo, tornando-se responsável pela transmissão das características sociais e biológicas do mesmo. Cabe a família o exemplo de boa conduta, incentivando o discurso repressivo, as regiões de silêncio – restrição em falar de sexo e as confissões aos eclesiásticos em busca da purificação. De acordo com Arán (2003, p.399) a família se faz:

Herdeira da necessidade política da constituição do privado, no início da era moderna [...] surge como aquela que vai garantir a ordem social e, sobretudo possibilitar, através da função de afetividade e educação, a formação do indivíduo adulto.

Observamos que mesmo no século XX essa restrição em falar da vida sexual se mantém presente, como se o discurso repressivo se mantivesse de certa forma no inconsciente popular. No *corpus* documental, que traz amostras do comportamento na década de 1950, identificamos esse pudor nos assuntos relacionados aos atos sexuais e a preocupação em impor regras comportamentais acerca do assunto, como por exemplo, a proibição das relações extra-maritais ("Havelock Ellis torturado do sexo", Folha Ilustrada - Jornal Folha de S. Paulo, 03/04/1960):

Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida [...] saber que se é subversivo [...]. Alguma coisa da ordem da revolta, da liberdade prometida, da proximidade da época de uma nova lei, passa facilmente nesse discurso sobre a opressão do sexo. Certas velhas funções tradicionais da profecia nele se encontram reativadas (FOUCAULT, 2006, p. 13).

No momento em que esse discurso começou a ser questionado, permitiu-se que a ambigüidade sexual, considerada transgressão, fosse percebida pelos indivíduos. As coerções da igreja e da sociedade não permitiam a explicitação pública da linguagem e dos atos sexuais. Entretanto, sugeria idéias para que os próprios indivíduos desvendassem sua sexualidade, anseios e opções, juntamente aos discursos médicos "O homossexual do século XIX torna-se um personagem, um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida [...]" (FOUCAULT, 2006, p. 50).

A relação ambígua exposta entre a coibição da igreja e a liberdade propostas pelos discursos médicos podem ser vistas segundo Foucault (2006, p.48):

Em termos de repressão as coisas são ambíguas: teremos indulgência, se pensarmos que a severidade dos códigos se atuou consideravelmente, no século XIX, quanto aos delitos sexuais. Contudo a medicina adentrou intensamente nos prazeres do casal. Determinou patologias para as práticas sexuais “incompletas”.

Os estudos médicos sobre a sexualidade sobrepuseram-se ao antigo código de conduta, modificando o mecanismo de poder. Os indivíduos homossexuais se tornaram alvo de estudos, com o propósito de compreensão de seus mecanismos fisiológicos, mas, principalmente psíquicos. Nesse momento a medicina predomina sobre a lei e a conscientização sobre a punição.

Nos discursos mais antigos, segundo Foucault (2007), os estudiosos mostravam-se interessados sobre a origem da sexualidade. O conceito de que a sexualidade era definida como sendo a atração pelo sexo oposto ao qual o indivíduo pertencia predominava. Logo a questão proposta por Butler (2003) torna-se essencial nos estudos do comportamento homossexual. A autora propõe que a divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de pilar inicial da política feminista e parte da idéia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído.

[...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos ou que o termo “mulheres” interprete corpos femininos (BUTLER, 2003, p. 24).

Com a distinção do sexo e gênero procurava-se compreender como realmente se constituiria a sexualidade dos indivíduos, principalmente homossexuais. Os indivíduos heterossexuais sendo considerados normais não necessitariam de compreensão. Segundo Butler (2003), em relação a essa distinção questionava-se como o indivíduo poderia nascer com órgãos sexuais

masculinos, fisiologia masculina, mas apresentar o comportamento social e sexual feminino.

Em oposição às hipóteses feministas, para Connell (2005), a masculinidade se definiria como uma configuração de práticas sociais sexuais em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Salienta que a masculinidade, normalmente, se apresentaria em mais de uma configuração e ordem de gênero de uma sociedade. Dada essa pluralidade, não deveríamos falar em “masculinidade”, mas em “masculinidades”.

Os tipos de masculinidades constituem-se umas em relação às outras bem como em relação a toda estrutura de gênero. Essas relações não contêm apenas definições de suas diferenças, mas envolvem práticas que as caracterizam (CONNELL, 2005, p.154).

Dentre as diversas masculinidades, existiria uma que se apresentaria como “hegemônica”, aquela que corresponderia a um ideal cultural de masculinidade.

Além desta forma de masculinidade, existiriam outras que manteriam relações de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação à hegemônica.

Historicamente as relações entre a masculinidade hegemônica e a homossexual envolvem a criminalização do sexo entre homens bem como intimidação chegando até mesmo a violência explícita e outras práticas ilegais (CONNELL, 2005, p. 155).

A hegemonia apresentaria a correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

Seguindo o modelo hegemônico, os grupos homossexuais apresentariam características de dominação, em que o macho/ativo domina a fêmea/passiva, que se apresentaria sexualmente de maneira inferior.

Nesse determinado grupo, os indivíduos que apresentavam características efeminadas ou qualquer outra “diferença” eram, de certa forma, excluídos.

A separação desses grupos mais amplos fica ainda mais reforçada pela existência de preconceitos entre os indivíduos pertencentes a um grupo que se fundamenta em atributos como educação, aparência etc. e os de outro grupo que quer

chegar ao próprio centro diferencial do homossexualismo – a relação sexual [...] (GREEN; TRINDADE, 2006, p.111)

A crise da masculinidade hegemônica promoveu a desconstrução da representação social masculina, reformulando um indivíduo passível de sensibilidade e sentimentos iguais aos das mulheres, com a capacidade e possibilidade de demonstrar esses sentimentos publicamente sem constrangimento, ao invés de apresentar agressividade como demonstração de poder. Essa nova visão do indivíduo proporcionaria uma amplitude nos desejos sexuais, pois sem a restrição social em relação aos sentimentos masculinos, um mundo novo se apresentaria, sentimentos nunca antes percebidos seriam notados nesse período, em meados do século XX.

Segundo Green e Trindade (2005, p. 32-33) “A diminuição de sanções, a concentração de grupos masculinos para a procura de prazeres sexuais ou lazer são basicamente fatores que servem de catalisadores de grupos homossexuais”.

Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade pecaminosa à qual qualquer um poderia ceder), tudo mudaria a partir da segunda metade do século XX - a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim reconhecido.

Capítulo II - O reconhecimento dos “iguais”

2.1 A busca por uma “identidade” homossexual

Podemos concluir que a homossexualidade e o sujeito homossexual podem ser definidos como “invenções” do século XIX. Junto a esta “invenção” vieram várias teorias para entender o comportamento desviante que influenciaram o pensamento dos que faziam parte desse grupo.

De certa forma, a homossexualidade sempre foi reprimida pelo fato de ferir os conceitos tradicionais da família e da sociedade, determinados pelas religiões e pela sociedade dominadora como expõe Green e Trindade, (2005, p. 50):

[...] as motivações particulares ao estudo e a manipulação de fenômenos considerados problemas, a consequência direta é o seu estudo ligado a um interesse em controle, assumindo características morais, clínicas, ou preventivas, e de policiamento. Assim, quanto ao homossexualismo, grande parte da literatura existente se distribui pelos ensaios de fundo moralista, exortando aqueles que saíram do “bom caminho” [...]

Trevisan (2007) ilustra que as elites brasileiras sempre se apresentavam muito defensivas e, por esse motivo, particularmente vulneráveis ao fantasma do desejo da transgressão, tornando-se vulneráveis ao “pânico homofóbico” na mesma proporção com que zelavam pela rigorosa execução das normas morais - “que são aspirações legítimas da família e da sociedade”. Ainda frisa:

Essas elites reorganizam continuamente a moldura da repressão sexual, de maneira sutil ou não, na vida brasileira, às vezes criando uma densa muralha de justificações teóricas, às vezes disseminando em doses homeopáticas preceitos de naturalidade e normalidade que têm coibido incansavelmente as atividades homossexuais entre os brasileiros (TREVISAN, 2007, p. 157).

A religião se apresentava em defesa dos agentes patológicos para causa de ser homossexual, baseando-se inclusive na existência de uma pré-determinação genética. Entretanto, de acordo com Fry e MacRae (1991, p.16) os “Desejos homossexuais são socialmente produzidos como são também produzidos desejos heterossexuais.”

Para Menezes (2005), o comportamento homossexual sempre foi objeto de estudos diversos, ressaltando questões de saúde, etiológicas, terapêuticas, sociais, políticas, culturais, religiosas e econômicas. Em meio a todas as discussões sobre esse comportamento, as mais controversas são aquelas que abordam a “origem” do mesmo, “aquelas que se referem ao debate inato¹⁸ versus aprendido” (MENEZES, 2005, p, 94).

Autores como C. L. Morgan (1896/2004), W. H. R. Rivers (1920/2004), K. Lorenz (1978/1995), K. S. Lashley (1938), N. Tinbergen (1951), John B. Watson (1930/1970)¹⁹ entre outros, desenvolveram trabalhos sobre o comportamento inato, a hereditariedade e os instintos como reguladores comportamentais. Entretanto, a proposta de alguns dos autores não excluía a importância do ambiente, “mas a impossibilidade de classificar apenas um destes fatores como determinante do comportamento, ou, ainda, de afirmar o quanto cada um estaria contribuindo separadamente com o processo” (MENEZES, 2005, p. 23)

Para B. F. Skinner (1953/2000) e D. S. Lehrman (1953)²⁰, buscavam as variáveis controladoras do comportamento no ambiente externo, isto é, “a identificação da função do comportamento a partir de variáveis públicas acessíveis e manipuláveis” (MENEZES, 2005, p. 26).

A grande questão não estava relacionada ao fato da homossexualidade ser inata ou aprendida e sim na “identidade social virtual” heterossexual que o indivíduo deveria apresentar. Analisada por Goffman (1988, p. 12) essa “identidade virtual” se caracterizaria como “aquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser; “o caráter que imputamos ao indivíduo”. Os indivíduos

¹⁸ “De um modo geral, pode-se perceber a concepção de que o componente inato seria aquilo que fosse essencial para a sobrevivência, sendo que o comportamento (ou ação) em si não poderia ser inato, requerendo experiência para a sua emissão.” (MENEZES, 2005, p. 12).

¹⁹ Ver C. L. Morgan (1896/2004); W. H. R. Rivers (1920/2004); K. Lorenz (1978/1995); K. S. Lashley (1938); N. Tinbergen (1951) e John B. Watson (1930/1970) *In*: MENEZES (2005, p. 15-22).

²⁰ Ver B. F. Skinner (1953/2000) e D. S. Lehrman (1953) presentes em Menezes (2005).

desenvolvem uma identidade social no momento em que desconsideram seus processos de experiência pessoal. Processos que passam a ser pouco perceptíveis a imagem social instituída, se adequando, assim, a sociedade que desejam pertencer, mesmo que esses atributos não representem a real identidade.

Em contrapartida, estudiosos médicos afirmavam que os homossexuais possuíam um “cromossomo gay”, legitimando biologicamente a “vocação” para tais características. Entre os próprios homossexuais existiam posições pró-vocação-genética da homossexualidade, julgando que assim ficaria definitivamente afastada a possibilidade de se condenar algo que é tendência natural e não escolha. Contudo, vários estudos determinaram que em relação à teoria da “vocação” genética, “não há um consenso sequer entre os cientistas; por enquanto, a proposta de determinação genética restringe-se ao campo da mera especulação” (TREVISAN, 2007, p. 34). Para Fry e MacRae, (1991, p. 11):

[...] a tendência é acreditar que o homossexualismo masculino ou feminino são biologicamente ou psicologicamente tão diferentes dos assim chamados heterossexuais, que seu comportamento pode ser compreendido em termos mais psicológicos e biológicos que sociais.

A visibilidade, a perseguição e a exclusão do grupo homossexual, de acordo com Green e Trindade, (2005, p. 100) “[...] agem positivamente como reafirmação dos valores grupais; nesse caso específico relacionado com o que consideram o próprio do papel masculino e próprio do papel feminino”.

Ao pertencerem a um grupo, mesmo que considerado minoritário, os homossexuais foram constituindo uma identidade. Os indivíduos não mais estavam sozinhos e desamparados; com o fortalecimento do movimento estariam dispostos a dissolver os preconceitos.

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade semelhantes a ele também excluídos dos grupos majoritários, ele tende a encarar de outra forma suas experiências, e ressignifica sua afirmação pessoal como homossexual, atrelando-se cada vez mais a essa categoria (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 33)

A extensa rede de informações e solidariedade ampliava a divulgação da questão homossexual, de acordo com Fry e MacRae (1991, p. 117): “Até mais ou menos 1975, os partidos políticos de oposição consideraram que os movimentos feminista, negro e homossexual eram irrelevantes à luta geral, ou seja, a questão das desigualdades entre as classes sociais”. Apesar da ausência de apoio governamental, os grupos homossexuais se uniam e se fortaleciam cada vez mais, influenciando no julgamento social e fazendo com que a imprensa a tratasse o assunto de forma diferente.

Numa sociedade em que a masculinidade deveria ser afirmada por meio de uma postura ativa, máscula, com virilidade e agressividade e a feminilidade frágil da mulher, cuja passividade se delineava como virtude, não se concebia qualquer postura contrária, considerada ultrajante.

O “mito do grupo eleito” se apóia na característica básica para classificação no grupo minoritário (atração pelo mesmo sexo). Essa classificação é socialmente reinterpretada para indicar uma seleção, de indivíduos que seriam mais aptos que o comum à inovação, descobertas e a grandes realizações (SILVA apud GREEN; TRINDADE, 2005, p. 101).

Os modelos tradicionais de homens e mulheres contrapunham-se aos desejos homossexuais. O ocultamento era essencial para preservação do indivíduo. A partir do momento em que a sociedade excluía os desejos homossexuais da normalidade, o indivíduo que os possuía não poderia expor sinais de seus desejos aos indivíduos considerados normais, apoiando-se no grupo de “iguais”. “A turma agia, portanto, tanto como rede de apoio quanto como espaço de socialização dos indivíduos no meio, com todos os seus códigos, gírias, espaços públicos e concepções sobre sua homossexualidade.” (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 34)

Aquele indivíduo, submerso num mundo de tensões e conflitos que dificultavam a sua existência social, encontrava assim, a possibilidade de ter uma vida mais livre de tensões e conflitos, mesmo que no grupo minoritário. (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 104)

Os indivíduos iniciavam a busca por uma identidade que fosse reconhecida pela sociedade - a identidade homossexual.

As identidades não existem por si só, não possuem um conteúdo auto-idêntico capaz de atuar como descritivo dos sujeitos que pretendem nomear e que a construção de identidades se dá por meio de um mecanismo de diferenciação num campo potencialmente ilimitado, operando mediante exclusões que lhes são intrinsecamente características (BUTLER, 2003 *apud* FRANÇA, 2007, p. 4).

Segundo Bandeira (2006, p.20), “A identidade homossexual é uma invenção da linguagem que, por meio de um nome, procura nivelar uma multiplicidade de práticas diferentes a fim de melhor controlá-las, submetê-las, dominá-las”.

Podemos declarar, então, que os indivíduos homossexuais possuíam uma identidade “sociológica” determinada pelo grupo, caracterizada pelo desejo sexual, que se manifestava entre indivíduos do mesmo sexo, homens ou mulheres. Eles pertenciam ao grupo LGBT, divididos em subgrupos, como o grupo dos homossexuais masculinos e seus subgrupos. Outra identidade é a que chamamos de “psicológica”, caracterizada pela configuração externa da pessoa, as características individuais - os homossexuais que apresentam gestos efeminados, os travestis que enfatizam a aparência feminina, as lésbicas com aparência masculina etc.

Levando em consideração as diversas manifestações de identidade do gênero, seja, masculina, feminina, homossexual, entre outras que vimos anteriormente Trevisan (2007, p.406) sugere que:

No Brasil, é arriscado referir-se a uma “comunidade guei”, tal como se pode fazer nos Estados Unidos, por exemplo. Nossas expressões de homossexualidades são tantas, e com tal diversidade, que chegam a ser conflitante [...] numa mesma categorização tendem a se misturar discrepantemente homossexuais de todas as classes, profissões e estilos, desde profissionais de renome até pessoas à margem de tudo.

Para Butler (2003), a identidade homossexual pode ser entendida como atuações de gênero instituídas. Apresentando significados culturais assumidos por um corpo pertencente a um sexo (feminino ou masculino) como um produto histórico organizado por práticas sociais. A diversidade de culturas, crenças e a pluralidade de identidades psicológicas, sociais, de gênero e sexuais na contemporaneidade, fazem com que seja simplesmente impossível conceber uma hegemônica. “O problema é que a homossexualidade é uma infinita

variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo (FRY; MACRAE, 1991, p. 7)".

Na verdade, as relativas facilidades culturais e a brandura da punição legal permitem, no Brasil, uma prática homossexual sem obrigatoriedade de se identificar a um novo grupo divergente e visível (TREVISAN, 2007, p.408).

A intenção de constituírem uma identidade única parecia pouco predisposta ao êxito em face dessa variedade. As reais necessidades dos grupos minoritários não se caracterizam somente por uma única identidade, mas sim pela reformulação do julgamento valorativo por meio de uma sociedade heterossexual repressora.

O julgamento valorativo, como explicita Trevisan (2007, p. 33): "quando se questiona a origem de algo diferente, fica sugerida a Idéia de um desvio da normalidade".

É importante salientar que, se o sexo é definido como uma divisão entre gêneros, todo sexo e toda sexualidade é heterossexual, no sentido de que "hetero" significa "diferente", ou seja, todo relacionamento sexual entabulado com um ser diferente de mim, seja ele um homem ou uma mulher, será hetero, pois o sujeito se faz homem na medida em que faz do outro uma "mulher". Essa divisão, existente no imaginário masculino está longe de ser igualitária, ao contrário é hierarquizada (MAGNAVITA, 2008, p. 16).

Ao analisar a constituição dessas identidades por meio dos papéis sociais, Fry; MacRae (1991, p.41) concluem que:

Desde a mais tenra infância meninos e meninas são educados para se portarem como homens e mulheres mais tarde. Os homens deveriam ser fortes, trabalhadores... interessados em futebol... e sobretudo não deveriam chorar...também que desde o início da adolescência comecem a ter experiências sexuais.

Tais condutas educacionais aplicadas aos indivíduos com características homossexuais causariam conflitos, sobretudo internos.

Sempre condicionados aos padrões de comportamento social, viram-se expostos a desejos nunca antes questionados. Como lidar com algo que para si próprio apresenta aspectos antinaturais? Para Green e Trindade, (2005, p. 100):

O indivíduo que sofre um processo de socialização viesado está exposto a um aumento adicional de conflitos de atitudes, papéis, normas, valores etc., em razão da discrepância dos componentes específicos de sua individualidade e por causa dos aprovados no grupo majoritário em que ele vive.

Desse questionamento surge a problemática de ser homossexual na década de 1950, marcada principalmente por saber como dominar o preconceito individual, além da inserção social em busca de legitimidade e desmistificação do comportamento homossexual. O comportamento homossexual não apresentava modelos de conduta, assim como o modelo heterossexual, como destaca FRY; MACRAE, (1991, p. 112):

Além da discriminação a que estão sujeitos, existem problemas comuns aos dois grupos (homossexuais masculinos e femininos), como por exemplo, a falta de modelos tradicionalmente estabelecidos que norteiem as relações homossexuais.

Para Magnavita (2008, p. 17), a problemática vai muito além da construção de modelos, passa pela constituição da integração social, respeitando as diferenças, a pluralidade:

[...] não se trata de seguir um modelo, muito menos um modelo grego antigo, mas de criar um modo de vida gay que admita a pluralidade, um modo que se recrie continuamente, de forma íntegra e autocrítica, buscando maneiras de sabotar qualquer espécie de normatividade.

Ao longo do tempo, os grupos homossexuais foram se tornando visíveis e suas características acentuadas. Mesmo com as diferenças entre homossexuais e heterossexuais, a educação administrada pelos pais na infância era indistinta em ambos os casos. Por um longo tempo, e ainda atualmente em alguns casos, os grupos homossexuais aderiram aos padrões heterossexuais de comportamento “e a antiga aspiração de uma identidade resultou na obsessão generalizada de buscar no outro o mais igual possível a si mesmo. A padronização da beleza viraria culto à igualdade, instaurando de certa forma uma linearidade do desejo” (PEDROSA, 2005, p. 1).

Para Fry; MaCrae, (1991, p. 107) a questão que esta imbricada nesse culto à igualdade e na distinção dos papéis sociais vai além do domínio físico, da aparência dos indivíduos:

[...] outra explicação mais sociológica para estas diferenças levaria em conta o fato da educação diferenciada a que são submetidas às crianças dos dois sexos tendem a desenfaturar a sexualidade para as meninas, enquanto esta é apresentada aos meninos como uma importante forma de auto-afirmação.

Observamos que para os indivíduos homossexuais a quebra dos valores sociais repassados por seus progenitores se apresentava de forma severa, justamente porque estavam arraigadas nos inconscientes dos indivíduos. Com o propósito de auxiliar essa transição, surgem em meados da década de 1950 grupos de apoio os homossexuais. As dificuldades que enfrentavam não eram poucas, visto que eram obrigados a “manter as aparências” por meio dos padrões de normalidade sexual que os obrigavam. Grupos de outros países, como a organização homófila francesa “Arcadie”, se apresentavam, ainda tímidas, no Brasil, mas com propósitos de estudarem o movimento homossexual brasileiro e as literaturas desenvolvidas no país.

Nos anos 50, grupos que trabalhavam para educar o público a respeito da homossexualidade e para oferecer apoio aos indivíduos se autodenominavam organizações homófilas. O movimento em defesa dos direitos dos gays que se desenvolveu em 1969 preferiu outra linguagem para expressar uma abordagem mais radical e politizada, por isso rejeitaram o termo homófilo, que então caiu em desuso (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 28)

Nos grupos homossexuais os indivíduos não eram mais amaldiçoados por Deus, doentes ou pervertidos que a sociedade punia e, sim pessoas em busca de uma identidade, de visibilidade. Segundo Green e Trindade, (2005, p. 57): “Membros dos grupos minoritários são tidos em baixa consideração e podem ainda ser objeto de ridículo, ódio ou violência. Assim, eles são, em geral, socialmente isolados.” Apesar de ocultarem suas identidades à sociedade ainda repressora, os homossexuais não deixavam de vivenciar suas experiências nos “guetos”. Essa vida paralela os mantinha fortes e unidos para enfrentarem o mundo externo.

2.2 O refúgio: guetos homossexuais

O isolamento dos grupos homossexuais definiu importantes vínculos para esses indivíduos, fortalecendo as relações interpessoais.

Posto isso, alguns estudiosos como Wacquant (2004), Parsons (1951), MacRae, (1983), Park, (1952), entre outros, desenvolveram pesquisas sobre o fenômeno da organização social por grupos específicos em distintas áreas de uma cidade, os denominados “guetos”.

O conceito do termo “gueto” surgiu nas cidades européias na metade do século XIX. Destinava-se a um conglomerado de residências de judeus europeus nos portos do Atlântico. Conceito distinto de *slums*²¹, que se caracterizavam pelas residenciais judaicas e se mantinham diferenciadas, oferecendo um maior conforto aos seus residentes. A implicação pejorativa dos “guetos” se estabeleceu quando sua ideologia foi aplicada a vários bairros urbanos dos Estados Unidos, envolvendo, também os bairros assolados.

[...] o termo “gueto” denota uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes (WACQUANT, 2004, p. 155).

Nos anos 1950, nos Estados Unidos, com o abandono de alguns bairros por parte dos “brancos”²² (*white flight*), ocorreu uma desvalorização imobiliária drástica e, conseqüentemente, a deterioração da organização urbana. A intensificação da criminalidade potencializou o preconceito social em relação aos guetos. Sem o apoio dos “brancos”, os integrantes dos guetos designavam seus códigos de conduta, valores sociais, e seus dialetos, vivendo praticamente em um mundo à parte.

²¹ Um *slum* é uma área de dilapidação imobiliária que, por extensão, tende a designar uma vizinhança de má reputação e indesejável para as classes baixas. Essa palavra descreve um tipo de ocupação urbana similar à das favelas brasileiras, mas que também pode ser aplicada para descrever algo similar aos cortiços (WACQUANT, 2004, p. 156)

²² O termo se referia aos indivíduos providos de uma raça pura, os brancos, predominantemente submetidos às leis do cristianismo. (WACQUANT, 2004)

De acordo com Wacquant (2004, p. 156):

Na medida em que o termo refletia preocupações da classe dominante com relação à assimilação desses grupos ao padrão anglo-saxão predominante no país, o “gueto” referia-se, nesse contexto, à intersecção entre bairros étnicos e slums, em que a segregação juntava-se ao abandono físico e à superpopulação, exacerbando assim males urbanos como a criminalidade, a desintegração familiar, a pobreza e a falta de participação na vida nacional.

Os guetos brasileiros acabaram por ter o mesmo papel dos guetos nos Estados Unidos, o de abrigarem os indivíduos marginalizados pela sociedade estabelecida. Inicialmente para os negros, e, logo, para os homossexuais.

“Gueto homossexual” refere-se a espaços urbanos públicos ou comerciais – parques, praças, calçadas, quarteirões, estacionamentos, bares, restaurantes, casas noturnas, saunas – onde as pessoas que compartilham uma vivência homossexual podem se encontrar (SIMÕES; FRANÇA, 2005, p. 1).

Wacquant (2004, p. 155) constrói uma análise relacional de gueto como um “instrumento bifacetado [**Janus faced**]²³” de restrição e controle social. Para o autor, um determinado grupo se mantinha longe dos indivíduos “diferentes”, convivendo somente com “iguais”, mantendo ativas suas tradições e crenças, sem interferência do meio externo. O que resultaria aparentemente que o gueto ao mesmo tempo em que protegia o grupo, arraigava o caráter exclusivo.

Nessas condições, o “gueto” (homossexual) não somente amplia a oportunidade de encontrar parceiros e viver experiências sexuais, mas também pode contribuir decisivamente para reduzir os sentimentos de desconforto e culpa em relação à própria sexualidade, reforçar a auto-aceitação do desejo e, eventualmente, a disposição para “assumi-la” em âmbitos menos restritos (SIMÕES; FRANÇA, 2005, p. 1).

²³ Grifos do Autor

Segundo Parsons,(1951 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 72) conforme a organização social dos indivíduos em grupos, ocorre a necessidade de encontro de uma “base espacial”.

Park (1952 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 72) acrescenta que na organização social, os indivíduos associados aos grupos se alocam em determinadas regiões da cidade. A população tende a distribuir-se no espaço não apenas de acordo com seus interesses, mas conforme seus gostos ou caracteres. Essa “base espacial” poderia ser classificada como uma “região moral” e resultaria das influências que agem sobre uma cercania que tenderia a distribuir e segregar as populações civis. “A região moral não é necessariamente um local de residências, pode ser simplesmente um local para encontros, contato e interação organizada” (GREEN; TRINDADE, 2005, p.72).

No cenário social repressivo, em que os homossexuais eram abertamente discriminados, podem-se enumerar três alternativas para uma postura ante a sociedade paulistana dominante, a saber:

A primeira, em geral escolhida pelos homossexuais da época, consistiria em enquadrar seu comportamento sexual de acordo com as normas dos grupos majoritários, sublimando ou até mesmo anulando totalmente seus desejos e incitações a indivíduos do mesmo sexo, constituindo uma família tradicional, composta por mulheres e filhos. Para Trevizan (2007, p. 409) “Na verdade, as pequenas multidões que podem ser vistas nos guetos homossexuais da maioria das cidades brasileiras significam muito pouco diante da quantidade de práticas homossexuais clandestinas ou não-assumidas [...]”

A segunda alternativa era o comportamento dissimulado - para a sociedade tradicional, comportavam-se como heterossexuais - às escondidas freqüentavam os “guetos”. A barreira entre o “gueto” e a sociedade se apresentava nesses indivíduos também em esfera simbólicas. “Trata-se, portanto, de um controle social menos aparente e mais sofisticado: só se pode ser homossexual na fronteira exata que abrange o sexo” (TREVISAN, 2007, 471).

Os guetos se transformam em território social e psicológico dos indivíduos homossexuais, segundo Amorim (2008, p. 5) “dentre diversas

formas para alcançar a realização de um determinado objetivo, freqüentemente nos defrontamos com alternativas que envolvem o controle do espaço”.

Podemos observar que na década de 1950 na cidade de São Paulo a sociedade conservadora por meio de diversas formas controlava o território psicológico daqueles que eram excluídos, apontados por seu comportamento inaceitável. Seja pela normatização do comportamento social, as campanhas de saúde mental, pelo abandono desses indivíduos em hospitais e cadeias, como forma de repressão ou até mesmo com a ocultação desses indivíduos causada pela culpa de serem “diferentes” e “doentes”. Já no controle do território social, essa sociedade conservadora se fazia ainda mais presente, elitizando os meios de divertimentos públicos, instaurando “regiões morais” em “áreas de desorganização” para os excluídos, como os guetos. De acordo com Robert Sack (1986, *apud* AMORIM, 2008, p.4-5) o conceito de território é “uma tentativa por um indivíduo ou um grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Os locais de sociabilidade dos indivíduos homossexuais diversificavam-se: iam desde locais públicos até estabelecimentos particulares, onde a frequência consistia de diversos indivíduos de classe sociais distintas. Havia também locais onde a frequência era diurna e outros, noturna.

A sociabilidade desenvolvida nos “guetos” se diferenciava, dependendo dos locais freqüentados. Observamos que durante o dia as visitas ocorriam a parques, praças, banheiros públicos entre outros, o que nos traz como conclusão que esses indivíduos se expunham nesses locais simplesmente para socializar, conhecer pessoas, fazer amizades. Durante a noite, a frequência ocorria para as *boites*, clubes dançantes, saunas, bares, restaurantes e outros locais mais “discretos”.

Os parques, praças, banheiros públicos, cafés e restaurantes, onde os homossexuais paulistanos se aglutinavam, eram locais nos quais homens de diferentes classes sociais podiam mesclar-se. Aqueles que recebiam salários modestos podiam demorar-se no mesmo copo de cerveja, enquanto se socializavam com amigos (GREEN; TRINDADE, 2005, p.33).

Na cidade de São Paulo da década de 1950 a base espacial²⁴ do grupo Homossexual se delimitava no centro da capital e pode ser caracterizada por um grande “T”. Nessas regiões se concentravam a “vida de rua” dos homossexuais, que se caracterizava pelas regiões onde freqüentavam, socializavam e conviviam com o grupo majoritário, segundo BARBOSA DA SILVA (1960 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p.73) era formado pela:

“[...] confluência das avenidas São João e Ipiranga, tendo como pontos cardeais os cinemas Oásis até o ArtPalácio “passando pelos cinemas Marabá, Cairo Pedro II, Cinemundi, Santa Helena” e início da Rua São Luiz [...] Café Mocambo (Rua dos Timbiras) , Bar do Jeca (esquina da Avenida São João com a Ipiranga) [...] Praça da Republica [...] Praça Dom José Gaspar (principalmente diante dos bares aí localizados), [...] Lago Paissandu, Rua São Luiz (principalmente diante dos bares), Praça da Sé, Praça Clóvis Beviláqua, Praça João Mendes, Praça Ramos de Azevedo (em frente á loja Mappin Store) [...] Rua Barão de Itapetininga, e nos bares da República, Nick Bar, Pari Bar, Mocambo, Cremarie, Brahma, Baiúca [...] Baneiros Públicos, principalmente os da Praça da República, da Praça Ramos de Azevedo [...] Estações de ônibus intermunicipais, estações de estrada de ferro e quartéis”.

A concentração de homossexuais nessas áreas, segundo BURGESS (1925 *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 74) ocorreu pelo fato de haver na cidade de São Paulo “áreas concêntricas”, caracterizadas por áreas de desorganização, de habitação e de indústrias. Nas áreas de desorganização, a presença de “casas de cômodos, prostituição, apartamentos pequenos, concentração de bares, *dancings*, *boites*, cinemas, criminalidade, vadiagem, homossexualismo, boêmios” eram características da região, intensificando a deterioração moral e material dessas áreas. Facilitava o estabelecimento dos grupos estigmatizados como os dos dependentes químicos, dos homossexuais, de prostituição entre outros.

O controle dessas áreas e sua eficácia ocorriam em três etapas, segundo Robert Sack (1986, *apud* AMORIM, 2008, p.5) primeiro por:

²⁴ A região moral constitui uma base espacial, que pode ser um local de residências ou simplesmente um local de encontros, contatos e interação organizada (BARBOSA DA SILVA *apud* GREEN; TRINDADE, 2005, p. 72).

[...] uma forma de classificação por área, uma forma de comunicação e uma tentativa de afirmação do controle do acesso sobre o que está dentro, ou sobre o que está fora por parte de quem está dentro da área. É uma definição que enfatiza os vínculos do território com as relações sociais, ou [...] Territorialidade é a primeira forma espacial que o poder assume.

Cercados pela sociedade majoritária, esses indivíduos vivenciavam a reciprocidade com diferentes sujeitos. Os vínculos formados, mantidos ou concretizados nesses locais permeavam a esfera simbólica, que se caracterizava pela amizade. De acordo com Boltanski (1990, p. 152):

Para que La amistad se establezca, es necesario em primer lugar que los partenaires tengan méritos, que ambos Sean «dignos de ser amados», lo cual supone em los amigos La misma capacidad de evaluar los méritos de cualquier outro y, por lo tanto, um saber común de lo que realiza.

Diferentemente dos locais de sociabilidade diurna, onde os indivíduos socializavam com o objetivo principal de fazer amizade, os encontros noturnos apresentavam uma conotação voltada para o prazer, ou seja, a troca de interesses em comum:

[...] ainda mais pronunciadas, como o desenvolvimento da vida noturna e o aumento do número de cinemas, *boites*, *taxi-girls*, bares, hotéis [...] toda essa região de prazer e exploração do vício começa a viver ao entardecer, e acha sua maior agitação nas noites [...] (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 76).

Os códigos de sociabilidade podiam demonstrar expressões afetivas de amizades ou sexuais e proporcionavam o encontro entre homens com o intuito de fazer amigos, paquerar, namorar ou até mesmo ter relações sexuais. Nos “guetos” os diferentes papéis eram assumidos, determinando um lado positivo desses locais.

Observando esse lado positivo dos “guetos”, aparecem argumentos que o consideram como um ambiente favorável à expressão da sexualidade e, portanto, ligado ao sentimento de liberdade. Segundo Wacquant (2004, p. 159):

O reconhecimento de que o gueto é um produto e um instrumento de poder de um grupo permite-nos a apreciação de que na sua forma completa ele é uma instituição de duas faces, na medida em que serve a funções opostas para dois coletivos aos quais une em uma relação assimétrica de dependência.

Se por um lado a frequência nos guetos aumentava, por outro a inquietação em omitir os indícios da homossexualidade se mantinha ante o grupo majoritário. Essa atitude vinha de uma autocrítica. Mesmo com certo aumento de visibilidade dos “guetos” eles não se assumiam a ponto de interagir com o grupo majoritário a fim de conseguir uma posição.

O homossexualismo, para o grupo majoritário, é identificado não apenas com um tipo característico de relação sexual, mas também com certo tipo de comportamento social (efeminado) [...] Dessa forma, um grande número de homossexuais, tenta policiar seu comportamento social perante a maioria, de modo a conseguir sua classificação como heterossexuais (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 76).

Esse repúdio àquele que apresentava características femininas faz com que se reproduzam discursos discriminatórios até em lugares aparentemente frequentados para fugir dessas discriminações. “[...] As primeiras investidas contra a homossexualidade por parte da medicina foram acompanhadas de uma forte preocupação por parte das classes dominantes com quaisquer atividades sexuais extra-familiares” (FRY; MACRAE, 1991, p. 81). A sociedade permanecia atenta aos “invertidos”, como delineia Trevisan (2007, p.409)

Tais fatos evidenciam como, no Brasil, existe uma nítida separação entre aqueles (as) que freqüentam o gueto, assumidamente, e aqueles (as) que trepam com pessoas do mesmo sexo mas podem chegar a sentir desprezo pelos *viados* e asco pelas *sapatonas*.

A terceira alternativa de escolha comportamental, menos provável de ocorrer, era assumir-se perante a sociedade, explicitando sua condição homossexual, preparando-se para retaliações intensas, como exclusão social, inclusive familiar, punição jurídica ou até mesmo interdição de seu corpo para pesquisas médicas.

2.3 O encontro com o outro nos guetos – o reconhecimento do Ser

Após uma longa fase caracterizada por repressões aos instintos sexuais, a união dos indivíduos homossexuais nos novos locais de convívio trouxe uma nova maneira de encarar o próprio comportamento. Em busca de apoio, os homossexuais reconhecem uns aos outros como uma forma de afirmação do Ser. O “eu” se reconhece no outro enquanto “igual”, determinando uma referência pessoal distinta.

O indivíduo homossexual entendia que a vida dupla seria necessária, enquanto dissimula para a sociedade majoritária, se liberta das amarras nos “guetos”. Assim, como minoria social, os homossexuais estariam numa relação de conflito com a sociedade mais ampla, constituindo planos de diferenciação social e cultural. “[...] as primeiras investidas contra a homossexualidade por parte da medicina foram acompanhadas de uma forte preocupação por parte das classes dominantes com quaisquer atividades sexuais extrafamiliares.” (FRY; MACRAE, 1991, p. 81)

Com a coerção social que vigeu explicitamente até o final do século XX, os guetos se delimitavam como locais, ao mesmo tempo, de exclusão e proteção para as minorias.

[...] no estudo dos grupos minoritários [...] podemos definir uma minoria como um grupo de indivíduos que, por suas características físicas ou culturais, se diferenciam do resto da sociedade em que vivem por tratamento diferencial ou igualitário, e que se consideram objeto de discriminação coletiva (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 56)

Desse isolamento, proviu o questionamento da importância dos vínculos desenvolvidos nos guetos homossexuais. Observamos que tal abandono trazia uma oportunidade de fortalecimento das relações interpessoais e o desenvolvimento de uma forma diferente de sociabilidade.

Os “guetos” se mantiveram ocultos até emergirem para a sociedade na década de 1960.

Para Trevisan (2007, p. 471):

[...] o gueto homossexual [...] ainda que seja um espaço conquistado para livre manifestação de comportamentos sociais desviantes do padrão [...] na verdade não deixa de ser o “lugar de bicha e lésbica”, com tudo o que implica de compartimentalização e isolamento.

Nos guetos os indivíduos se libertam, convivendo com “iguais”, trocando experiências, que os fazem aliviar os questionamentos de sua “condição”. Esse comportamento não afetaria em nada o comportamento social como um todo, tornando o grupo cada vez mais fechado. Segundo Green e Trindade (2005, p. 57), “[...] as minorias tendem a desenvolver um sistema de atitudes, formas de comportamento e outras características subjetivas que as coloca ainda mais à parte”.

De forma imperceptível, essa marginalidade propicia uma série de atitudes que se manifestam, devidas às experiências coletivas e individuais, que segundo Mauss (2007, p. 409) “os indivíduos apresentam uma natureza social do *habitus*, que varia não somente com os indivíduos e suas imitações, mas, sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios”. Há necessidade de observação dessas técnicas corporais e sociais para que de certa forma ocorra uma padronização comportamental.

Essas técnicas se definem por meio de símbolos através dos quais os indivíduos pertencentes ao grupo homossexual se identificariam. Suas características muitas vezes passam despercebidas pela sociedade, mas não entre eles. Para Green e Trindade (2005, p. 79) esses símbolos são explicitados por gestos, maneira de falar ou andar, roupas, objetos ou situações que atraem a atenção, para que os homossexuais se identifiquem, ainda que não se conheçam.

Todos esses modos de agir são técnicas do corpo. De acordo com Mauss (2007, p. 407), essas técnicas se caracterizam por um ato habitual e eficaz. “Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição”. O homem transmite suas técnicas de forma comportamental e oral. Essa transmissão ocorre quando o outro nos é comum. Aos que não nos são, somos indiferentes. Contudo, e mesmo com essa singularidade, mantemos nossa individualidade. Ocorrendo a dualidade, dois seres que trocam técnicas em

comum transcendem sua posição inicial para desvendar que o outro lhe faz diferente.

Como manifestação de uma razão, a linguagem desperta em mim e em outrem o que nos é comum. Mas ela supõe, em sua intenção de exprimir, nossa alteridade e nossa dualidade [...] Com efeito, a transcendência do interlocutor e o acesso a outrem pela linguagem manifestam que o homem é uma singularidade (LÉVINAS, 1997, p. 50).

As técnicas do corpo evidenciadas no homossexual não se diferem em nada conceitualmente das utilizados na linguagem heterossexual. Assim como os homossexuais, as mulheres e homens heterossexuais se reconhecem por meios de símbolos transmitidos pelos pais e culturalmente adquiridos nos distintos grupos. O problema então se delineava pelo fato de que na sociedade da década de 1950 o importante não era o indivíduo puro, seu verdadeiro Eu, e sim uma cultura de aparências.

A coerção social não atingia somente os homossexuais de fato, mas sim todos os indivíduos considerados “diferentes”, envolvendo um intrincado código comportamental.

Segundo Lévinas (1997, p. 38), “a individualidade do Eu se distingue de toda individualidade dada, pelo fato de sua identidade não ser feita do que a distingue dos outros, mas de sua referência a si”.

A busca da padronização comportamental se torna vã, a partir do momento em que cada indivíduo possuía naturalmente uma estrutura biológica, uma composição cultural e uma posição social diferente de seus pares sociais.

O processo de socialização, incluindo tantos problemas adicionais, coloca o indivíduo em uma posição muito mais ambígua do que acontece na maioria [...] Dessa forma, os indivíduos são socialmente classificados como homossexuais não porque seja conhecida a sua predileção por certo tipo de relação sexual, mas porque seu comportamento social, pelo mesmo em muitas áreas, diverge do que a maioria considera como papel masculino. (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 100)

A discriminação contínua imposta pela família e pela sociedade levava os homossexuais a esconder sua real identidade da família. Por outro lado, os pais muitas vezes preferiam ignorar a condição do filho, nunca a assumindo perante a sociedade.

Aos homossexuais que dissimulavam e seguiam o suposto padrão comportamental, ou seja, a tradição heterossexual, era concedida aceitação, apesar de eventual suspeita. Entretanto, aos que não conseguiam ou não desejavam impor-se tal comportamento, restava-lhes o isolamento social ou a busca pelo apoio do grupo minoritário.

A sua entrada para o grupo homossexual, porém, vai afetar essa situação de crise, pois encontrará um grupo de pessoas semelhantes que compreenderão e agirão segundo padrões de comportamento idênticos e inteligíveis. Participando e pertencendo ao grupo, um circo de relações recíprocas fechadas convergem sobre o indivíduo, procurando, em última análise, ligá-lo o mais fortemente possível ao grupo, ou excluí-lo totalmente (formas de defesa da existência grupal) (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 104).

Sem os aspectos sociais esperados pela sociedade e pela família, os homossexuais se deslocavam de suas casas para os “guetos”, a fim de suprirem suas necessidades afetivas e sexuais. O indivíduo estranho passa a ter outro papel na existência das minorias: transpõe o ser inexistente, anódino, e passa para o núcleo das relações interpessoais.

A sociabilidade presente entre os freqüentadores dos “guetos” homossexuais compreendida pelo paradigma da dádiva, desenvolvida por Marcel Mauss (2007), opor-se-ia ou não ao sistema utilitarista, haja vista que a dádiva opera uma miscelânea entre amizade e conflito, interesse e desinteresse, obrigação e liberdade. O tríptico sistema de dar, receber e retribuir, pelo qual a dádiva se manifesta, evidenciaria obrigações universais, sendo organizadas de modo particular em cada grupo social. A partir desse ponto, tomamos como importante o entendimento das trocas simbólicas, como são formadas e exercitadas nos diferentes tempos e lugares, como elas podem tomar formas variadas, do reconhecimento pessoal à redistribuição de obrigações.

Na sociedade moderna, nota-se, eventualmente, a existência de não-utilitarismo, ou seja, a dádiva em sua forma indicada por Mauss (2007), uma vez que desconhecidos, por meios simbólicos ou não, praticam atos de doações, filantropia, palavras e a própria solidariedade entre outras formas,

práticas vistas nas relações entre os homossexuais não assumidos e os indivíduos “normais”, como contato misto (GOFFMAN,1988).

A dádiva inclui não só presentes como também visitas, festas, eucaristias, prática de caridade (esmolas), herança, um número infinito de prestações, que podem ser “totais” ou “agonísticas”. Em meio aos fundamentos do paradigma da dádiva, Lévinas (1997, p. 13) em “Entre nós: ensaios sobre alteridade”, propõe questionamentos acerca do ser, afirma que “a relação com o outro consiste em querer compreendê-lo, mas a relação da alteridade excede essa compreensão”, apresentando-se na epifania do rosto. Apresenta também a importância do outro como rosto, que pode ser visto, mas é ao mesmo tempo mais do que aquilo que se vê; o olhar não é apenas visto. O rosto conduz-se a mim, expondo-se de frente, fazendo face ao eu, mostrando a sua identidade ou o seu próprio conteúdo. Ele é fundamentalmente olhar e palavra, é mais do que a imagem, a exposição do ser ao outro de maneira pura.

Segundo Green e Trindade, (2005, p. 104):

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade inclusiva semelhantes a ele, também excluídas do grupo majoritário, ele tende a encarar de outra forma a opção, que passa a significar a sua afirmação pessoal como homossexual, prendendo-o cada vez mais a essa categoria.

Por meio do código de conduta o Eu se relaciona com a totalidade, fazendo-se possuidor de uma identidade, manifestada pelo rosto. Essa relação é uma relação com os outros seres humanos dos quais se reconhecia o rosto, cabendo a eles julgarem o Eu culpado ou inocente.

O rosto é, de todas as partes do corpo humano, aquela onde se condensam os valores mais elevados. Nele cristalizam-se os sentimentos de identidade, estabelece-se o reconhecimento do outro, fixam-se qualidades da sedução, identifica-se o sexo [...] (LE BRETON, 1992, p. 70).

Ao se mostrarem uns para os outros como seres providos de um rosto, estabeleceram-se como indivíduos representantes de seu próprio Eu. A representação social é uma forma de conhecimento prático, de senso comum, que circula na sociedade. Esse conhecimento é constituído de conceitos acerca do ambiente social e relações sociais ou reflexão pessoal sobre

determinados comportamentos (GOFFMAN, 1988, p. 10). Os indivíduos constituem suas “identidades sociais”²⁵ agregados aos diversos grupos, por meio das crenças que os veiculam.

Essas características que proporcionam aos indivíduos o reconhecimento social segundo Goffman (1988, p.11) se determinavam pelo fato de “a sociedade estabelecer meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”.

Ao determinarem categorias sociais que diferenciam os indivíduos uns dos outros, abrem-se margens para diversas manifestações, tanto de aprovação quanto de reprovação.

O estigma é uma marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias diversas, porém comuns na perspectiva de desqualificação social. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, cristalizadas, consolidadas no pensamento, crenças, expectativas socioindividuais (RANGEL, 2004, p. 02).

No grupo minoritário, o papel do outro está no contexto das relações pré-determinadas. Os julgamentos permanecerão, entretanto, de outra forma - não mais em esfera individual por ser ou não homossexual e sim na totalidade. Nesse julgamento, o veredito é a integração ou não ao grupo. O mundo humano é um mundo em que se pode julgar a história, não necessariamente coerente.

Julga-se o ser a quem acreditamos ser imprescindível o julgamento. O problema da relação entre Eu e a totalidade resume-se, portanto, em descrever as condições morais do pensamento. Elas se realizam [...] na obra da justiça econômica (LÉVINAS, 1997, p.39).

Quando ocorre o afastamento da morada do Eu, da sua estrutura familiar original, o indivíduo se apresenta alheio ao fundamento simbólico social, um ser desgarrado. Toda sua estrutura social é quebrada, para ser reconstituída por meio do encontro com outro Ser, o qual lhe trará

²⁵ Para Goffman (1988, p. 12), o termo “identidade” melhor representa os atributos gerais dos indivíduos, assim como “honestidade” ou “ocupação”.

acolhimento. Contudo, um vínculo quebrado não se reconstitui, ficando para trás o sentimento de perda.

A totalidade não é interrompida por algo que possa simplesmente atacar-lhe exteriormente, ela é rompida a partir do interior.

Eu o reconheço, ou seja, creio nele. Mas se este reconhecimento fosse minha submissão a ele, esta submissão anularia todo valor de meu reconhecimento: o reconhecimento pela submissão anularia minha dignidade, pela qual o reconhecimento tem valor. O rosto que me olha me afirma (LÉVINAS, 1997, p. 61).

Mostrou-se que o Ser não é um movimento indiferente e impessoal, mas tem lugar na relação entre os homens. Podemos afirmar que o Ser se produz no encontro rosto a rosto. A interioridade do Eu, embora necessária para tal encontro, não exprime o Ser, um Eu pensado pela interrupção da sua relação com o outro ser sempre “presente”. De acordo com Lévinas (1997, p. 58), a “origem de si, que já domina os poderes que o constituem e agitam em tu, surgindo inevitavelmente, sólido ou numeral, atrás do homem conhecido neste pedaço de pele absolutamente decente que é o rosto”.

Ao tornar presente em rosto real, o que antes povoava somente o imaginário, surge o reconhecimento coletivo, ou seja, os iguais convivendo em um mesmo ambiente, com suas identidades individuais.

Segundo Lévinas (1997, p. 31):

O encontro com outrem consiste no fato de que, apesar da extensão da minha dominação sobre ele e de sua submissão, não o possuo, e o reconheço e me exponho [...] Ele não entra inteiramente na abertura do ser em que já me encontro como no campo da minha liberdade.

A partir desse encontro, ocorre o reconhecimento do outro materializado em rosto, demonstrando plenamente a exterioridade do ser : “seu modo de ser e de manifestar consistem em voltar sua face para mim, em ser rosto” (LÉVINAS, 1997, p. 45).

Assim, o movimento originário e autêntico da existência, a sua intencionalidade, não é para o mundo, mas para o Outro. “É esta presença para mim de um ser idêntico a si, que eu chamo de presença de rosto. O rosto é própria identidade de um ser” (LÉVINAS, 1997, p. 59).

O rosto expõe o indivíduo ao social, determinando sua identidade. À medida que ocorre a palavra, esse Ser social se torna individualmente puro aos olhos do Outro. “A relação com o rosto, acontecimento coletividade – a palavra – é relação com o próprio ente enquanto puro ente” (LÉVINAS, 1997, p. 32).

O reconhecimento do Eu no Outro pode causar afeto ou repúdio, fazendo com que o desejo de retribuir aflore ou não, transcendendo o universo simbólico para o universo real. O Outro, na forma de rosto que pode ser visto, é ao mesmo tempo mais do que aquilo que se vê; o olhar não é apenas visto, mas sentido, e ultrapassa a visão. “[...] a nudez do rosto não é uma figura de estilo, ela significa por si mesma. Nem se pode dizer que o rosto seja uma abertura: isto seria torná-lo relativo à plenitude circundante” (LÉVINAS, 1997, p. 32).

Quando o encontro transcende o rosto, advém à caracterização da palavra, o conteúdo comunicado. Ao trocar palavras o Eu permite a reciprocidade do outro, constituindo o vínculo.

Segundo Caillé (*apud* MARTINS, 2002, p. 100):

Como os bens preciosos nas sociedades arcaicas, a circulação da palavra permite estabelecer relações de aliança e de afinidade; aliás, seu único conteúdo será, na maior parte das vezes, permitirmos a circulação, mais ou menos livre, da palavra [...] o que circula não são bens, mas palavras; além disso, presume-se que a produção destas não custa nada.

As palavras trocadas simbolizam formas diferentes no entendimento dos locutores e receptores. Nesse contexto, a linguagem se define por palavras, como algo dado, um presente do Eu para o Outro no momento em que ocorre o encontro.

[...] na dádiva, o bem circula a serviço dos vínculos. Qualifiquemos de dádiva qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas. (GODBOUT, 1999, p. 29).

O Eu, desgarrado, é recebido pelo Outro, que integra o grupo e o acolhimento instituído pela palavra muda o contexto social do indivíduo. Ele passa de estranho e sozinho para componente de um grupo estruturado. Segundo Caillé (*apud* MARTINS, 2002, p. 103), “a sociabilidade primária

alimenta-se da dádiva das palavras e que, reciprocamente, a linguagem, embora não seja somente vetor de informações ou ordens deve ser analisada como instância da dádiva da palavra falada [...]"

O círculo das relações interpessoais se inicia. O primeiro contato foi instituído, e, a partir daí, o Ser que era estranho passa a habitar outra esfera perante o Eu.

A transmutação de um estranho em familiar é o fenômeno básico da dádiva, que permite em seguida a reciprocidade e o mercado, mas que permite sobre tudo á sociedade perpetuar-se como sociedade (e não apenas como família), renovar-se renovando a aliança em cada "geração". Encontramos, portanto, o estranho no lugar onde menos o esperaríamos: no centro das relações pessoais, como fundamento da própria esfera doméstica (GODBOUT, 1999, p.41).

Com o deslocamento do espaço doméstico para o espaço social, no caso, para os guetos, a referência familiar também se veicula nos indivíduos que frequentam os guetos, criando um novo "modelo familiar", constituído não por laços sangüíneos, mas por apresentarem similaridades no comportamento.

2.4 Os fundamentos da dádiva

As relações interpessoais podem ser analisadas sobre outra perspectiva, além do sistema econômico. De acordo com Godbout (1999), as formas de vínculos sociais se dividem em três esferas sendo elas, a do mercado, do Estado e a doméstica ou sociabilidade primária. Podemos transcender o poder do Estado e do mercado compreendendo o verdadeiro valor dos vínculos. Segundo Godbout (1999, p. 200):

Circulando, a dádiva enriquece o vínculo e transforma os protagonistas. A dádiva contém sempre um além, um suplemento, um algo a mais, que a gratuidade tenta dominar. É o valor de vínculo [...] Ao expressar o valor do vínculo, a dádiva serve para nos provar que não somos objetos.

Para Mauss (2007), os valores das coisas não poderiam ser superiores ao valor da relação. O simbolismo se originaria pelas trocas fundamentais para a vida social. Ele chegou a esta compreensão a partir da análise das modalidades de trocas nas sociedades arcaicas e da verificação do fato de que essas modalidades não são apenas coisas do passado. “Os dons não somente são símbolos, mas os símbolos são ou deveriam ser compreendidos como dons” (CAILLÉ, 2002, p.143).

Esse sistema simbólico das trocas foi denominado paradigma²⁶ da dádiva e foi desenvolvido em oposição ao sistema utilitarista²⁷. De acordo com Mauss (2007, p. 188), o conceito de trocas simbólicas se difere do conceito mercantilista, caracterizado como “troca de coisas úteis, escambo”:

Descreveremos os fenômenos de troca e de contrato nessas sociedades que são não privadas de mercados econômicos como se afirmou – pois o mercado é um fenômeno humano que, a nosso ver, não é alheio a nenhuma sociedade conhecida –, mas cujo regime de troca é diferente do nosso.

Na sociedade moderna, a dádiva pode ser encontrada também entre desconhecidos, vista como matriz dos vínculos sociais e, portanto, instauradora da sociabilidade. Os homossexuais em busca de apoio se expunham uns aos outros nos guetos, correndo o risco de serem descobertos pelos frequentadores que, muitas vezes, não apresentavam características homossexuais. Esse risco, de certa forma, instaurava o poder de comandarem suas vidas, pois, ao passo que permeavam os guetos em busca de apoio, reconheciam-se os iguais, trocavam experiências e se ausentavam da culpa imposta pela sociedade. Os indivíduos homossexuais escolhiam a invisibilidade

²⁶ Para Caillé (2002, p. 20), “O termo “paradigma do dom”, embora correto, é no entanto muito restritivo e portanto potencialmente enganador [...] “mas” anti-sistemática que pretenda ser, é necessário fixar com um pouco de sistematicidade as modalidades de um pensamento do concreto. E concatená-los, mesmo que frouxamente, em forma de paradigma, ainda que antiparadigmático”.

²⁷ “Existe hoje em dia um paradigma dominante, o neoliberalismo. Nas ciências humanas, ele possui diversos nomes: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica. Esses diversos nomes designam aspectos diferentes do paradigma. Mas existe um núcleo comum a todas essas teorias: elas dizem respeito ao que circula, procuram explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade” (GODBOUT, 1998, p. 14).

social ou a identidade, simplesmente pelo fato de frequentarem os guetos ou não.

De modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social (GODBOUT, 1998, p. 7).

Não somente pelo fato de formarem laços sociais, mas na perpetuação desses laços identificam-se diversas formas de troca. Uma das mais destacadas se caracteriza pela palavra, visto que não necessita de nenhum esforço ou tipo de bem para trocá-la e sim, interesse por parte do ouvinte e vontade por parte do orador.

Segundo Sabourin (2008, p.133):

Mauss identifica nas prestações totais das sociedades antigas ou primitivas uma forma de relação que ele chama de “dádiva-troca” e que se diferencia da troca mercantil, na medida em que associa uma moral, um valor ético, à transação econômica. Ele usa, precisamente, a expressão de “moral da dádiva-troca.

Para Mauss (2007, p. 299):

O sistema que propomos chamar o sistema de prestações totais, de clã a clã – aquele no qual indivíduos e grupos trocam tudo entre si – constitui o mais antigo sistema de economia e de direito que podemos constatar e conceber. Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca. Nesses fenômenos sociais ‘totais’, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares de produção e de consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (MAUSS, 2007, p. 187)

De acordo com Caillé (2002), o argumento fundamental do *Ensaio* é que a dádiva produz a aliança e permeia as relações interpessoais entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços.

A dádiva opera uma miscelânea entre amizade e conflito, interesse e desinteresse, obrigação e liberdade.

O tríplice sistema de dar, receber e retribuir, pelo qual a dádiva se manifesta, consiste de obrigações universais, sendo organizadas de modo particular em cada grupo social.

A sociedade se funda, sobretudo, na ambivalência da reciprocidade: existe o interesse, mas também o desinteresse, o contrato e o vínculo espontâneo, o pago e o gratuito. A partir desse ponto, mostra-se importante o entendimento das trocas simbólicas, como são formadas e exercitadas nos diferentes tempos e lugares, se de fato elas podem tomar formas variadas e se há ênfase no reconhecimento pessoal ou na redistribuição de obrigações.

A dádiva apresenta capacidade de criar laços sociais, de gerar sentimentos, apaziguar os conflitos e de servir como limite para reconstituição das instituições sociais. De acordo com Caillé (*apud* MARTINS, 2002, p. 194): “Em certo sentido, a dádiva não é, de modo algum, desinteressada; simplesmente, ela dá o privilégio aos interesses de amizade (de aliança, sentimento de amor, solidariedade, etc.) e de prazer [...]”

Com todo preconceito sofrido, os grupos homossexuais se isolavam em guetos, e mantinham uma sociabilidade entre “iguais”, proporcionando a união do grupo em prol de um movimento contra a exclusão homossexual. A dádiva se apresenta então como atenuante dos problemas, proporcionando a aproximação do Eu e o Outro, permeada por um estigma social.

A relação que se estabelece entre atores sociais, estranhos entre si, são potencialmente conflituosas, sendo necessários rituais de apaziguamento, ou códigos de hospitalidade, que devem ser observados para que a comunicação se estabeleça, dando início as redes de sociabilidade (DENCKER, 2007, p. 1).

Mesmo com a presença do valor do vínculo, nem sempre as relações entre os homossexuais se delineavam de forma desinteressada, mas com um propósito sexual. A supervalorização da imagem impõe aos homossexuais a necessidade de uma apresentação social diferenciada, que está diretamente ligada à necessidade de se adequar ao grupo. Contudo, alguns fatores implicam na forma como se delineiam tais vínculos. Em busca da libertação do controle da família e poder econômico, muitos homossexuais ingressam no

mundo da prostituição. “Alguns se servem dessa liberdade para se prostituir, roubar, viver de favores de outros homossexuais ou prostitutas, e outras atividades econômicas marginais e instáveis” (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 123).

Ao apresentar vínculos com interesses exclusivamente econômicos, todo o círculo da dívida se desfaz, e o valor do vínculo se torna simplesmente um processo mercadológico, uma vez que a manutenção do vínculo não é preservada.

Capítulo III - A dádiva que circula entre os grupos homossexuais: análise do *corpus* documental

3.1 O *corpus* documental

Após abordar as teorias propostas, partimos para apreciação do *corpus* documental. Utilizamos como modelo teórico metodológico a análise de conteúdo qualitativa de Bardin (1977, p. 21) que considera:

Na análise qualitativa é a *presença* ou *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado Figura de mensagem que é tomado em consideração.

Durante a leitura flutuante de vários materiais relacionados ao tema, pudemos inferir uma impressão inicial, passando depois à coleta de materiais variados sobre o comportamento homossexual no Brasil e na cidade de São Paulo, local determinado para pesquisa. Delineado inicialmente um panorama da trajetória do movimento homossexual e a problemática de ser homossexual em São Paulo, a década de 1950 tornou-se objeto central da análise. Este período foi marcado por intensas transformações sociais e mais especificamente da sexualidade, com a ocorrência do início da revolução sexual no final da década.

Percebemos que as mudanças já vinham acontecendo desde o início da década de 1950. Nesta época, os papéis destinados aos homens e as mulheres ainda eram nitidamente os tradicionais. Os indivíduos que apresentavam características diferentes dos padrões, como os homossexuais, supriam de forma diversa suas necessidades sexuais e sociais.

Posto isso, analisamos como a sociedade paulistana da década de 1950 compreendia o comportamento e manifestações homossexuais, haja vista a cena cultural paulistana, que apresentava mudanças sociais favoráveis. Essa expansão cultural, cinematográfica em especial, proporcionava ao mesmo tempo uma “abertura” às novas manifestações sociais. Houve, contudo, maior

visibilidade dos homossexuais pelos grupos conservadores, que por meio de órgãos governamentais instauravam rigorosos métodos de censura.

Demarcado o local da pesquisa e o período, analisamos vários periódicos como: *Jornal Última Hora*, *Correio Paulistano*, *Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a fim de localizarmos nosso *corpus* documental. Elegemos as matérias do jornal Folha de São Paulo que até meados da década de 1950 se denominava Folha da Manhã. As matérias se apresentaram principalmente na coluna semanal “Notas Policiais” e na coluna Dominical “Nosso mundo mental”. Observamos que na coluna semanal “Notas Policiais” o jornal expunha campanhas governamentais de combate aos contraventores, apreensões, prisões entre outros fatos relacionados a delinqüências sociais. Na coluna dominical “Nosso mundo mental”, escrita pela psicóloga da Seção de Higiene Mental da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar Virginia Leone Bicudo, as matérias foram publicadas no caderno “Vida Social e Doméstica”. Além de expor o objetivo da higiene mental, relacionando o indivíduo e o ambiente, abordava questões sobre a vida afetiva das crianças, jovens e adultos.

A análise de cada artigo ocorreu por meio da compreensão das mensagens ali expressadas, sendo descartadas as mensagens irrelevantes para esse trabalho.

Durante a semana, o Jornal Folha de São Paulo dividia-se basicamente em dois cadernos, denominados “Assuntos Gerais” e “Assuntos Específicos”, subdivididos consecutivamente em *Notícias do Rio* (N.R), *Notas Policiais* (N.P), *Momento Político* (M.P), *Editoriais*, *Sociais* (E.S), *Necrologia* (N), *Turfe*(T) e *Vida Religiosa* (V.R) no primeiro caderno e *Cotações* (C), *Progresso Técnico* (P.T), *Pequenas Notas* (P.N), *Biologia e Medicina* (B.M), *Engenharia e Arquitetura* (E.e A), *Administração e Ensino* (A. e E), *Para os Estrangeiros* (P.E) *Direito e Justiça* (D. e J) no segundo caderno. O conteúdo total distribuía-se em 25 folhas.

Aos domingos este número aumentava consideravelmente, para 82 folhas, 68 do caderno principal e 14 do suplemento dominical. Contudo, não analisamos o suplemento. O jornal se dividia em 6 cadernos que se subdividiam em:

Assuntos Gerais (A.G)	Assuntos Especializados (A. E)	Assuntos Especializados II (A. E. II)	Vida Social e Doméstica (V.S.D)	Atualidades e Comentários (A. e C)	Suplemento Feminino da Folha da Manhã (S. F) / Suplemento Dominical (S.D)
Farmácia de Plantão (F.P)	Cotações (C)	Engenharia (E)	Sociais (S)	Movimento Literário (M.L)	
Momento político (M.P)	Resumo Estatístico (R.E)	Direito e Justiça (D. e J)	Garota (54 ou 55) (G. 55)	Mestres da Pintura (M.P) (Nomes)	
Editoriais (Ed.)	Progresso Técnico (P.T)	Biologia e Medicina (B. e M)	Inspiradoras (I)	Teatro Nacional (T. N)	
Vida Religiosa (V. R)	A Semana Econômica (S.E)	Administração (A)	O talento da Infância (T.A)	Bolsa de Cinema (B.C)	
Turfe (T)	Classificas em Geral (C.G)	Classificados de Imóveis (C.I)	Desfile Beneficente (D.B)	Ciência (Cie)	
Esporte (Esp.)			“Puzzles” (P)	Flamínio Fovero (F.F)	
Necrologia (N)			Ginásticas para futuras mães (G.p.M)	Tristão de Ataíde (T. A)	
			Os maiores atrativos da mulher (M.a.M)	Maura Bittencourt (M.B)	
			Pediatria (Ped.)	Artes Plásticas (A. p)	
			Decoração de interiores (D. i.)		
			Trajes infantis (T.I)		
			Carta de Nova York (C. N.Y)		

Quadro 4. Divisão do jornal Folha de São Paulo em cadernos e suas colunas.

O quadro 4 apresenta todos os cadernos e colunas identificados ao longo dos anos pesquisados. Observamos que algumas colunas mudaram de nome ou foram acrescentadas. Ao todo analisamos quatro anos – 1950, 1954, 1955 e 1960, abrangendo 48 meses. Com a apreciação de cerca de 1.044, exemplares diários e aproximadamente 416 dominicais, totalizando 1.460 jornais, 54.388 folhas resultando em 53 matérias para análise, sendo 7 *Notas Policiais* e 46 matérias diversas.

Iniciamos a análise do jornal Folha de São Paulo com uma apreciação aleatória do ano de 1955 no mês de janeiro. Constatamos uma série de artigos

abordando vários temas relacionados à saúde mental dos indivíduos desde o nascimento até a idade adulta, sua normalidade e suas disfunções, explicitando como a sociedade paulistana lidava com as disfunções mentais e comportamentais. Constatamos que se tratava de uma série de matérias que haviam iniciado suas publicações no ano de 1954. Após analisar todos os cadernos diários do ano de 1955, retrocedemos para o ano de 1954, onde encontramos a maior parte dos artigos que constituem nosso *corpus* documental.

Tidos em conta estes critérios (marcas, órgãos de imprensa, períodos), que dependem do objetivo da análise, pode proceder-se a uma redução pensada (amostragem) do universo e diminuir a parte submetida à análise. Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto o alcance da análise), se este for demasiado importante (BARDIN, 1977, p. 99).

Ao iniciar a pesquisa em dezembro de 1954, observamos que o mês de maio marcava o início da série. Contudo, retrocedemos as pesquisas até janeiro de 1954. Como observamos a ausência de artigos relevantes a esse trabalho nos meses anteriores a maio e posteriores a outubro de 1955, decidimos então explorar o ano de 1950. Detectamos matérias cujos temas se distinguiam dos artigos de 1955 e 1954, pois não tratavam a temática homossexual, abordando de forma explícita a repressão da época.

Concluindo a análise do ano de 1950, resolvemos avançar até o ano de 1960 em busca de mais informações sobre o tema. Para nossa surpresa, poucos artigos foram encontrados com temáticas semelhantes aos anos de 1955 e 1954. Selecionamos 53 artigos deste período com relevância para a pesquisa, sendo sete Notas Policiais e 46 matérias diversas.

Qualitativamente, a análise particular dessas matérias indicou quais eram os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso acerca do comportamento homossexual, apresentados no referencial teórico.

O estudo orientou-se pela hipótese de que a sociedade paulistana de todas as formas combatia quaisquer comportamentos ou manifestações que fossem contra o comportamento normativo imposto.

Para cada artigo, formulamos uma síntese apresentando o conteúdo principal identificado nas mensagens. Assim, conseguimos diferenciar e apreciar cada símbolo em um contexto geral, partindo então para a exploração dos materiais e a realização das decisões tomadas na pré-análise. É o momento da compilação – em que os dados brutos são transformados de forma organizada e “agregadas em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo”, segundo Holsti (*apud* BARDIN, 1977, p. 103). Devido ao período de análise e o método de conservação, alguns documentos estão ilegíveis, portanto os transcrevemos para melhor entendimento das informações.

3.2 Artigos selecionados e analisados

No universo de 1.460 periódicos e 54.388 folhas do jornal Folha de São Paulo analisados, selecionamos 53 matérias que foram relevantes para nossa pesquisa, divididas em 7 Notas Policiais, 14 matérias diversas e 32 da série Nosso Mundo Mental. Ao todo se apresentaram em sete cadernos, sendo:

Atualidades e Comentários – 3

Noticiário Geral e Assuntos Gerais (o termo Noticiário Geral utilizado no ano de 1950 foi substituído por Assuntos Gerais, em meados da década de 60) – 2

Assuntos Especializados – 1

Vida Social e Doméstica (Nosso Mundo Mental) – 32

Vida Social e Doméstica - 5

Folha Ilustrada - 3

Notas Policiais – 7

Dispusemos os dados adquiridos em quatro quadros separados por ano, mês, caderno e número de matérias.

Verificamos que o período que mais apresenta matérias sobre como manter a normalidade psíquica é o ano de 1954, justamente o período em que a cidade de São Paulo apresentava vários indícios de mudanças, como já

apontado neste trabalho, e contava com dois órgãos censores, o que indicaria maior preocupação com a preservação da moral e dos bons costumes. A tabulação resultou em:

Ano	1950		
Mês	Maio	Junho	
Caderno	Atualidade e Comentários	Noticiário Geral	Total
Nº de Artigos	2	1	3

Quadro 5. Tabulação dos artigos do ano de 1950.

Ano	1954					
Mês	Maio			Jun.	Jul.	
Caderno	Assuntos Especializados	Assuntos Gerais	Nosso Mundo Mental	Nosso Mundo Mental	Nosso Mundo Mental	
Nº de matérias	1	1	1	3	4	
Mês	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Caderno	Nosso Mundo Mental	Nosso Mundo Mental	Nosso Mundo Mental	Nosso Mundo Mental	Nosso Mundo Mental	Total
Nº de matérias	5	4	5	2	3	29

Quadro 6. Tabulação dos artigos do ano de 1954.

Ano	1955				
Mês	Janeiro	Fevereiro	Junho	Outubro	
Caderno / Coluna	Nosso Mundo Mental	Vida Social e Doméstica	Vida Social e Doméstica	Vida Social e Doméstica	Total
No de Artigos	5	1	1	1	8

Quadro 7. Tabulação dos artigos do ano de 1955.

Ano	1960					
Mês	Janeiro	Abril		Setembro		
Caderno	Atualidades e Comentários	Folha Ilustrada	Vida Social	Vida Social	Folha Ilustrada	Total
No de Artigos	1	1	1	1	2	6

Quadro 8. Tabulação dos artigos do ano de 1960.

Optamos por tabular separadamente o artigo relacionado ao caderno Vida Social e Doméstica, no qual estava contida a série Nosso Mundo Mental. Consideramos as matérias dessa série mais importantes para compreensão de como a sociedade paulistana abordava o comportamento homossexual. Os 32 artigos dispunham-se a falar do comportamento psicológico e social normais, e como identificar suas disfunções, lidar com elas e tratá-las.

A maior parte da série não faz alusão direta à homossexualidade, mas nos oferece indícios de como era compreendida. No universo de 53 artigos, apenas quatro citam os termos explícitos referentes à homossexualidade. O primeiro compõe a série Nosso Mundo Mental, denominado “O período de desenvolvimento da adolescência” de Virginia Leone Bicudo (01/01/1955), e aborda com conotação pejorativa e um discurso patológico “anormal” a homossexualidade. A matéria de Bicudo aborda a instabilidade emocional e sexual apresentada ao longo da adolescência. A autora coloca que devido a sua imaturidade o adolescente não conseguiria alcançar a satisfação que idealizara a partir do ato sexual. Com essa problemática o indivíduo acaba assumindo uma posição emocional “marginal”, em que tenta emancipar-se das ligações de dependência com os pais, mas sente-se incapaz de desvincular-se dessa dependência. Na medida em que esse indivíduo sente-se confiante em relação ao amor dos pais, se sentirá mais seguro e menos ávido na busca pela emancipação.

Esse comportamento auxiliaria, então, no controle de seus impulsos sexuais e capacidade para aos poucos transferir seus impulsos sexuais da família para outros indivíduos fora deste círculo. Fundindo os dois aspectos do amor, o físico e o da “ternura”, a satisfação plena só se encontraria na união com um só objeto de amor. De acordo com a autora, esse desenvolvimento emocional normal geralmente não ocorria pelo fato do adolescente se encontrar na situação de ter dois objetos de amor - um para satisfazer suas necessidades de ternura e outro para suas necessidades físicas. Para essa dissociação, os adultos encontrariam a racionalização de que a esposa deveria ser respeitada e pura e por isso para a satisfação física se justificariam as ligações extraconjugais dos homens.

A segunda matéria, determinada “Problemas sexuais contemporâneos” (09/09/1960), do psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva Filho²⁸ relata o comportamento homossexual como antinatural, um “bloqueio-hetero”.

O autor expõe que a sexualidade tratada como na “era vitoriana” com hipocrisia e pudor, reprimia os indivíduos, prejudicando o desenvolvimento saudável de sua sexualidade. Entretanto, a liberdade com que assuntos até então considerados “escabrosos” passaram a ser tratados chocou, assim, muitos indivíduos. Por outro lado muitos outros indivíduos acreditavam e pregavam a imoralidade, a liberdade sexual sem freios nem inibições. De forma conveniente, mas inadequada, se sustentavam nas teorias freudianas, a fim de justificarem seus atos. A presença do “moralismo científico”, que se baseava em fatos e não em preconceitos, em contraposição a estudiosos mais “corajosos” como Havelock Ellis que propunha o “sexo sem culpa”.

Idéias avançadas para a época também entraram em discussão, assim como Alfred Kinsey, que concluiu de forma espantosa que se as leis norte-americanas oriundas do “puritanismo ferrenho” fossem em matéria de sexo aplicadas, mais de 90% da população masculina americana, em certa época da vida, as teria infringido, ficando sujeita às sentenças penais.

Os desejos sexuais se chocavam com os conceitos gerais de moral, sendo obrigação dos pais, mestres e educadores orientarem as crianças, e, segundo o autor, tratar o sexo como algo ruim, imoral, poderia acarretar em problemas psíquicos graves como a homossexualidade.

A terceira matéria se limita a uma nota anunciando um simpósio comemorando um ano da “Saúde Mental”, intitulado “Homossexualismo e saúde mental” (09/09/1960)²⁹, exposta na íntegra do quadro 11.

A quarta matéria denominada “Havelock Ellis torturado do sexo” (03/04/1960), foi selecionada tanto por referir-se ao livro *The Sage of Sex*, escrito por Arthur Calder-Marshall³⁰, quanto por citar a palavra

²⁸ Formado pela Universidade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou durante anos no Hospital psiquiátrico Juqueri, no “pavilhão de menores anormais”. Foi editor dos arquivos paulistas de higiene mental, criador do “Manicômio Judiciário de São Paulo”, entre outras atuações e jubilou-se como professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP em 1987. (<http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0704.htm>).

²⁹ Vida Social, 1ª Ed.

³⁰ Arthur Calder-Marshall (1908-1992), novelista inglês produziu cinco romances na década de 1930 incluindo *About Levy* (1933) e *Dead Centre* (1935). Também realizou biografias, fez

homossexualidade. A matéria mostra parte da biografia de Ellis e expõe o apoio por parte de Ellis à homossexualidade, entre outras práticas repudiadas pela sociedade, como as relações “extra-maritais”. O autor coloca que as irregularidades sexuais da própria vida de Ellis teriam servido de motivação para suas pesquisas sobre o sexo e as anomalias do comportamento sexual.

Denota-se do artigo, que Ellis ousou ainda mais ao envolver sua esposa com práticas homossexuais, a fim de adquirir mais informações para suas pesquisas. A mulher vista na década de 1950 se caracterizava por ser o sexo frágil, que deveria ser protegida de qualquer exposição exacerbada.

Segue abaixo uma síntese das matérias. Partes dos quadros contemplam trechos dos artigos analisados. Devido ao período de análise, boa parte dos jornais apresentava difícil legibilidade. Portanto, transcrevemos os trechos selecionados para melhor entendimento.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Sábado e Domingo, 01 e 02 Janeiro 1955
Página	04
Nome da matéria	O PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO DA ADOLESCENCIA
Autor	Virginia Leone Bicudo
Resumo	O artigo apresenta conceitos sobre as mudanças biológicas, psicológicas e sociais ocorridas nos indivíduos (meninos e meninas) ao atingirem a adolescência e cita o termo homossexualidade.
documento 1	<p>outras mulheres. A mãe dominadora pode portanto contribuir para conservar o filho dependente, impotente e temeroso de sentir amor pela mulher. Mãe dominadora, pai fraco ou dominador dificultam o desenvolvimento sexual do adolescente, impelindo-o para a homossexualidade, por tornar-lhe agudo o medo da punição castradora. Desse medo, intensificado pelas atitudes dominadoras dos pais, o adolescente defende-se adotando uma atitude passiva e efeminada, por renúncia excessiva dos impulsos viris ou por identificação com o pai fraco.</p> <p>A mãe dominadora pode portanto contribuir para conservar o filho dependente, importante e temeroso de sentir amor pela mulher. Mãe dominadora, pai fraco ou dominador dificultam o desenvolvimento sexual do adolescente, impelindo-o para a homossexualidade, por tornar-lhe agudo o medo da punição castradora. Desse medo, intensificado pelas atitudes dominadoras dos pais, o adolescente defende-se adotando uma atitude passiva e efeminada, por renúncia excessiva dos impulsos viris ou por identificação com o pai fraco.</p>

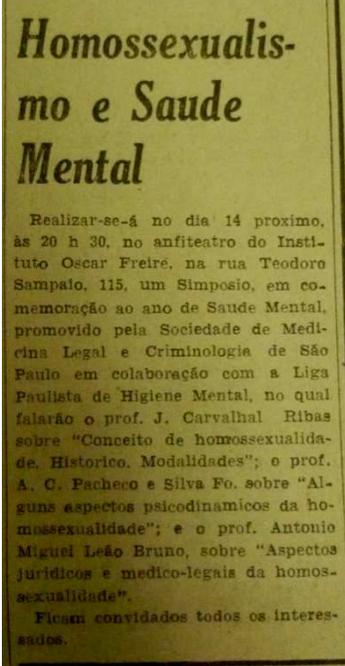
Quadro 9. Período de desenvolvimento da adolescência

Analisamos que tanto as práticas homossexuais como as pesquisas relacionadas a este comportamento, de certa forma, também eram condenadas. Notamos que durante toda a década de 1950 as referências ao comportamento homossexual davam-se de forma subjetiva, como pode-se verificar na série Nosso Mundo Mental.

No ano de 1960, entretanto, verifica-se uma sutil mudança no tratamento desse assunto. Mesmo sendo ainda considerada patologia, como um “bloqueio-hetero”, o assunto foi declarado suscetível a discussões, que se concretizavam em eventos científicos.

Caderno	Folha Ilustrada – 1ª edição
Coluna	
Data	Domingo, 11 setembro 1960 – nº 11.165
Página	03
Nome da matéria	PROBLEMAS SEXUAIS CONTEMPORÂNEOS
Autor	A. Carlos Pacheco e Silva Filho
Resumo	O artigo apresenta os prós e contras da liberalidade sexual, haja vista a hipocrisia da “era vitoriana”. Descreve autores como Freud, Havelock Ellis e Alfred Kinsey, a fim de expor como foi tratado ao longo dos tempos o comportamento sexual. Aborda o comportamento homossexual como um “bloqueio-hetero”.
Documento 2	<p>O esclarecimento sexual é hoje uma obrigação dos pais, mestres e educadores. A criança sempre se deve falar a verdade, de acordo com sua compreensão, sem forçar os fatos. Nunca mentir, nem influir para ficar com a impressão de ser o sexo algo mau, imoral ou menos limpo. Agir assim seria estar contribuindo para, no futuro, seu desempenho nessa atividade ser grandemente prejudicado e mesmo falhar. Problemas graves podem daí surgir, desde a desadaptação conjugal até as inclinações homossexuais, surgidas pelo bloqueio hetero-sexual. Escolas de pais, cursos de instituições variadas, são indispensáveis para se evitar tais eventualidades. O esclarecimento é a melhor maneira de se prevenirem problemas, cuja condenação e repúdio só os podem agravar.</p> <p>O esclarecimento sexual é hoje uma obrigação dos pais, mestres e educadores. A criança sempre se deve falar a verdade de acordo com sua compreensão, sem forçar os fatos. Nunca mentir, nem influir para ficar com a impressão de ser o sexo algo mau, imoral ou menos limpo. Agir assim seria estar contribuindo para, no futuro, seu desempenho nessa atividade ser grandemente prejudicado e mesmo falhar. Problemas graves podem surgir, desde a desadaptação conjugal até as inclinações homossexuais, surgidas pelo bloqueio hetero-sexual. Escolas de pais, cursos de instituições variadas, são indispensáveis para se evitar tais eventualidades. O esclarecimento é a melhor maneira de se prevenirem problemas, cuja condenação e repúdio só os podem agravar.</p>

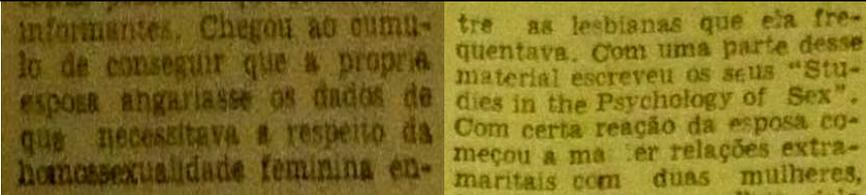
Quadro 10. Problemas sexuais contemporâneos

Caderno	Vida social I – 1ª edição
Coluna	Espelho de sua mente
Data	Sexta-Feira, 09 de setembro 1960 – nº 11.163
Página	05
Nome da matéria	HOMOSSEXUALISMO E SAÚDE MENTAL
Autor	
Resumo	A nota apresenta o anúncio de um Simpósio comemorando o ano da Saúde Mental, promovido pela Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo.
documento 3	 <p>Realizar-se-á no dia 14 próximo, às 20 h 30, no anfiteatro do Instituto Oscar Freire, na rua Teodoro Sampaio, 115, um Simposio, em comemoração ao ano de Saude Mental, promovido pela Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo em colaboração com a Liga Paulista de Higiene Mental, no qual falarão o prof. J. Carvalhal Ribas sobre "Conceito de homossexualidade. Historico, Modalidades"; o prof. A. C. Pacheco e Silva Fo. sobre "Alguns aspectos psicodinamicos da homossexualidade"; e o prof. Antonio Miguel Leão Bruno, sobre "Aspectos jurídicos e medico-legais da homossexualidade". Ficam convidados todos os interessados.</p>

Quadro 11. Homossexualismo e saúde mental.

Ressaltamos que na sociedade, a conduta social aceitável se fazia presente nos indivíduos por meio de algumas atitudes, padronizadas por uma “normatização” social, ou seja, os indivíduos “normais” apresentavam certas técnicas corporais, como o comportamento que implicava na atração sexual por indivíduo do sexo oposto.

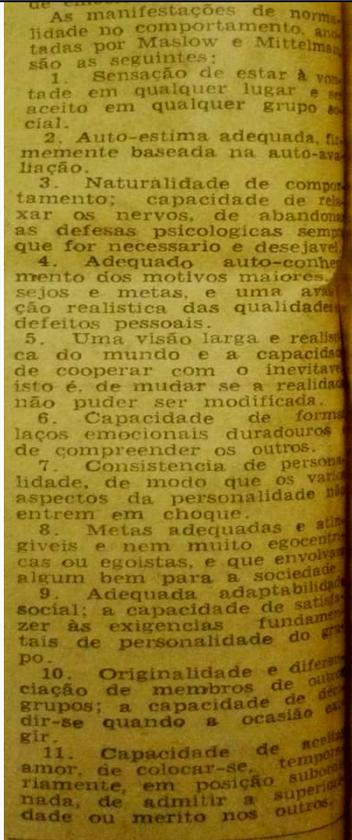
Podemos dizer que os requisitos apresentados no quadro 12 excluía os homossexuais da chamada normalidade, devido ao fato de a sociedade paulistana considerar a homossexualidade um desvio de conduta, e até mesmo uma “anormalidade”, perceptíveis no artigo selecionado.

Caderno	Caderno I – 1ª edição
Coluna	Folha Ilustrada
Data	Domingo, 03 Abril 1960 – nº 11.028
Página	02
Nome da matéria	HAVELOCK ELLIS, TORTURA DO SEXO
Autor	
Resumo	O artigo apresenta parte da Biografia de Havelock Ellis e algumas de suas aventuras sexuais, como suas relações “extra-maritais” e o fato de ter influenciado sua mulher a ter práticas homossexuais.
Documento 4	 <p>[...] Chegou ao cumulo de conseguir que a própria esposa angariasse os dados de que necessitava a respeito da homossexualidade feminina entre as lesbianas que ela frequentava. Com uma parte desse material escreveu os seus “Studies in the Psychology of Sex”. Com certa reação da esposa começou a manter relações extra-maritais com duas mulheres [...]</p>

Quadro 12. Havelock Ellis, torturado sexo.

Optamos por não agregar as matérias correspondentes às “Notas Policiais” nas tabulações anuais, por abordarem uma temática diferente das outras. Essas notas apresentavam exclusivamente o andamento de uma “Campanha de saneamento dos cinemas paulistanos”. Essa campanha tinha o propósito de prender, como forma de punição e correção, indivíduos que tivessem atitudes contrárias aos padrões de conduta moral exigidas pela sociedade dentro das salas de cinemas.

Observamos no referencial teórico que na cidade de São Paulo havia cerca de 178 cinemas, boa parte das quais inaugurada em meados da década de 1940 e 1950, sendo a década de 1950 o ápice do cinema paulistano.

Caderno	Vida social I – 1ª edição
Coluna	Espelho de sua mente
Data	Domingo, 10 abril 1960 – nº 11034
Página	02
Nome da matéria	VOCÊ SABE VERIFICAR SE É NORMAL?
Autor	
Resumo	O pequeno artigo apresenta em 11 tópicos que partem dos estudos de A. M. Maslow e Bela Mittelman “Princípios de Psicologia anormal”, o qual demonstra uma avaliação dos níveis de normalidade e de saúde emocional.
documento 5	 <p>As manifestações de normalidade no comportamento, anotadas por Maslow e Mittelman são as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sensação de estar à vontade em qualquer lugar e ser aceito em qualquer grupo social. 2. Auto-estima adequada firmemente baseada na auto-avaliação. 3. Naturalidade de comportamento; capacidade de relaxar os nervos, de abandonar as defesas psicológicas sempre que for necessário e desejável. 4. Adequado auto-conhecimento dos motivos maiores, seios e metas, e uma avaliação realística das qualidades e defeitos pessoais. 5. Uma visão larga e realística do mundo e a capacidade de cooperar com o inevitável, isto é, de mudar se a realidade não puder ser modificada. 6. Capacidade de formar laços emocionais duradouros e de compreender os outros. 7. Consistência de personalidade, de modo que os vários aspectos da personalidade não entrem em choque. 8. Metas adequadas e atingíveis e nem muito egocêntricas ou egoístas, e que envolvam algum bem para a sociedade. 9. Adequada adaptabilidade social; a capacidade de satisfazer às exigências fundamentais de personalidade do grupo. 10. Originalidade e diferenciação de membros de outros grupos; a capacidade de decidir-se quando a ocasião exigir. 11. Capacidade de aceitar o amor, de colocar-se temporariamente em posição subordinada, de admitir a superioridade ou mérito nos outros.

Quadro 13. Você sabe verificar de é normal?

A expansão da cidade e o incremento populacional preocupavam os órgãos censores, pois com o crescimento caótico a fiscalização social se tornaria mais complexa. Como os cinemas estavam em visibilidade, logo foram

alvos da campanha de saneamento, principalmente pelo ambiente proporcionado por suas salas escuras, que facilitavam os comportamentos repudiados pela sociedade.

Ao todo, localizamos 7 *Notas Policiais*, onde foram identificados cerca de 18 cinemas e 1055 indivíduos que foram presos nos meses de janeiro e fevereiro de 1955, como veremos no quadro 14.

Período 20 jan. 1955 á 12 jan 1955					
Dias da semana	Total presos diário	Nomes dos cinemas	Indivíduos presos por cine	Nomes dos cinemas	Indivíduos presos por cine
Terça	17				
Quarta	12	Cine Art. Palacio	15	Cine Cairo	2
Quinta	36	Cine Bandeirantes	8	Cine Oasis	2
Sexta	27	Cine Marrocos	3	Cine Ipiranga	8
Sábado	31	Cine Ritz	1	Cine Phenix	1
Total	123	Cine Jussara	12	Cine Paratodos	2
		Cine Riviera	2	Cine Radar	2
		Cine Ópera	10	Cine Anchieta	2
		Cine Metro	20	Cine Broadway	1
		Cine Marabá	11	Cine Art	12
		Cine Cruzeiro	6	Cine Maracanã	3

Quadro 14 . Número de indivíduos presos por cinemas e data

Com já destacado, observamos que a maioria dessas salas se localizava no centro de São Paulo e eram frequentadas por toda sociedade paulistana.

Podemos considerar que esse aumento espantoso de cinemas provocou um sentimento de liberdade nos indivíduos. Em meio a tantas novidades, os instintos se sobrepuseram às regras de conduta. Tais manifestações logo foram reprimidas pelos órgãos censores.

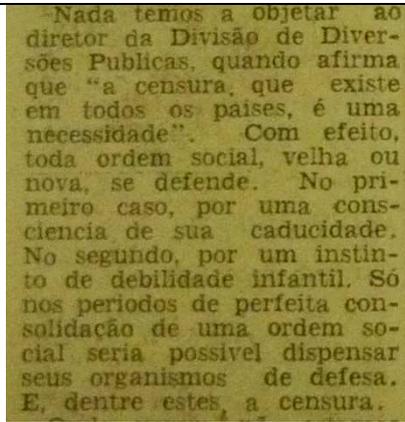
As mesmas salas de cinemas citadas no capítulo I, relativas à expansão da cena cultural paulistana, frequentadas pela “sociedade” apresentavam-se também como cenários para manifestações homossexuais, o que sugere a dualidade entre o reprimido e o repressor: no escuro do cinema os indivíduos se desproviavam de um rosto, tornando-se todos iguais.

Para melhor entendimento de como esses órgãos censores agiam, o quadro 15 reúne os dados das notas policiais e uma delas na íntegra.

Caderno	Assuntos Gerais
Coluna	Notas Policiais
Data e Página	Quinta-feira, 20 jan. 1955, p. 02 Sexta-feira, 21 jan. 1955, p. 02 Sábado, 22 jan. 1955, p. 02 Quinta-feira, 27 jan. 1955, p. 02 Sexta-feira, 28 jan. 1955, p. 02 Sábado, 29 jan. 1955, p. 02 Sábado, 12 fev. 1955, p. 02
Nome da matéria	Campanha de Saneamento nos Cinemas
Autor	Divisão de Diversões Públicas
Resumo	A Divisão de Diversões Públicas iniciou uma rigorosa campanha contra os indivíduos que utilizavam os cinemas para as práticas de atos condenáveis. Os “bonitões” eram recolhidos sistematicamente aos “xadrezes” do Departamento de Investigação como punição correcional.
documento 6	<p>Campanha de saneamento</p> <p>A Divisão de Diversões Públicas está encetando rigorosa campanha contra os indivíduos que escolhem de preferência os cinemas para a prática de atos condenáveis. Os “bonitões” estão sendo recolhido sistematicamente aos xadrezes do D.I., como punição correcional. Na tarde de ontem, foram detidos os seguintes elementos, que faziam algazarra, ou proferiam termos de baixo calão ou praticavam atos atentórios à moral: Sergio Marques Machado, residente na rua Domingos Dias, 303 – cine Marrocos; Pedro Cardoso, rua Maria do Marco Sena, 42 – cine Cairo; Jaime da Silva Campos, rua Ministro de Godói, 1.087 – cine Oasis; Hélio Pereira, rua Alvares Pentead, 112 – cine Jussara; Halef Saleh Dalal, rua Anhangabaú, 482, Orlando da Silva Teodoro, rua Iguatemi, 204, Adalberto Azevedo Polido, rua Ribeiro de Moraes, 53, Rubens Fernandes Rui, rua Homem de Melo, 1.023, Paulo Alves, rua Conselheiro Brotero, 1.378, Pedro Ribeiro, de Sousa Filho, al. Guaianases, 28, Vitor Francisco, rua Nilo, 189, Antonio Xavier Barbosa, rua Plínio Rocha Pinto, 115, Rinaldo de Oliveira, rua Maria Marcolina, 783, Rubens Ginaurio, rua 12 de outubro, 1.299, Pedro Afonso Arruda Filho, rua F. 164 (Parque Peruche), Cipriano Alfaro Quesada, rua do Hipódromo, 636 e João Paulo de Menezes, rua dr, Cesar, 516, no cine ArtPalacio. Os detidos foram fichados na Delegacia de Costumes e trancafiados no xadrez, onde passaram 24 horas.</p> <p>A Divisão de Diversões Públicas está encetando rigorosa campanha contra os indivíduos que escolhem os cinemas para a prática de atos condenáveis. Os “bonitões” estão sendo recolhidos sistematicamente aos xadrezes do D.I. como punição correcional. Na tarde de ontem foram detidos os seguintes elementos, algazarras, ou proferiam termos de baixo calão ou praticavam atos atentórios à moral: Sergio Marques Machado, residente na rua Domingos Dias, 303 – cine Marrocos; Pedro Cardoso, rua Maria de Marco Sena, 42 – cine Cairo; Jaime da Silva Campos, rua Ministro de Godói, 1087 – cine Oasis; Hélio Pereira, rua Alvares Pentead, 112 – cine Jussara; Halef Saleh Dalal, rua Anhangabaú, 482, Orlando da Silva Teodoro, rua Iguatemi, 204, Adalberto Azevedo Polido, rua Ribeiro de Moraes, 53, Rubens Fernandes Rui, rua Homem de Melo, 1023, Paulo Alves, rua Conselheiro Brotero, 1378, Pedro Ribeiro de Sousa Filho, Guaianases, 28, Vitor Francisco, rua Nilo, 189, Antonio Xaxier Barbosa, rua Plínio Rocha Pinto, 115, Rinaldo de Oliveira, rua Maria Marcolina, 783, Rubens Ginaurio, 12 de Outubro, 1299, Pedro Afonso Arruda Filho, rua F. 164(Parque Peruche), Cipriano Alfaro Quesada, rua do Hipódromo, 636 e João Paulo de Menezes, rua dr, Cesar, 516, no cine ArtPalacio. Os detidos foram fichados na Delegacia de Costumes e trancafiados no xadrez, onde passaram 24 horas.</p>

Quadro 15. Informações textuais referentes às “Notas Policiais”

Com o propósito de indicar como essa questão da censura era tratada pela sociedade, selecionamos as matérias “Um problema em foco: a censura”, (7/05/1950, “De como a censura, querendo, pode ser útil”, (28/05/1950) e “O cine clube e a superstição dos estatutos”, (22/06/1950), todas de autoria de Carlos Ortiz. Inferimos que a sociedade paulistana se fazia presente na expansão da cena cultural, em especial no auxílio a fiscalização das normas nos cinemas, que como vimos se tornou o principal passatempo dos paulistanos. A sociedade paulistana da década de 1950 se mostrou extremamente avessa a quaisquer manifestações que se mostrassem contra os padrões normativos, colaborando de pronto com os órgãos censores.

Caderno	Caderno I
Coluna	Atualidades e Comentários
Data	Domingo, 07 Maio 1950 - nº 8.006
Página	13
Nome da matéria	UM PROBLEMA EM FOCO: A CENSURA
Autor	C. Ortiz
Resumo	O artigo apresenta uma entrevista feita com o Sr. Joaquim Buller Souto, diretor da Divisão de Diversões Públicas, da Secretaria de Segurança, repartição encarregada da censura em São Paulo.
documento 7	 <p>Nada temos a objetar ao diretor da Divisão de Diversões Públicas, quando afirma que “a censura, que existe em todos os países, é uma necessidade”. Com efeito, toda ordem social, velha ou nova, se defende. No primeiro caso, por uma consciência de sua caducidade. No segundo, por um instinto de debilidade infantil. Só nos períodos de perfeita consolidação de uma ordem social seria possível dispensar seus organismos de defesa. E, dentre estes, a censura.</p>

Quadro 16. Um problema em foco: a censura

Caderno	Caderno I
Coluna	Atualidades e Comentários
Data	Domingo, 28 Maio 1950 - nº 8.024
Página	10
Nome da matéria	DE COMO A CENSURA, QUERENDO, PODE SER ÚTIL
Autor	C. Ortiz
Resumo	Expõe as medidas legislativas tomadas pelo chefe do Serviço de Censura de Diversões Publicas do Distrito Federal em relação à exibição dos filmes brasileiros nos cinemas nacionais.

Quadro 17. De como a censura, querendo, pode ser útil

Caderno	Caderno I
Coluna	Noticiário Geral
Data	Quinta-Feira, 22 Junho 1950 - nº 8045
Página	10
Nome da matéria	O CINE CLUBES E A SUPERSTIÇÃO DOS ESTATUTOS
Autor	C. Ortiz
Resumo	O artigo apresenta a expectativa dos cineclubes da capital em relação aos benefícios do Congresso e Festival Brasileiro de Cinema, em contraposição da dificuldade de abrir uma sala de cinema por causa dos minuciosos estatutos.

Quadro 18. O cine clubes e a superstição dos estatutos

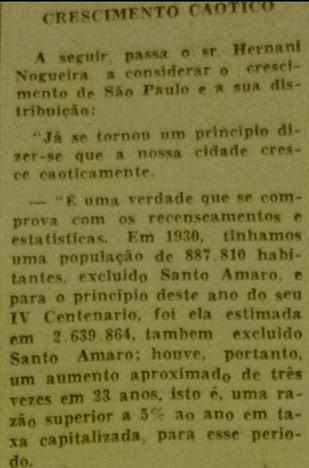
Caderno	Folha Ilustrada – 1ª edição
Coluna	Cinema em Todo Mundo
Data	Domingo, 18 setembro 1960– nº 11034
Página	09
Nome da matéria	10 ANOS DE CINEMA PAULISTA
Autor	J. B. Duarte
Resumo	Cita os estudos de F. L. de Almeida e Paulo Emílio Sales Gomes, o primeiro crítico titular do Estado de São Paulo e o segundo Conservador-chefe da Cinemateca Brasileira acerca do cinema paulista.

Quadro 19. 10 anos de cinema paulista

Vimos que os meios de censura se intensificaram em meados da década de 1950, devido à expansão industrial, social e cultural. Os órgãos encarregados da censura aumentaram sua fiscalização nas salas de cinema.

No artigo “10 anos de cinema paulista”, observamos a consolidação do cinema brasileiro. Esse grande crescimento ou “metropolização” acarretava uma série de mudanças, tanto nos aspectos sociais como urbanísticos da cidade. Portanto, elegemos a matéria “Os problemas urbanísticos da cidade

decorrentes de seu crescimento caótico”, (23/05/1954) apresentada pela Folha da Manhã, exatamente para identificar quais eram essas mudanças.

Caderno	Caderno II
Coluna	Assuntos Especializados
Data	Domingo, 23 Maio 1954 - nº 9.251
Página	01
Nome da matéria	OS PROBLEMAS URBANISTICOS DA CIDADE DECORRENTE DE SEU CRESCIMENTO CAÓTICO
Autor	Folha da Manhã
Resumo	O artigo apresenta a origem e um conjunto de soluções para os problemas comuns ao Estado e aos municípios. Aponta a distribuição do crescimento e o parecer do engenheiro Hernani Nogueira sobre o projeto do urbanista Anhaia Melo, que apresentou a Comissão Orientadora do Plano da Cidade um projeto para um esquema regional urbanístico de São Paulo. Por esse projeto as cidades, vilas, aldeias e povoações situadas ao redor da metrópole teriam os seus planos urbanísticos englobados ao da capital.
documento 8	 <p>A seguir passa o Sr. Hernani Nogueira a considerar o crescimento de São Paulo e a sua distribuição:</p> <p>- Já se tornou um princípio dizer-se que a nossa cidade cresce caoticamente.</p> <p>- “É uma verdade que se comprova com os recenseamentos e estatísticas. Em 1930 tínhamos uma população de 887.810 habitantes, excluído Santo Amaro, e para o princípio deste ano do seu IV Centenário, foi ela estimada em 2.639.864, também excluído Santo Amaro; houve, portanto, um aumento aproximado de três vezes em 23 anos, isto é, uma razão superior a 5% ao ano em taxa capitalizada, para esse período.</p>

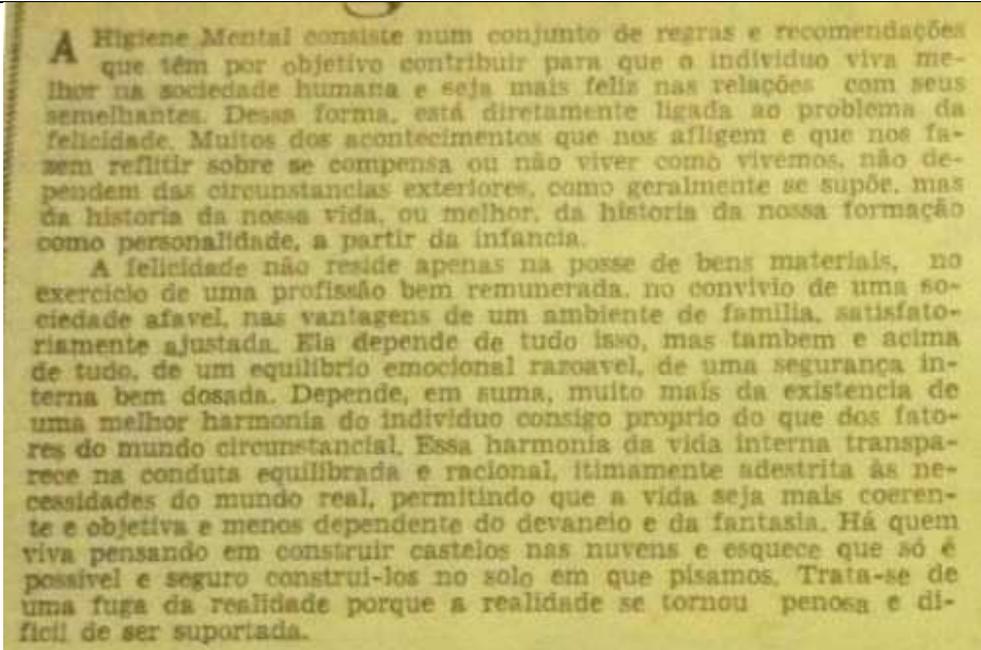
Quadro 19. Problemas urbanísticos da cidade decorrentes de seu crescimento caótico.

Após identificarmos o cenário social e urbanístico da cidade de São Paulo da década de 1950, buscamos matérias que nos mostrassem como essa sociedade lidava com situações menos tangíveis, como o comportamento homossexual. As matérias que fazem parte da série “Nosso mundo mental”, nos apresentaram indícios de como se definia a normalidade do indivíduo. A saúde mental de crianças e adolescentes era vista como essencial para o bom desenvolvimento e como alicerce para o estágio adulto. Qualquer desvio ocorrido no período da infância acarretaria problemas incorrigíveis na idade adulta.

Em ordem cronológica, expomos no quadro 20 fragmentos das matérias, a fim de apresentar a autora da série e seu objetivo. No quadro 21 divulgamos o significado da higiene mental, e como se delineava a preocupação com o comportamento infantil, adolescente e até mesmo adulto, visto por outro autor, o doutor Mário Yahn.

Caderno	Caderno I
Coluna	Assuntos Gerais
Data	Sábado, 29 Maio 1954
Página	02
Nome da matéria	NOSSO MUNDO MENTAL
Autor	Folha da Manhã
Resumo	O artigo apresenta uma síntese sobre a série de artigos diários escritos por Virginia Leone Bicudo com a colaboração de Ione N. Graça, Lígia A. Sousa e Clotilde Guerini, todas psicólogas da Seção de Higiene Mental da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar. Artigos que abordavam questões sobre a vida afetiva e higiene mental das crianças.
documento 9	 <p>Atendendo a uma solicitação da FOLHA DA MANHÃ, a sra. Virginia Leone Bicudo (foto) acaba de escrever uma série de trabalhos destinados a divulgar conhecimentos valiosíssimos sobre a afetividade humana. Darão eles aos leitores não especializados no assunto uma visão panorâmica de importantes fatos da vida psíquica, muito úteis para orientar a educação das crianças e para esclarecer o adulto sobre serias questões da sua vida afetiva.</p>

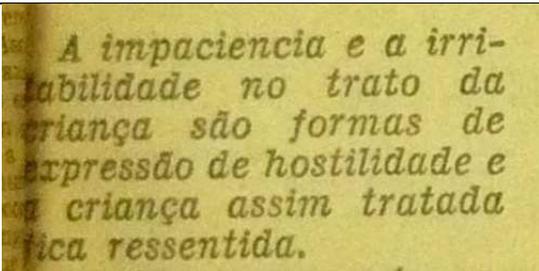
Quadro 20. Nosso mundo mental

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 30 Maio 1954
Página	02
Nome da matéria	A HIGIENE MENTAL DA CRIANÇA
Autor	Dr. Mário Yahn
Resumo	O artigo apresenta definições sobre higiene mental. O autor propõe que higiene mental consistiria em um conjunto de regras e recomendações que teriam por objetivo contribuir para que o indivíduo vivesse melhor na sociedade humana sendo mais feliz nas relações com seus semelhantes. Dessa forma estaria diretamente ligada ao problema da felicidade.
document o 10	 <p>A Higiene Mental consiste num conjunto de regras e recomendações que têm por objetivo contribuir para que o indivíduo viva melhor na sociedade humana e seja mais feliz nas relações com seus semelhantes. Dessa forma, está diretamente ligada ao problema da felicidade. Muitos dos acontecimentos que nos afligem e que nos fazem refletir sobre se compensa ou não viver como vivemos, não dependem das circunstancias exteriores, como geralmente se supõe, mas da historia da nossa vida, ou melhor, da historia da nossa formação como personalidade, a partir da infancia.</p> <p>A felicidade não reside apenas na posse de bens materiais, no exercicio de uma profissão bem remunerada, no convívio de uma sociedade afável, nas vantagens de um ambiente de família, satisfatoriamente ajustada. Ela depende de tudo isso, mas também e acima de tudo, de um equilíbrio emocional razoável, de uma segurança interna bem dosada. Depende, em suma, muito mais da existência de uma melhor harmonia do indivíduo consigo próprio do que dos fatores do mundo circumstancial. Essa harmonia da vida interna transparece na conduta equilibrada e racional, intimamente adestrita às necessidades do mundo real, permitindo que a vida seja mais coerente e objetiva e menos dependente do devaneio e da fantasia. Há quem viva pensando em construir castelos nas nuvens e esquece que só é possível e seguro construí-los no solo em que pisamos. Trata-se de uma fuga da realidade porque a realidade se tornou penosa e difícil de ser suportada.</p> <p>A Higiene Mental consiste num conjunto de regras e recomendações que têm por objetivo contribuir para que o indivíduo viva melhor na sociedade humana e seja mais feliz nas relações com seus semelhantes. Dessa forma, está diretamente ligada ao problema da felicidade. Muitos dos acontecimentos que nos afligem e que nos fazem refletir sobre se compensa ou não viver como vivemos, não dependem das circunstancias exteriores, como geralmente se supõe, mas da história da nossa vida, ou melhor, da história da nossa formação como personalidade, a partir da infância. A felicidade não reside apenas na posse de bens materiais, no exercício de uma profissão bem remunerada, no convívio de uma sociedade afável, nas vantagens de um ambiente de família, satisfatoriamente ajustada. Ela depende de tudo isso, mas também e acima de tudo, de um equilíbrio emocional razoável, de uma segurança interna bem dosada. Depende, em suma, muito mais da existência de uma melhor harmonia do indivíduo consigo próprio do que dos fatores do mundo circumstancial. Essa harmonia da vida interna transparece na conduta equilibrada e racional, intimamente adestrita às necessidades do mundo real, permitindo que a vida seja mais coerente e objetiva e menos dependente do devaneio e da fantasia. Há quem viva pensando em construir castelos nas nuvens e esquece que só é possível e seguro construí-los no solo em que pisamos. Trata-se de uma fuga da realidade porque a realidade se tornou penosa e difícil de ser suportada.</p>

Quadro 21. A higiene mental da criança.

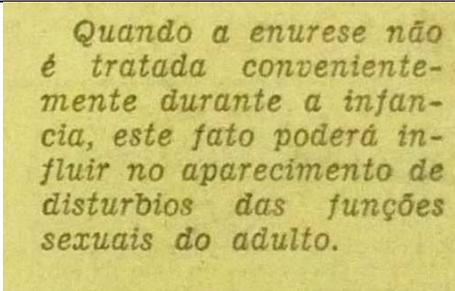
Qualquer comportamento que ocorresse de forma extrema ou mal resolvida tornava o indivíduo suscetível a ser diagnosticado com distúrbios psíquicos.

As atitudes dos pais e educadores eram extremamente importantes quando falamos de crianças e adolescentes. Portanto, se de alguma forma os pais não correspondessem normativamente, essas criança e adolescentes agiriam da mesma forma. Os indivíduos não deveriam apresentar comportamento extremo. Logo, a paciência fazia parte da normalidade, racionalidade. Observamos no quadro 22 que com a impaciência apresentada pelos pais, os filhos poderiam ficar ressentidos, sofrendo, assim, frustrações, que acarretariam em distúrbios sentimentais, questões já apontadas neste trabalho.

Caderno	Assuntos Gerais
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Sexta-feira, 4 Junho 1954 – nº 9261
Página	01
Nome da matéria	IMPACIÊNCIA E IRRITABILIDADE
Autor	Virgina Leone Bicudo e colaboradoras
Resumo	O pequeno artigo apresenta uma definição sobre impaciência e irritabilidade cabendo aos pais apresentar-se pacientes perante essas atitudes.
documento 11	

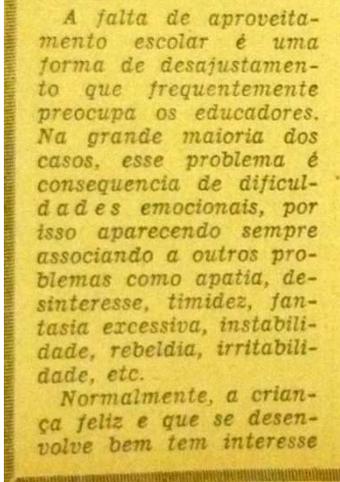
Quadro 22. Impaciência e irritabilidade

As funções fisiológicas anormais também indicavam futuros distúrbios. No quadro 23 observamos apenas um deles, a questão da enurese. A matéria prevê que se a criança ou adolescente continuar sem o controle da enurese e os pais não estiverem atentos a isso, esses indivíduos poderiam apresentar problemas nas funções sexuais na idade adulta. Está exposto o fragmento retirado da matéria.

Caderno	Assuntos Gerais
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Quinta-feira, 17 Junho 1954 - nº 9.272
Página	01
Nome da matéria	HÁBITOS DE LIMPEZA
Autor	Virgina Leone Bicudo e colaboradoras
Resumo	O pequeno artigo expõe como treinar as crianças para adquirir hábitos de limpeza, propondo uma análise dos distúrbios recorrentes da falta desses hábitos e como tratá-los.
documento12	

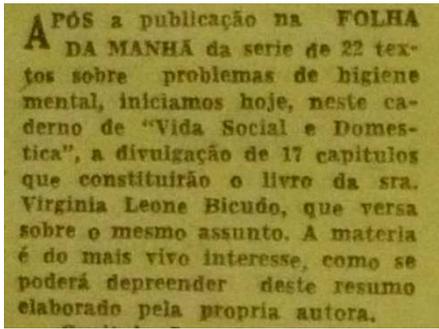
Quadro 23. Hábitos de limpeza.

Além das funções fisiológicas, o desempenho nas atividades cotidianas apresentava-se como mais um indicador de normalidade. Os educadores, assim como os pais, orientavam as crianças de forma que não houvesse nenhum trauma ou frustração, para que na idade adulta esses indivíduos não sofressem de distúrbios psíquicos e fisiológicos. No quadro 24, a falta de aproveitamento escolar supostamente indicaria dificuldades emocionais e problemas de socialização.

Caderno	Assuntos Gerais	
Coluna	Nosso Mundo Mental	
Data	Sexta-feira, 25 Junho 1954- nº 9.279	
Página	01	
Nome da matéria	A FALTA DE APROVEITAMENTO ESCOLAR	
Autor	Virgina Leone Bicudo e colaboradoras	
Resumo	As autoras explicam que normalmente crianças felizes se desenvolvem bem e se interessam em aprender e cumprir as tarefas escolares, o contrário poderia ser identificado como uma forma de “desajustamento” da criança. Em resumo – o equilíbrio mental do adulto depende grandemente de uma infância bem orientada.	
documento 13	 <p><i>A falta de aproveitamento escolar é uma forma de desajustamento que frequentemente preocupa os educadores. Na grande maioria dos casos, esse problema é consequência de dificuldades emocionais, por isso aparecendo sempre associando a outros problemas como apatia, desinteresse, timidez, fantasia excessiva, instabilidade, rebeldia, irritabilidade, etc.</i></p> <p><i>Normalmente, a criança feliz e que se desenvolve bem tem interesse</i></p>	A falta de aproveitamento escolar é uma forma de desajustamento que frequentemente preocupa os educadores. Na grande maioria dos casos, esse problema é consequência de dificuldades emocionais, por isso aparecendo sempre associado a outros problemas como apatia, desinteresse, timidez, fantasia excessiva, instabilidade, rebeldia, irritabilidade, etc. Normalmente, a criança feliz e que se desenvolve bem tem interesse [...]

Quadro 24. A falta de aproveitamento escolar

Após apresentar no quadro 20 a autora e o objetivo da série, o quadro 25 reafirma a importância desse assunto com a apresentação de mais 17 matérias sobre a higiene mental. Essas matérias compõem a parte mais importante desta análise, pois é com elas que concluiremos como se determinavam os comportamentos normativos. As outras matérias não foram, necessariamente, descartadas, mas acabaram por tornar-se complementares. As matérias apresentadas são extensas e compreendem vários aspectos da saúde mental dos indivíduos. Não selecionamos todas as matérias da série justamente por algumas serem irrelevantes a essa pesquisa.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 4 Julho 1954 - nº 9.290
Página	04 e 07
Nome da matéria	INTRODUÇÃO
Autor	Folha da Manhã
Resumo	O artigo apresenta uma síntese de 17 artigos escritos por Virginia Leone Bicudo para Folha da Manhã que foram publicados no caderno “Vida Social e Doméstica”, além de expor o objetivo da higiene mental, relacionando o indivíduo e o ambiente.
documento 14	 <p>Após a publicação na FOLHA DA MANHÃ da série de 22 textos sobre problemas de higiene mental. Iniciamos hoje, neste caderno de “Vida Social e Doméstica”, a divulgação de 17 capítulos que constituirão o livro da sra. Virginia Leone Bicudo, que versa sobre o mesmo assunto. A matéria é do mais vivo interesse, como se poderá depreender deste resumo elaborado pela própria autora.</p>

Quadro 25. Introdução

Denotam-se, a partir dessa matéria, os principais indícios do funcionamento normativo das funções psíquicas. Há clara tendência ao argumento que demonstra ser o comportamento homossexual visto como desviante.

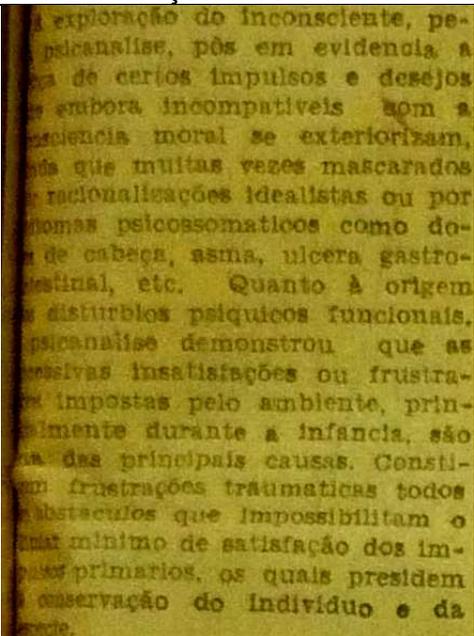
A autora Virginia Leone Bicudo, iniciou sua carreira em 1932, como "educadora sanitária" pelo Instituto de Higiene Pública de São Paulo. Em meados da década de 1950, passou a ocupar uma seção fixa denominada “Nosso mundo mental”, aos domingos, na *Folha da Manhã*. Dentre suas publicações mais importantes está o livro *Nosso mundo mental* publicado pela Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1956.

(<http://www.cliopsyche.uerj.br/arquivo/bicudo.html>).

Nas matérias do quadro 26, a autora Virginia Leone Bicudo coloca que os desejos sexuais se opõem ao ambiente, pelo fato que a sociedade impõe regras de normalidade e espera que o indivíduo as cumpra. Como já destacado anteriormente por meio do referencial teórico, esse indivíduo, acuado, envolto em frustrações, dissimula seus desejos para se adequar a normalidade.

Esse pensamento foi desenvolvido por Goffman (1988), quando o autor explana que o indivíduo apresenta uma identidade social real, aquela que se apresenta pelos seus desejos reais, aquilo que ele realmente é, e a identidade social virtual ou a conduta esperada pela sociedade.

Podemos entender que a dissimulação era essencial para o convívio social desses indivíduos nos grupos majoritários. Os indivíduos presentes nessa sociedade se preocupavam com a saúde mental, as regras de normalidade, simplesmente por estarem associadas à busca pela conservação do indivíduo e da espécie.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 11 Julho – 1954 - nº 9.295 Domingo, 18 Julho – 1954 - nº 9.299
Página	03 03
Nome da matéria	CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO APARELHO PSÍQUICO SEGUNDO A PSICANÁLISE (I – II)
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	Os artigos apresentam conceitos acerca da psicanálise e a importância das forças inconscientes, a influência do ambiente na censura de desejos inconscientes, a aquisição dos conceitos morais e noções sobre conflitos mentais.
documento 15 (11/07/1954)	 <p>A exploração do inconsciente pela psicanálise, pos em evidencia a força de certos impulsos e desejos que embora incompatíveis com a consciência moral se exteriorizam, ainda que muitas vezes mascarados por racionalizações idealistas ou por sintomas psicossomáticos como dores de cabeça, asma, ulcera gastrintestinal, etc. Quanto à origem dos distúrbios psíquicos funcionais, a psicanálise demonstrou que as excessivas insatisfações ou frustrações impostas pelo ambiente, principalmente durante a infância, são uma das principais causas. Constituem frustrações traumáticas todos os obstáculos que impossibilitam o nível mínimo de satisfação dos impulsos primários, os quais presidem a conservação do indivíduo e da espécie.</p>

Quadro 26. Considerações sobre o aparelho psíquico segundo a psicanálise (I e II)

A matéria contemplada no quadro 27 tem o propósito de nos fornecer o padrão do desenvolvimento emocional e sexual normativo da época. A manutenção das qualidades dos instintos psíquicos fundamentais se delineava de formas diferentes. Dividia-se em três etapas: do nascimento aos 2 anos, dos 2 anos e meio aos 4 anos e dos 4 anos a idade adulta.

No primeiro período, a autora explica tratar-se de uma fase de descobrimento dos sabores das formas e das emoções – o amor, agressividade, a satisfação e o desenvolvimento instintivo da libido. Quando os pais conseguem transformar a agressividade em atividades construtivas e a satisfação sexual em não sexual, a criança tem o seu desenvolvimento psíquico saudável. Quando essas transformações não ocorrem por algum motivo, o equilíbrio psíquico fica comprometido.

No segundo período, dos 2 anos e meio aos 4 anos, a autora expõe que a afetividade e os interesses da criança deslocam-se da boca para os fatos ligados a zona anal e uretral. O ato de defecar e de urinar atraem o interesse da criança e seu contato com o mundo se dá por meio dessas atividades. Quando essas funções são desenvolvidas normalmente, representam o interesse em agradar os pais ou mesmo presenteá-los. Quando ocorre o desequilíbrio emocional, as disfunções fisiológicas servem como meio de frustração e agressão. Por esses motivos, havia imposição de hábitos de limpeza, mas de forma adequada e não exagerada. O exagero desses hábitos pode reprimir a criança fazendo com que ela não saiba lidar com suas funções emocionais ou fazer com que ela seja ainda mais exigente e agressiva.

No terceiro período, quando a criança atinge os 4 anos de idade, outras formas de sentimentos são desenvolvidas, como a curiosidade e as fantasias. Ocorrem ambivalências dos sentimentos - ao mesmo tempo em que a criança sente amor por uma pessoa ela pode sentir raiva por esta mesma pessoa. Com a persistência da ambivalência afetiva na idade adulta, surgem sintomas patológicos, desde depressão até dissimulações comportamentais.

Nesse período ocorreria a valorização dos órgãos genitais. A menina sente culpa por acreditar que seja defeituosa, devida a ausência do pênis. O menino sente o medo da castração. Essa fase se torna essencial para o desenvolvimento da sexualidade do indivíduo. Quando os pais reprimem demasiadamente, com cuidados de higiene exagerados, excesso de

severidade ou mesmo hostilidade, sobrevém a frustração. Esses indivíduos certamente apresentariam distúrbios sexuais e emocionais. Os distúrbios poderiam se manifestar de diversas formas como o exibicionismo, a “cotofilia”, a curiosidade, o sadismo, o masoquismo ou até mesmo o comportamento homossexual.

Na fase da adolescência eles passam a acreditar que conseguem, sozinhos, reprimir seus desejos sexuais, o que na maioria dos casos se torna prejudicial ao desenvolvimento psíquico.

Na idade adulta, quando os indivíduos desenvolvem suas funções sexuais e emocionais de forma normal, o relacionamento com outro sexo é imprescindível, levando ao casamento. A mulher afirma sua feminilidade e o homem sua masculinidade. Quando em alguma fase do desenvolvimento ocorre uma falha, esse indivíduo não aceita as condições de normalidade. Contudo, em muitos casos, não há a confissão explícita de frustrações. A sexualidade reprimida na adolescência da mulher se converte em repúdio sexual no casamento. O homem reprimido na adolescência se transforma em um ser tímido, incapacitado de ser sexualmente adulto. Em ambos os casos, ficam impossibilitados da plena sociabilidade com o grupo majoritário, por se considerarem diferentes.

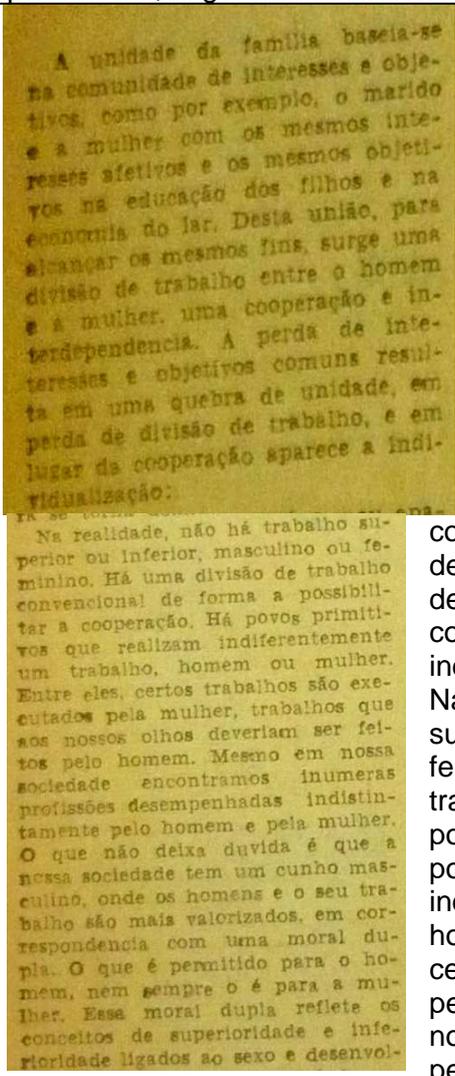
Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 25 Julho – 1954 - nº 9.305 Domingo, 1 Agosto – 1954 - nº 9.311 Domingo, 8 Agosto – 1954 - nº 9.317 Domingo, 15 Agosto – 1954 - nº 9.323 Domingo, 22 Agosto – 1954 - nº 9.329
Página	05 04 07 e 08 06 e 02 03
Nome da matéria	AS QUALIDADES DOS INSTINTOS FUNDAMENTAIS INSTINTOS FUNDAMENTAIS (2 a 4 anos) INSTINTOS FUNDAMENTAIS DOS 4 ANOS À IDADE ADULTA INSTINTOS FUNDAMENTAIS DOS 4 ANOS À IDADE ADULTA II
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	O conjunto de artigos expõe as formas de expressões do amor, de agressividade e de medo. As modificações dos instintos segundo os padrões de comportamento e suas instituições sociais, a ambivalência afetiva, a significação psíquica dos hábitos de limpeza, o exibicionismo, a “cotofilia”, a curiosidade, o sadismo e o

	<p>masoquismo. Componentes dos instintos infantis, que aparecem em certas perversões do adulto. Por fim apresenta os sentimentos dolorosos que acompanham a situação edipiana: inveja, ciúmes, rivalidade, culpa, angústia de castração. A curiosidade e as fantasias, a ambivalência afetiva a fusão dos afetos. O período de latência. A idade escolar e as dificuldades na aprendizagem e os conflitos emocionais do adolescente.</p>
<p>documento 16a (25/07/1954)</p>	<div data-bbox="491 427 911 927" style="background-color: #f0f0f0; padding: 5px;"> <p>Os meios de satisfação de impulsos instintivos, bem como as proibições, são elaborados e definidos pelo grupo, em atitudes, costumes, hábitos, padrões de comportamento, leis e instituições, de modo que as pessoas ajam de acordo com os seus direitos, com as suas obrigações e com as penalidades por transgressões, tornando-se possível desta forma a vida do indivíduo em sociedade. Considerando que a nossa civilização ainda não alcançou um tal grau de organização que possibilite a todos os indivíduos a satisfação plena de suas necessidades, permanece sempre, entre o indivíduo e o grupo, um estado de insatisfação</p> </div> <p>Os meios de satisfação de impulsos instintivos, bem como as proibições, são elaborados e definidos pelo grupo, em atitudes, costumes, hábitos, padrões de comportamento, leis e instituições, de modo que as pessoas ajam de acordo com os seus direitos, com as suas obrigações e com as penalidades por transgressões, tornando-se possível desta forma a vida do indivíduo em sociedade. Considerando que a nossa civilização ainda não alcançou um tal grau de organização que possibilita a todos os indivíduos a satisfação plena de suas necessidades, permanece sempre, entre o indivíduo e o grupo um estado de insatisfação[...]</p>
<p>documento 16b (22/08/1954)</p>	<div data-bbox="491 1039 1386 1487" style="background-color: #f0f0f0; padding: 5px;"> <p>recebeu durante a sua educação. No seu inconsciente, é ainda o menino dependente, preferido pela mãe, mas não pelo pai. Ele mantém ressentimentos e hostilidades contra os pais. Enquanto não solucionar seus conflitos afetivos em relação aos pais, não poderá estar na posse de suas próprias forças, permanecendo impossibilitado de ser sexualmente adulto.</p> <p>Os conhecimentos sexuais adequados não tiram a inocência ou a pureza dos sentimentos da criança. Ao contrário, a ignorância da verdade a torna maliciosa e cheia de sentimentos de culpa. É tarefa dos pais ajudar a criança a crescer sadiamente em todos os aspectos da sua personalidade. A educação sexual nunca pode ser excluída e, aliás, não o é. Na forma, porém, em que é feita, dá resultados nocivos, porque é uma educação unicamente baseada na repressão, com castigos e idéias de imoralidade.</p> <p style="text-align: center;">Domingo proximo: "A rivalidade entre os sexos".</p> </div> <p>No seu inconsciente, é ainda o menino dependente, preferido pela mãe, mas não pelo pai. Ele mantém ressentimentos e hostilidades contra os pais. Enquanto não solucionar seus conflitos afetivos em relação aos pais, não poderá estar na posse de suas próprias forças, permanecendo impossibilitado de ser sexualmente adulto. Os conhecimentos sexuais adequados não tiram a inocência ou a pureza dos sentimentos da criança. Ao contrário, a ignorância da verdade a torna maliciosa e cheia de sentimentos de culpa. É tarefa dos pais ajudar a criança a crescer sadiamente em todos os sentidos da sua personalidade. A educação sexual nunca pode ser excluída e, aliás, não o é. Na forma, porém, em que é feita dá resultados nocivos, porque é uma educação unicamente baseada na repressão, com castigos e idéias de imoralidade.</p>

Quadro 27. Qualidades dos instintos fundamentais

De acordo com os documentos 1 e 2, Bicudo explica que o desenvolvimento sexual e emocional normal é essencial para o convívio em grupo social. Se não houver essa normalidade, o indivíduo tende a não participar ativamente dessa sociedade, sendo julgado e excluído.

Quando o indivíduo é excluído, o sexo oposto se torna rival, uma ameaça.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 29 Agosto – 1954 - nº 9.335 Domingo, 5 setembro – 1954 - nº 9.341
Página	07 e 05 06 e 07
Nome da matéria	A RIVALIDADE ENTRE OS SEXOS (I e II)
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	Expõem as dificuldades emocionais conseqüentes às atitudes de preferência, segundo o sexo da criança.
document 17a e 17b (29/08/1954)	 <p>A unidade da família baseia-se na comunidade de interesses e objetivos, como por exemplo, o marido e a mulher com os mesmos interesses afetivos e os mesmos objetivos na educação dos filhos e na economia do lar. Desta união, para alcançar os mesmos fins, surge uma divisão de trabalho entre o homem e a mulher, uma cooperação e interdependência. A perda de interesses e objetivos comuns resulta em uma quebra de unidade, em lugar da cooperação aparece a individualização.</p> <p>Na realidade, não há trabalho superior ou inferior, masculino ou feminino. Há uma divisão de trabalho convencional de forma a possibilitar a cooperação. Há povos primitivos que realizam indiferentemente um trabalho, homem ou mulher. Entre eles, certos trabalhos são executados pela mulher, trabalhos que aos nossos olhos deveriam ser feitos pelo homem. Mesmo em nossa sociedade encontramos inúmeras profissões desempenhadas indistintamente pelo homem e pela mulher. O que não deixa dúvida é que a nossa sociedade tem um cunho masculino, onde os homens e o seu trabalho são mais valorizados, em correspondência com uma moral dupla. O que é permitido para o homem, nem sempre o é para a mulher. Essa moral dupla reflete os conceitos de superioridade e inferioridade ligados ao sexo e desenvol-</p> <p>A unidade da família baseia-se na comunidade de interesses e objetivos, como por exemplo, o marido e a mulher com os mesmos interesses afetivos e os mesmos objetivos na educação dos filhos e na economia do lar. Desta união para alcançar os mesmos fins, surge uma divisão de trabalho entre o homem e a mulher, uma cooperação e interdependência. A perda de interesses e objetivos comuns resulta em uma quebra de unidade, em perda de divisão de trabalho, e em lugar da cooperação aparece a individualização.</p> <p>Na realidade, não há trabalho superior ou inferior, masculino ou feminino. Há uma divisão de trabalho convencional de forma a possibilitar a cooperação. Há povos primitivos que realizam indiferentemente um trabalho, homem ou mulher. Entre eles certos trabalhos são executados pela mulher, trabalhos que aos nossos olhos deveriam ser feitos pelos homens. Mesmo em nossa sociedade encontramos inúmeras profissões desempenhadas indistintamente pelo homem e pela mulher. O que não deixa</p>

	dúvida é que a nossa sociedade tem um cunho masculino, onde os homens e o seu trabalho sejam mais valorizados, em correspondência com uma moral dupla. O que é permitido para o homem, nem sempre o é para a mulher. Essa moral dupla reflete os conceitos ligados ao sexo e desenvolvimento [...]
--	--

Quadro 28. Considerações sobre o aparelho psíquico segundo a psicanálise (I e II)

De acordo com a autora, a questão da rivalidade vista no quadro 29 ocorre por causa dos atos de preferência dos pais, quando os pais oferecem mais atenção a um dos filhos, tornando-se hostis em relação ao outro. O sentimento de hostilidade pode desenvolver o repúdio e ódio ao sexo oposto, provocando desequilíbrio afetivo, como vemos no documento do quadro 30.

Nessa matéria, a autora explana que esses sentimentos de repúdio, entre outros condenados pela sociedade, devem ser escondidos, mascarados, para que se alcance uma conduta normal. Os que não seguiam essa regra se mantinham à margem, como já apresentamos neste trabalho.

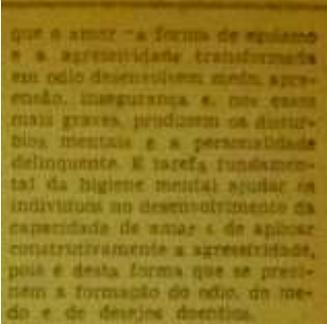
Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 12 Setembro – 1954 - nº 9.347 Domingo, 19 Setembro – 1954 - nº 9.353 Domingo, 26 Setembro- 1954 - nº 9.359 Domingo, 03 Outubro – 1954 - nº 9.365
Página	02 02 07 03
Nome da matéria	OS ESTADOS AFETIVOS (I, II, III e IV)
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	Os artigos apresentam o amor como base da auto-afirmação e da tranqüilidade interior. A angústia, o sentimento de culpa e o ciúme como fator de desajustamento da personalidade. O sentimento de infelicidade e suas conseqüências nos distúrbios das relações humanas.
documento 18a e 18b (12/09/1954)	<p>grader insubordinado. Através do controle de desejos censurados, por meio do sentimento de culpa ou de afetos contrários, a pessoa está evitando sofrer a desaprovação de fora, mas está principalmente evitando rebaixar-se aos seus próprios olhos. Este é o sentido profundo do sentimento de inferioridade, indicando portanto que a pessoa mantém no íntimo afetos censurados. E através desses recur-</p> <p>documentos de distúrbios funcionais da personalidade, seja na forma de agressão exagerada ao ambiente ou de retirada excessiva do ambiente, pressupõem a existência de afetos perigosos que ameaçam a integridade social e mental do indivíduo pelo medo da perda de auto-estima, do amor e da consideração do próximo. As pessoas deprimidas geralmente...</p> <p>Através do controle de desejos censurados, por meio do sentimento de culpa ou de afetos contrários, a desaprovação de fora, mas está principalmente evitando rebaixar-se aos seus próprios olhos. Este é o sentido profundo do sentimento de inferioridade, indicando portanto que a pessoa mantém no íntimo afetos censurados [...]</p> <p>Os sintomas de distúrbios funcionais da personalidade, seja na forma de agressão exagerada ao ambiente ou a retirada excessiva do ambiente pressupõe a existência de afetos perigosos que ameaçam a integridade social e mental do indivíduo pelo medo da perda da auto-estima do amor e da consideração do próximo [...]</p>

Quadro 29. Os estados afetivos

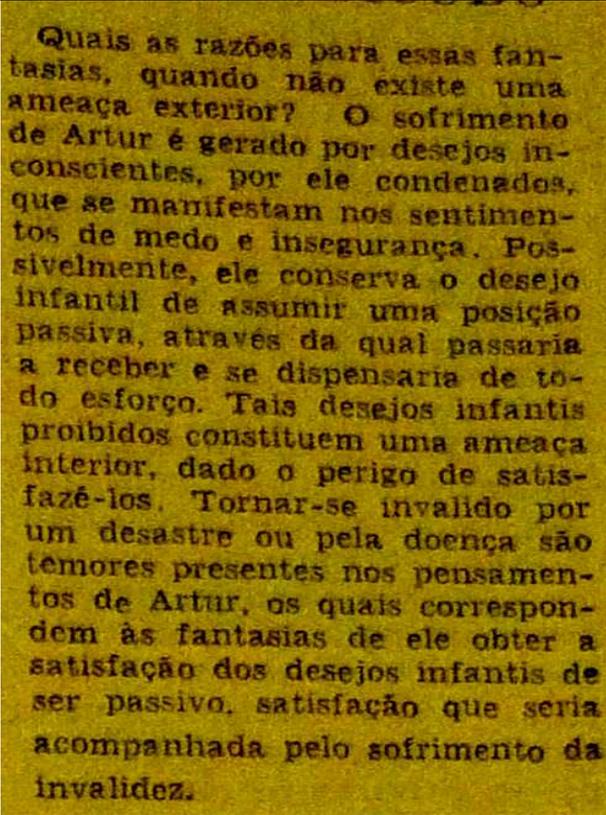
Os estados afetivos influenciavam os desejos. Dependendo do grau de repressão sofrido, os indivíduos desenvolviam outras maneiras de extravasarem seus impulsos sexuais.

De acordo com Bicudo, haveria pessoas que oscilavam entre os sentimentos de amor e de ódio. Eram pessoas inseguras e medrosas. Esses sentimentos não permitiriam o envolvimento com pessoas de outro sexo, pelo fato delas não se considerarem capazes. Com isso, esses indivíduos,

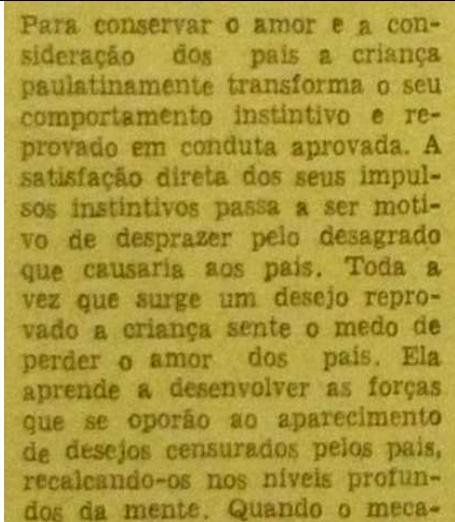
incapazes de se envolverem em relacionamentos reais, começam a fantasiar, como vemos nos quadros 30 e 31.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 10 Outubro - 1954 - nº 9.371 Domingo, 17 Outubro - 1954 - nº 9.377
Página	07 13
Nome da matéria	OS DESEJOS COMO EXPRESSÃO DOS IMPULSOS INSTINTIVOS (I e II)
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	Apresenta a idealização dos conflitos mentais.
documento 19 (17/10/1954)	 <p>[...] que o amor na forma de egoísmo e a agressividade transformada em ódio desenvolvem medo, apreensão, insegurança e, nos casos mais graves, produzem os distúrbios mentais e a personalidade delinquente. É tarefa fundamental da higiene mental ajudar os indivíduos no desenvolvimento da capacidade de amar e de aplicar construtivamente a agressividade, pois é desta forma que se previnem a formação do ódio, do medo e de desejos doentios.</p>

Quadro 30. Os desejos como expressão dos impulsos instintivos.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 24 Outubro – 1954- nº 9.383
Página	05 e 11
Nome da matéria	O MUNDO MENTAL DA FANTASIA
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	Expõe a expressão dos impulsos instintivos na forma de fantasias inconscientes e de devaneios.
documento 20	 <p>Quais as razões para essas fantasias, quando não existe uma ameaça exterior? O sofrimento de Artur é gerado por desejos inconscientes, por ele condenados, que se manifestam nos sentimentos de medo e insegurança. Possivelmente, ele conserva o desejo infantil de assumir uma posição passiva, através da qual passaria a receber e se dispensaria de todo esforço. Tais desejos infantis proibidos constituem uma ameaça interior, dado o perigo de satisfazê-los. Tornar-se inválido por um desastre ou pela doença são temores presentes nos pensamentos de Artur, os quais correspondem às fantasias de ele obter a satisfação dos desejos infantis de ser passivo, satisfação que seria acompanhada pelo sofrimento da invalidez.</p>

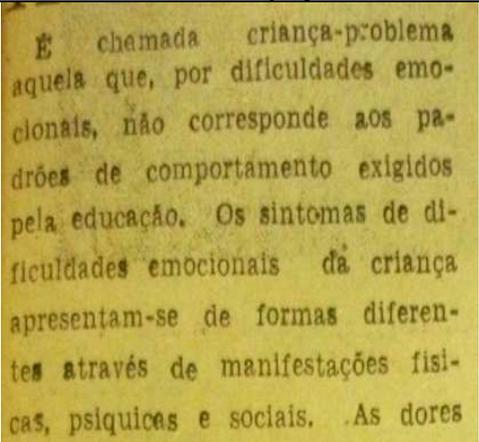
Quadro 31. O mundo mental da fantasia.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 31 Outubro – 1954 - nº 9.389 Domingo, 07 Novembro 1954 - nº 9.394 Domingo, 14 Novembro – 1954 - nº 9.400
Página	07 05 e 07 06
Nome da matéria	OS MECANISMOS PSÍQUICOS COMO DEFESA E COMO MEIO DE ADAPTAÇÃO A REALIDADE (I, II e conclusão)
Autor	Virgina Leone Bicudo
Resumo	O artigo apresenta conceitos sobre a projeção, à “introjeção”, o deslocamento, o recalçamento, a identificação, a sublimação e os estudos psicanalíticos do sonho.
documento 21 (14/11/1954)	 <p>Para conservar o amor e a consideração dos pais a criança paulatinamente transforma o seu comportamento instintivo e reprovado em conduta aprovada. A satisfação direta dos seus impulsos instintivos passa a ser motivo de desprazer pelo desagrado que causaria aos pais. Toda a vez que surge um desejo reprovado a criança sente o medo de perder o amor dos pais. Ela aprende a desenvolver as forças que se opõem ao aparecimento de desejos censurados pelos pais, recalçando-os nos níveis profundos da mente. Quando o meca-</p>

Quadro 32. Mecanismos psíquicos como defesa e como meio de adaptação a realidade

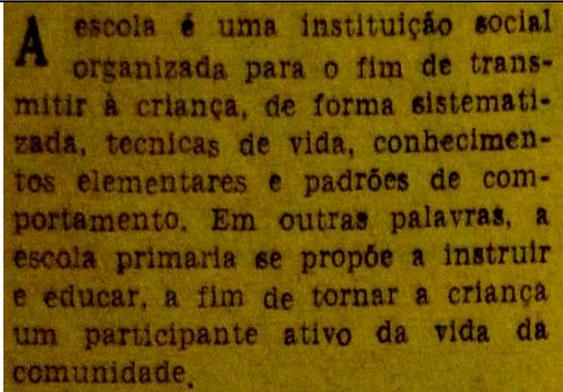
O comportamento dissimulado apresentado na figura 32 era constante nos indivíduos homossexuais justamente por não poderem assumir sua identidade real, elemento presente no referencial teórico deste estudo. Quando descoberta na infância, a dissimulação pode ser causada pela superproteção dos pais, fazendo com que o indivíduo se torne tímido, vivendo em um mundo a parte, de fantasias.

Com características contrárias à superproteção, a rejeição e hostilidade dos pais também causavam problemas emocionais.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 5 Dezembro – 1954 Domingo, 12 Dezembro – 1954
Página	11 e 14 08
Nome da matéria	A REJEIÇÃO E O FAVORITISMO A SUPERPROTEÇÃO
Autor	Virginia Leone Bicudo
Resumo	Apresenta as atitudes contra-indicadas na educação, a superproteção, o favoritismo e a rejeição afetiva.
documento 22. 05 dez. 1954	

Quadro 33. Rejeição, favoritismo e superproteção.

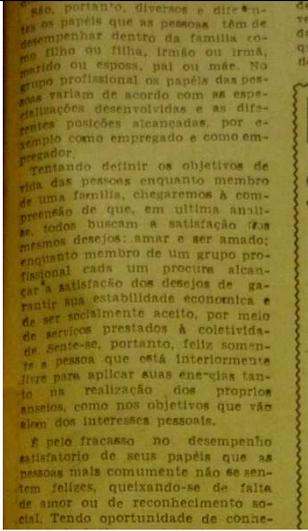
Segundo Bicudo, os problemas do mecanismo psíquico nos indivíduos eram discutidos pelos pais juntamente com seus educadores. As instituições educacionais reafirmavam os valores defendidos pela sociedade e exerciam um grande poder sobre o comportamento dos educandos.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Sábado e Domingo, 25 e 26 Dezembro – 1954
Página	02 e 04
Nome da matéria	A ESCOLA DO PONTO DE VISTA DA HIGIENE MENTAL
Autor	Virginia Leone Bicudo
Resumo	Apresenta a escola como uma instituição social organizada para o fim de transmitir á criança, de forma sistematizada, técnicas de vida, conhecimento, ou seja, instruir e educar, a fim de tornar a criança um participante ativo da vida da comunidade.
Documento 23	

Quadro 34. A escola do ponto de vista da higiene mental.

Como vemos no quadro 35, a escola auxiliava em vários aspectos da vida de seus educandos. O dever dos educadores não se restringia a expor os conhecimentos disciplinares, mas sim adequá-los aos padrões comportamentais exigidos pela sociedade.

Todas essas preocupações em formar cidadãos decentes e ativos na sociedade conflitavam com o desenvolvimento pessoal dos indivíduos. Em meio a tantas cobranças, os adolescentes se viam obrigados a assumir seus papéis na sociedade, como vimos no referencia teórico e no quadro 34.

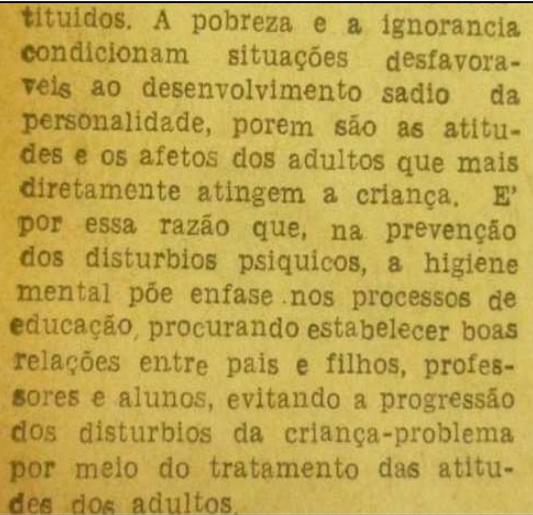
Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 09 Janeiro 1955
Página	03 e 07
Nome da matéria	CONFLITOS CONJUGAIS
Autor	Virginia Leone Bicudo
Resumo	O artigo expõe que ao assumir a idade adulta o adolescente se vê obrigado a exercer as funções que pressupõem maturação física e psicossocial. A cada um dos papéis que socialmente a pessoa desempenha (papel de pai, mãe, filho etc.) correspondem obrigações e direitos, de cujo cumprimento e respeito resultam a ordem e a harmonia nas relações humanas, para a realização dos anseios individuais e do objetivo do grupo social.
documento 24	 <p>[...] são portanto, diversos e diferentes os papéis que as pessoas têm de desempenhar dentro da família como filho ou filha, irmão ou irmã, marido ou esposa, pai ou mãe. No grupo profissional os papéis das pessoas variam de acordo com as especializações desenvolvidas e as diferentes posições alcançadas, por exemplo como empregado e como empregador.</p> <p>Tentando definir os objetivos de vida das pessoas enquanto membro de uma família, chegaremos à compreensão de que, em última análise, todos buscam a satisfação dos mesmos desejos: amar e ser amado; enquanto membro de um grupo profissional cada um procura alcançar a satisfação dos desejos de garantir sua estabilidade econômica e de ser socialmente aceito, por meio de serviços prestados à coletividade. Sente-se, portanto, feliz somente a pessoa que está interiormente livre para aplicar suas energias tanto na realização dos próprios anseios, como nos objetivos que vão além dos interesses pessoais.</p> <p>É pelo fracasso no desempenho satisfatório de seus papéis que as pessoas mais comumente não se sentem felizes, queixando-se da falta de amor ou de reconhecimento social. Tendo oportunidade de conhe-</p> <p>que, em última análise, todos buscam a satisfação dos mesmos desejos: amar e ser amado; enquanto membro de um grupo profissional cada um procura alcançar a satisfação dos desejos de garantir sua estabilidade econômica e de ser socialmente aceito, por meio de serviços prestados à coletividade. Sente-se, portanto, feliz somente a pessoa que está interiormente livre para aplicar suas energias tanto na realização dos próprios anseios, como nos objetivos que vão além dos interesses pessoais. É pelo fracasso no desempenho satisfatório de seus papéis que as pessoas mais comumente não se sentem felizes, queixando-se da falta de amor ou de reconhecimento social [...]</p>

Quadro 35. Conflitos conjugais.

Percebemos nos quadros 36, 37 e 38 a necessidade de imposição de modelos comportamentais pela sociedade. O indivíduo deveria integrar-se em meio a uma unidade familiar, com esposa e filhos. Isto conferia um novo “status” para esse indivíduo, que não mais desgarrado do lar, ou escorado nos

pais, constituía sua unidade. Mas apesar desse modelo exigido, ocorre a influência exercida pelas atitudes dos pais, da relação familiar, em que esse indivíduo que está em busca de sua unidade encontra-se em meio aos conflitos paternos, o que, como diz Bicudo, causaria o fracasso e frustrações. O fracasso implicaria na exclusão do grupo.

Notamos então, que os indivíduos homossexuais não constituíam uma família e ficavam à margem, discriminados explicitamente, ou dissimulavam seu comportamento, mantendo uma vida dupla, como apresentamos no referencial teórico. Ambas as atitudes ocultavam os desejos homossexuais, o que nos leva a crer que de nenhuma forma a sociedade paulistana incluiria esse comportamento na ordem social.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 16 Janeiro 1955
Página	04
Nome da matéria	A ORIENTAÇÃO PSICOTERAPEUTA DE EDUCADORES E EDUCANDOS – Causas emocionais de fracassos dos educadores, a psicoterapia ou a reeducação como meio de reajustamento da personalidade.
Autor	Virginia Leone Bicudo
Resumo	O artigo propõe que o contato do ser humano com a realidade que o cerca se estabelece por meio dos afetos ou emoções. A evolução dos afetos através do crescimento físico-psico-social da infância até a idade adulta dá-se por etapas com características próprias. O processo normal de socialização da criança é constituído pela educação, se por qualquer motivo ocorrer traumas nesse período o indivíduo apresentará vários problemas psicossociais na adolescência e na idade adulta.
Documento 25	 <p>tituidos. A pobreza e a ignorancia condicionam situações desfavoráveis ao desenvolvimento sadio da personalidade, porem são as atitudes e os afetos dos adultos que mais diretamente atingem a criança. E' por essa razão que, na prevenção dos disturbios psiquicos, a higiene mental põe enfase nos processos de educação, procurando estabelecer boas relações entre pais e filhos, professores e alunos, evitando a progressão dos disturbios da criança-problema por melo do tratamento das atitudes dos adultos.</p>

Quadro 36. Orientação psicoterapeuta de educadores e educandos

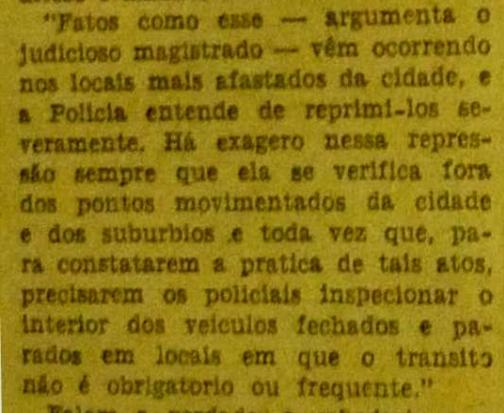
Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	Nosso Mundo Mental
Data	Domingo, 23 Janeiro 1955 Domingo, 30 Janeiro 1955 - nº 9464
Página	07 e 09 08 e 09
Nome da matéria	A PROTEÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA (I e II)
Autor	Virginia Leone Bicudo
Resumo	O artigo expõe que a infância determina a vida adulta dos indivíduos, de tal forma que as ciências biológicas, sociais e psicológicas evidenciam a relação íntima entre as condições das experiências infantis e a formação da personalidade, condicionamento e recursos vitais em força ou fraqueza, definindo os meios de realizar os objetivos de vida em caminhos adequados e inadequados. Com o auxílio dos pais e educadores no desenvolvimento normal das crianças, se promoviam programas clínicos que tratavam da saúde mental das crianças
Documento 26	<p>O programa de ação das clínicas de orientação infantil no campo da higiene mental visa à prevenção de distúrbios psíquicos na criança, divulgando princípios de higiene mental entre os pais e os professores. Para um programa de maior extensão de modo a abranger toda a comunidade é indispensável cuidar da formação de técnicos especializados bem como do preparo de professores, do educador sanitário, da enfermeira de saúde pública, do assistente social e do médico em problemas de higiene mental. Os princípios básicos da higiene mental devem encontrar vias de acesso a todas as instituições sociais, nas escolas, nos orfanatos, nos cursos de nível secundário e superior, no trabalho, na recreação.</p>

Quadro 37. A proteção da saúde mental da criança.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	
Data	Domingo, 13 Fevereiro 1955
Página	02
Nome da matéria	BASTA A ORIENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS?
Autor	Dra. Betti Katzensten
Resumo	A psicóloga propõe uma discussão sobre as orientações infantis e sua eficácia. Orientações bastante procuradas por pais e educadores em geral nos casos de “atrasos mentais” que impediam o aproveitamento do ensino escolar por parte da criança ou em casos de “desajustamentos” emotivo-sociais.
Documento 27	

Quadro 38. Basta a orientação de profissionais?

A matéria do quadro 40 expõe o quão extrema era à repressão social paulistana da década de 1950. Um juiz com mãos de ferro repreendia quaisquer manifestações de amor em público. Os abraços e os beijos entre namorados eram censurados por oficiais de justiça a mando do juiz, que em nome da ordem e dos bons costumes apreendeu um casal de namorados heterossexuais que se beijavam dentro do carro em um bairro distante da capital paulistana. A título ilustrativo, selecionamos esta matéria para explicitar que mesmo com a expansão e modernização da cidade de São Paulo, conceitos acerca do comportamento social se mantiveram arraigados no pensamento e na ideologia dos paulistanos por longos anos, o que dificultava ainda mais a exposição de outras manifestações sociais e sexuais.

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	
Data	Domingo, 05 Junho 1955
Página	48
Nome da matéria	CONTRA O AMOR
Autor	Elsie Lessa
Resumo	O artigo apresenta um fato jurídico, o qual envolvia o juiz Gil Soares e investigadores da polícia que para reprimir severamente os abusos aos bons costumes, perseguiram casais que se beijavam em público e executaram a prisão de um casal, que estava dentro de um automóvel depois da meia noite em um local deserto.
Documento 28	 <p>“Fatos como esse — argumenta o judicioso magistrado — vêm ocorrendo nos locais mais afastados da cidade, e a Polícia entende de reprimi-los severamente. Há exagero nessa repressão sempre que ela se verifica fora dos pontos movimentados da cidade e dos subúrbios e toda vez que, para constatarem a pratica de tais atos, precisarem os policiais inspecionar o interior dos veículos fechados e parados em locais em que o transito não é obrigatório ou frequente.”</p> <p>“Fatos como esse — Argumenta o judicioso magistrado — vêm ocorrendo nos locais mais afastados da cidade, e a Polícia entende de reprimi-los severamente. Há exagero nessa repressão sempre que ela se verifica fora dos pontos movimentados da cidade e dos subúrbios e toda vez que, para constatarem a pratica de tais atos, precisarem os policiais inspecionar o interior dos veículos fechados e parados em locais em que o transito não é obrigatório ou frequente”</p>

Quadro 39. Contra o amor

Caderno	Vida Social e Doméstica
Coluna	
Data	Domingo, 09 Outubro 1955
Página	55
Nome da matéria	COMO CONSEGUIR O EQUILÍBRIO PSÍQUICO
Autor	Betti Katzenstein
Resumo	A autora apresenta considerações acerca dos estudos de Franziska Baumgarten, que explica os fenômenos psíquicos distinguindo-os em duas espécies diferentes de regulações psíquicas: a primeira visando à conservação da saúde mental e a segunda, a conservação do nível moral do indivíduo. Explica que se caso as forças reguladoras não funcionem de modo satisfatório, as energias vitais ou morais se enfraquecem deteriorando o equilíbrio mental do indivíduo.

Documento 29	<p>“O consolo não tende à obtenção da verdade, ele é destinado a conseguir um único alvo na vida psíquica de uma pessoa, e isto mesmo até à custa da verdade: de aliviar uma situação desagradável para obter de novo o equilíbrio psíquico. Tem que ser notado que a autora não consegue atribuir uma finalidade de restituição do equilíbrio, ao fenómeno de “não conseguir esquecer” de continuamente ser torturado pela lembrança de ter errado, entretanto, este fenómeno para ela apresenta um valor moral.</p>	<p>“O consolo não tende à obtenção da verdade, ele é destinado a conseguir um único alvo na vida psíquica de uma pessoa, e isto mesmo até a custa da verdade: de aliviar uma situação desagradável para obter de novo o equilíbrio psíquico”. Tem que ser notado que a autora não consegue atribuir uma finalidade de restituição do equilíbrio ao fenómeno de “não conseguir esquecer” de continuamente ser torturado pela lembrança de ter errado, entretanto, este fenómeno para ela apresenta como um valor moral.</p>
--------------	---	--

Quadro 40. Como conseguir o equilíbrio psíquico.

Caderno	Caderno I – 1ª edição	
Coluna	Atualidades e Comentários	
Data	Domingo, 03 Janeiro 1960 - nº 10951	
Página	02	
Nome da matéria	PSICOLOGIA DOS REVOLTOSOS II	
Autor	A. Carlos Pacheco e Silva Filho	
Resumo	Os autores analisam como a sociedade patriarcal é responsável pelas características psicológicas do indivíduo.	
Documento 30	<p>Apontamos também, como através da introjeção da imagem paterna idealizada, identificando-se o filho com a mesma e procurando ultrapassá-la, encontra as energias incrementadoras de sua agressividade, a qual é inata apenas em pequena parte, embora variável com o indivíduo. Asstne-</p>	<p>Apontamos também como através da introjeção da imagem paterna idealizada, identificando-se o filho com a mesma e procurando ultrapassá-la, encontra as energias incrementadoras de sua agressividade, a qual é inata apenas em pequena parte, embora variável com o indivíduo [...]</p>

Quadro 41. Psicologia dos revoltosos II

Nos quadros 41 e 42, os autores expõem os fatores que implicam no equilíbrio psíquico e as influências nas características psicológica pelo modelo paternalista. As duas matérias mostram que os comportamentos psíquicos são influenciados por vários fatores, sejam internos ou externos. Como vimos ao longo das análises das matérias do *corpus* documental, a sociedade se mantinha fechada aos distúrbios psíquicos, procurando constantemente o equilíbrio e a resposta para esses distúrbios.

Não satisfeitos, os homossexuais procuravam meios de viver em harmonia com suas ideologias, mesmo que na obscuridão dos guetos. Não havia espaço à época para sua integração ao convívio dito normal.

Considerações finais

Ao expormos a problemática dos grupos homossexuais masculinos na cidade de São Paulo da década de 1950 e como essa sociedade lidava com este comportamento, observamos que a sociedade paulistana não permitia quaisquer manifestações que se contrapusessem aos modelos sociais exigidos. Os homossexuais não optaram pela exclusão social - a sociedade tratou de segregar-lhes os desejos.

Desde campanhas de censura e repressão a pesquisas médicas, as manifestações comportamentais desviadas sempre foram alvos preferenciais dos grupos majoritários conservadores.

Em meio à expansão urbanística e cultural da capital paulistana, os órgãos censores estavam atentos a essas mudanças. De todas as formas tentaram reprimir os pensamentos modernos, e o ano de 1954 foi marcado por uma grande campanha sobre a preservação da saúde mental. Campanha exposta no jornal Folha da Manhã, que ditava as regras de normalidade, como saber se seu filho apresentava algum distúrbio, como eles surgiam e como tratá-los.

Vemos que a homossexualidade não era tratada de forma explícita nos artigos do *corpus* documental, sendo citada somente em quatro matérias - uma do ano de 1955 e as outras três no ano de 1960.

Notamos que havia uma grande preocupação por parte dos pais e dos educadores em auxiliar no desenvolvimento do comportamento social dos indivíduos. Enquadrar claramente esses indivíduos em seus papéis sociais e determinar suas responsabilidades, as quais se iniciavam com a escolha de uma profissão decente, necessidade de se encontrar uma esposa para os homens, que eram colocados em patamar de superioridade em relação às mulheres.

No referencial teórico apontamos que os indivíduos que não seguissem esse caminho logo eram colocados à margem pelo grupo majoritário. A dissimulação dos indivíduos homossexuais chegava ao extremo, com o propósito de serem aceitos no grupo majoritário. Muitos chegavam a se casar e

ter filhos, mesmo mantendo constantes relações sexuais com outros homossexuais na clandestinidade.

Com o início de pesquisas médicas sobre essa modalidade de comportamento, a homossexualidade foi considerada como um “bloqueio-hetero”, e era diagnosticada como anomalia, distante da normalidade. O termo mais usual era o “homossexualismo”, definido como doença, como se denota pelo sufixo “ismo”.

Com essa resistência em se falar da homossexualidade explicitamente, cabia aos indivíduos dissimularem suas identidades “reais” perante a sociedade. A sociedade de então aceitava somente a identidade social “virtual” dos indivíduos. Enquadrados nos padrões de comportamento, podiam fazer parte do grupo majoritário.

De acordo com o referencial teórico, essa identidade social virtual dos indivíduos homossexuais desvendava-se, transformando-se em sua identidade real, ao se encontrarem nos guetos.

Como vimos, a cena cultural paulistana propiciou o início de mudanças nesse momento. Houve o surgimento de bares, *boîtes* e muitos cinemas, que favoreciam a sociabilidade dos grupos homossexuais. Mesmo com a repressão e o preconceito vindos da sociedade paulistana, timidamente os homossexuais começavam a assumir um papel como atores sociais, fazendo-se presentes nesses lugares, sendo notados, tentando, enfim, conquistar um espaço até então inexistente.

Como pudemos ver no referencial teórico, se por um lado os guetos promoviam mais segregação, por outro intermediavam o reconhecimento dos indivíduos homossexuais, dando-lhes uma identidade, um rosto, identidade que ao longo do tempo designaria o grupo.

Embora a maioria dos homossexuais dissimulasse suas características sexuais verdadeiras perante a sociedade, aos poucos o grupo foi se fortalecendo. Mais tarde, com a “revolução sexual”, o espaço conquistado pelos grupos homossexuais cresceu de maneira ainda mais acentuada. Pode-se dizer que constituíam mesmo um novo “modelo” de organização social, que de certa forma substituiria para esses indivíduos o modelo tradicional familiar, composto por pai, representando o poder masculino, mãe, na figura da mulher

na manutenção da família e do lar e o filho como a procriação e afirmação da espécie.

A sociabilidade primária apresentada na esfera doméstica, determinada pela constituição familiar, não se apresentava nos grupos homossexuais, pois os vínculos encontrados nos guetos tinham como protagonistas indivíduos “estranhos” entre si.

A dádiva, conforme definida por Mauss (2007), tem, então, o propósito de apaziguar as relações entre os indivíduos de um determinado grupo. A “dádiva desconhecida feita por desconhecidos, em que a motivação religiosa não é essencial, e que abrange o conjunto dos meios sociais: essa é a esfera da dádiva entre estranhos [...] (GODBOUT, 1999, p. 96).”

O grupo homossexual, ao se socializar em outro plano, longe do social majoritário, constituía vínculos que se esboçavam desde o interesse mercantilista à solidariedade em suas formas mais simples – a alteridade revelada pelo rosto e a palavra.

Quando falamos de símbolos verbais, ou seja, a palavra trocada entre os integrantes do grupo, encontramos na palavra o fundamento dessa interação social; de um lado o orador e do outro o ouvinte, sendo que o ouvinte se coloca em uma posição de doador, ao passo que doa o seu tempo para o indivíduo que expõe seus pensamentos. Contudo, em outra perspectiva, o orador também pode ser doador, lançando palavras aos ouvidos do carente ouvinte. A relatividade é clara para esses papéis, pois algumas posições são assumidas quando o indivíduo torna-se orador e/ou ouvinte, dependendo de suas necessidades, psicológicas, afetivas, sexuais entre outras.

A interação social baseia-se em acertos e erros, quando testamos os indivíduos que nos permeiam, ao passo que são capazes ou não de corresponder as nossas expectativas de forma positiva. Isto é, membros do mesmo grupo social se relacionam com mais facilidade do que estranhos de grupos distintos, mesmo não sendo possível de se afirmar que aí reside uma verdade absoluta.

A principal razão provável está no fato de que indivíduos do mesmo grupo desenvolvem laços e se comunicam por meio de um sistema de símbolos, que são variáveis, podendo ser verbais, corporais e outros mais,

como vimos alguns exemplos nos símbolos do corpo descrito por Mauss (2007).

Os símbolos não verbais faziam parte da comunicação dos grupos homossexuais da década de 1950, principalmente devido à repressão social, pois, onde as evidências do comportamento homossexual eram totalmente ocultas, qualquer indício verbal desse comportamento, assim como uma fala efeminada, seria motivo para estigma e coerção social.

Diferentemente dos símbolos verbais, os não verbais eram por vezes até mais importantes nos grupos estigmatizados, justamente por serem entendidos somente pelos membros do grupo, uma vez que quando falamos em interações sociais homossexuais na década de 1950, o sigilo era imprescindível. Os iguais se reconheciam sem levantar suspeitas sobre suas preferências sexuais.

Na coexistência dentro do grupo, a linguagem simbólica desenvolveu-se de maneira singular, a partir do momento que o Eu, na forma de indivíduo, passa a compor determinado grupo. Esse grupo reconhece cada ser como fração de um todo que comanda o vínculo por meio da alteridade manifestada pelo rosto, ou seja, a imagem de um organismo, cuja unidade assegura a solidariedade das partes. Os vínculos são nutridos pelo encontro, que ao se materializar, promove a abertura do ser para a compreensão do outro. Uma das formas de compreensão se dá através da palavra, que no momento em que é proferida cria um vínculo profundo em relação ao próprio ente em sua forma pura.

As relações de dádiva se caracterizavam essencialmente pelo vínculo primário, ou seja, familiar - o “vínculo primário é desejado por si mesmo, ao passo que as relações secundárias são, ao contrário, consideradas um meio para atingir um fim (GODBOUT, 1999, p. 34).”

A dádiva proposta aos estranhos reafirmava a importância do modelo tradicional familiar, trazendo para este tipo de convívio figuras semelhantes às encontradas no convívio familiar tradicional, como o pai, a mãe e os filhos, em personagens alterados, mas com papéis equivalentes.

Os grupos homossexuais buscavam um espaço nessa sociedade. Essa busca se fez presente com a formação de seus próprios espaços e vínculos. Podemos considerar que a sociabilidade desenvolvida nessa época entre os indivíduos homossexuais foi essencial para as futuras conquistas sociais e

visibilidade do grupo. Quando aplicamos a essa sociabilidade a teoria da dádiva, transcendemos quaisquer diferenças sexuais, e passamos a compreender o indivíduo homossexual na sua forma pura, não movido pelas forças de mercado e do Estado, mas também, ou, principalmente, pela força da dádiva.

Referências

ASSOCIAÇÃO da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.paradasp.org.br/historico.htm>> Acesso em: 10 jun. 2008.

AMORIM, Paulo H. O. Porto de. **Territorialidade no/do espaço escolar contemporâneo**: a sala de aula no processo de reprodução social. Trabalho realizado a partir das discussões na disciplina “Espaço social e condição territorial” – UFRGS. Rio Grande do Sul, 2008.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BANDEIRA, Marcio L. Gomes. **Será que ele é?:** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiros. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias**. Três ensayos de sociología de la acción. Traducción Inês Maria Pousadela. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1990.

BUTLER, Judith, **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONNELL, Robert W. **Masculinities**. 2nd ed. Berkeley, CA: University of California Press, 2005.

COSTA, Maria C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil. Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EdUSP, 2006.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Comunicação e hospitalidade nas organizações. **Anais Intercom...**, Santos, 2007.

DIAS, Célia M. de M. Marcos da hospitalidade na cidade de São Paulo entre fins do século XIX e fins do XX. **Anais do IV Seminário de Pesquisa em**

Turismo do Mercosul . Trabalho apresentado ao GT 02 - Abordagem histórico-crítica do turismo - Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

FELDMAN, Sarah. **A territorialização da prostituição feminina em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRANÇA, Isadora L. "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira Ciências Sociais**. [online], vol.21, n.60, suppl.60. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100006&script=sci_arttext&lng=pt#back8> Acesso em: 08 ago. 2008.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualismo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. A. Figueiredo. 4ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300002&script=sci_arttext&lng=#home> Acesso em: 10 ago. 2008.

GODBOUT, Jaques T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1988.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (org). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005.

HAGE, Lara de P. **Michel Foucault**. A história da sexualidade. [online]. 2009. Disponível em: < http://www.abordo.com.br/sat/res01_lara.htm>. Acesso em 21 ago. 2008.

JOANIDES, Hiroito de M. **Boca do Lixo**. Coleção Problemas Brasileiros. Série Policial. vol.1. São Paulo: Edições Populares, 1977.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Trad. Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Ferdinando. **Mini-trajetória do mercado editorial gay no Brasil desde 1911**. Site Mix Brasil. [online]. 2005. São Paulo. Disponível em: <http://mixbrasil.uol.com.br/cultura/especiais/revistas_gays/revistas.shtml> (acesso em: 02 out. 2008).

MARTINS, Paulo Henrique. **A dádiva entre modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MELO, José de M. (org.) **Síndrome da mordaza: a mídia e censura no Brasil (1706-2006)**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MENEZES, Aline B. **Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano**. 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MAGNAVITA, Dodsworth Alexey. Identidade Gay e os preconceitos que cerceiam a tolerância. **Revista Filosofia Ciência e Vida**, nº22. São Paulo, 2008.

NOVA, Madalena. **Viagem e turismo: os guias da cidade de São Paulo (1924 e 1954)**. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). São Paulo, Universidade Anhembi Morumbi, 2009.

OLIVEIRA, Nucia A. S. de. Imagens de beleza...questões de gênero. **Caderno Espaço Feminino** [online], v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/443/412>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e industria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAPIS, Paula. Eleições 1950: a imprensa na campanha presidencial. **Observatório da imprensa** [online]. 17 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt170420021.htm>> Acesso em: 31 mar. 2009.

PRANDI, Reginaldo. **Homossexualismo: duas teses acadêmicas**. Jornal Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, ano I, n.11, p. 17, 1979.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001.

RANGEL, Mary. **A violência do estigma e do preconceito à luz da representação social**. UFF e UERJ, 2004. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/_prt/dicas/arquivos/052004-02.doc> Acesso em: 15 abr. 2009.

RUIZ, Ernesto. O Cinema na Metrópolis: São Paulo (1930-1960). **Anais da 26ª Reunião da SBPH. Rio de Janeiro**, 2006. Disponível em: <sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Ernesto_Ruiz/> Acesso em 16 de Junho de 2009.

SABOURIN, Eric. Educação, dádiva e reciprocidade: reflexões preliminares. **Jornal do Mauss**, 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=659>> Acesso em: 15 fev. 2009.

SANCHES, Vanessa K. de C. **A discriminação por orientação sexual no contrato de trabalho**. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006.

SCHVARZMAN, Sheila. Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 153-174, 2005.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, vol.20, no.3, p.8-15, set. 2000.

SIMÕES, Julio A.; FRANÇA, Isadora L. Do “gueto” ao mercado. **Revista Pagu**, 2007. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/files/pdf/julio01.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

TREVISAN, João S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia á atualidade. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VALENTIM, Marta. **Métodos de Pesquisa: Análise de Conteúdo**. Marília: UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências Departamento de Ciência da Informação, 2008.

WACQUANT, Loïc, 2004. Que é Gueto. Construindo um conceito sociológico. **Revista Sociologia Política**, [online], Curitiba, p. 155-164. Disponível em: <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/QUEEGUETO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.